

DAIANE CRISTINE DORIGONI

**A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DO TRABALHO PARA A VIVÊNCIA DA
INFÂNCIA NOS ASSENTAMENTOS**

**IRATI
2016**

DAIANE CRISTINE DORIGONI

**A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DO TRABALHO PARA A VIVÊNCIA DA
INFÂNCIA NOS ASSENTAMENTOS**

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação Interdisciplinar em
Desenvolvimento Comunitário, da
Universidade Estadual do Centro-oeste,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre.**

**Orientadora: Prof^a Dr^a Raquel Dorigan de
Matos**

**IRATI
2016**

Catálogo na Fonte
Biblioteca da UNICENTRO

DORIGONI, Daiane Cristine.

D697c A construção do sentido do trabalho para a vivência da infância nos
assentamentos / Daiane Cristine Dorigoni. – Irati, PR : [S.N], 2016.
156 f.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Raquel Dorigan de Matos
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar
em Desenvolvimento Comunitário. Universidade Estadual do Centro –
Oeste, PR.

1. Desenvolvimento Comunitário – dissertação. 2. MST. 3 Poder.
4. Trabalho. I. Matos, Raquel Dorigan de. II. UNICENTRO. III. Título.

CDD 305.563

DAIANE CRISTINE DORIGONI

**A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DO TRABALHO PARA A VIVÊNCIA DA
INFÂNCIA NOS ASSENTAMENTOS**

Dissertação apresentada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário – PPGDC, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Irati, 25 de Agosto de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Raquel Dorigan de Matos - UNICENTRO

Professora Doutora Liliane Canopf - UTFPR

Professora Doutora Maria Fernanda Bagarolo -UNICENTRO

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais Maria Nerci e Mauri, e a minha família pelo amor incondicional. Por terem me incentivado a percorrer este caminho, por compartilharem angústias e dúvidas estendendo uma mão amiga nos momentos difíceis.
Sem apoio, este trabalho não seria realizado.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todos aqueles que sempre acreditaram em mim. A Deus, a minha família e aos verdadeiros amigos.

Aos meus pais, por terem me educado, me ensinado a ousar, a questionar, a ser persistente, a ter garra, ser otimista e acima de tudo a amar. Em especial a minha mãe Maria Nerci, que me incentivou, sendo exemplo e mostrando-me sempre o caminho do bem e a perseverança. A meu pai Mauri que nos atos mais singelos do seu jeito, me apoiou, protegeu e me deu colo. A vocês meu amor eterno e incondicional.

Aos meus avós Elias e Dirce, pelo incentivo emocionado e orgulhoso. Pelo exemplo de luta, pelo incentivo, pelo olhares emocionados, cheios de orgulho.

Ao meu companheiro de todas as horas, meu esposo Renan pela compreensão, paciência e amor.

A minha amiga Eva Cristiana, pela perseverança, pelos conselhos, pelo companheirismo e por ter sido para mim, exemplo de luta.

Aos amigos, que perto ou longe, se fizeram presentes com orações, pensamentos, palavras ou ações.

Aos professores, colegas e funcionários do curso de Mestrado pela maneira acolhedora que fui recebida, e pelo auxílio.

A minha orientadora Professora Raquel, por ter aceitado o desafio de me orientar.

“O trabalho do pintor está sob a pintura, assim como a realidade está sob o visível. O trabalho e a realidade são, desse modo, dissimulados pela visibilidade que criam”

Bernard Noël

RESUMO

Este estudo aborda a relação entre o desenvolvimento da infância e as relações de poder e de trabalho em famílias assentadas. A problemática que dirige este estudo é como as relações instituídas na comunidade pelas famílias assentadas, estabelecem o significado do trabalho na infância. A fundamentação foi realizada com ênfase na pesquisa qualitativa, que são representações dos atos e das expressões humanas, buscando interpretar os significados e as intenções dos atores sociais. A técnica de análise de dados utilizada foi a da análise do discurso de Fairclough, que objetiva debater teórica e metodologicamente a linguagem como prática social. Foi realizada uma pesquisa com famílias residentes nos assentamentos Marcos Freire e Ireno Alves dos Santos, na cidade de Rio Bonito do Iguaçu, no Paraná, Brasil. A partir dos dados coletados pode-se observar que as crianças possuem atividades a serem desenvolvidas no ambiente familiar, e que, as mediações realizadas conduzem para uma formação individual para o mundo do trabalho. No entanto, constatou-se que ainda não ocorre entendimento por parte dos pesquisados sobre o trabalho não produtivo, aquele que gera sentido na vida dos sujeitos, mas apenas uma compreensão que estabelece o trabalho enquanto modo de vida, de mais-valia e de produção de capital. Pois, o trabalho precisa ser visto além do sistema de capital, ou seja, como constituinte subjetivo de cada sujeito, enquanto atividade desenvolvida e não apenas como modo de reprodução sem autocrítica. Evidenciou-se também que a infância é vista como uma forma de preparação para o mundo adulto, e não de desenvolvimento integral, no qual a execução de atividades laborativas, faz parte da rotina e da emancipação dos envolvidos no processo. Com relação à significação, estes executam as atividades pautadas na organização familiar, na qual o sentido é individual e o significado das atividades executadas é compreendido no coletivo. O presente trabalho remete a compreensão de que a infância ainda precisa ser compreendida como fase significativa no desenvolvimento dos sujeitos.

Palavras- Chave: Infância. MST. Poder. Trabalho.

ABSTRACT

This study addresses the relationship between the childhood's development and the relationship between the works of settler families. The issue that drives this study is the relationship established in the community of the settled families, and establishes the meaning of work in the childhood. The substantiation was performed with an emphasis in the qualitative research, which is the representations of the acts and human expressions, seeking to interpret the meanings and intentions of social actors. The analysis data technique used was the Fairclough's speech analysis, which aims to discuss theoretical and methodological language in the social practice. A survey was conducted with families that live in the settlements of Marcos Freire and Ireno Alves dos Santos, in the city of Rio Bonito do Iguaçu, Paraná, Brazil. From the collected data we can be observed that children have activities to be developed in the family's environment, and that the performed mediations lead to an individual training for the job's world. However, it was found that there isn't an understanding by the researchers about the non-productive work yet, the one that generates meaning in the lives of individuals, but only an understanding that establishes the work as a way of life of surplus value and capital production. Because this work is need to be seen besides the capital's system, that is, as a subjective constituent of each individual, while developed activity and not only as a reproduction mode without self-criticism. It was also evident that the childhood is seen as a form of preparation for the adult world, and not as a complete development, in which the execution of work activities is part of the routine and the emancipation of the involved ones in this process. Regarding the significance, they perform activities guided by the family organization, in which the meaning is individual and the meaning of the performed activities is understood collectively. This work refers to the understanding that the childhood still needs to be understood as a significant stage in the development of the individuals.

Keywords: Childhood. MST (Landless Movement). Power. Job.

LISTA DE TABELA

TABELA 01	Informações do Público Pesquisado.....	82
-----------	--	----

LISTA DE SIGLAS

ADC	Análise Crítica do Discurso
ASSESSOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
CANTUQUIRIGUAÇU	Associação dos Municípios do Médio Centro Oeste do Paraná
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MASTRO	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PME	Plano Municipal de Educação
PR	Paraná
PT	Partido dos Trabalhadores
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SP	São Paulo
ZDP	Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Formulação do problema de pesquisa.....	14
1.2	Justificativas teórica e prática.....	15
1.3	Objetivos da pesquisa.....	16
1.3.1	Objetivo geral.....	16
1.3.2	Objetivos específicos.....	16
1.4	Estrutura do trabalho.....	16
2	EMBASAMENTO TEÓRICO.....	18
2.1	Processo de caracterização e desenvolvimento humano.....	18
2.2	Definição de infância.....	19
2.3	O desenvolvimento histórico cultural: a contribuição de Vigotski.....	24
2.3.1	Leis gerais.....	25
2.3.2	A mediação, a linguagem, os instrumentos, os signos e a interação social.....	27
2.4	O MST, o trabalho e a infância.....	40
2.5	Estado e poder: relações de produção.....	46
2.5.1	Estado e ideologia.....	47
2.6	Trabalho: implicações para a constituição do sujeito homem e trabalhador.....	52
2.7	Sentidos e significados do trabalho.....	57
2.8	As organizações, o indivíduo e a massa.....	63
2.9	Breve histórico do movimento dos trabalhadores rurais sem terra.....	67
2.9.1	A Região Cantuquiriguaçu.....	70
2.9.2	Rio Bonito do Iguaçu.....	72
3	MATERIAL E MÉTODO.....	76
3.1	Classificação do estudo.....	77
3.2	Análise de dados do discurso de Fairclough.....	83
3.3	Caracterização do Caso.....	85
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS.....	88
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
	REFERÊNCIAS.....	108
	ANEXO 01 – APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA.....	115

APÊNDICE 01 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	119
APÊNDICE 02 – ENTREVISTAS REALIZADAS.....	120

1 INTRODUÇÃO

As pesquisas e estudos realizados durante a elaboração do projeto mostraram que pensar na constituição do indivíduo enquanto humano, requer compreender de forma acentuada a diversidade, a vivência, os processos, a configuração do ser humano enquanto homem, mas para alcançar este processo compreende-se que é necessário a internalização de conceitos humanos. Esta práxis é dirigida nos grupos sociais e culturais, na identificação de estágios de vida, na caracterização do desenvolvimento humano e de suas especificidades, representadas aqui pela teoria Vigotskiana. Esse entendimento implica no desenvolvimento histórico cultural das situações vivenciadas para a constituição da personalidade, e as formas de trabalho, incluindo o seu sentido e significado implicados com o estado e ideologia.

A partir do ponto de vista biológico o indivíduo é o produto de um ciclo de reprodução, no qual ele próprio é reprodutor em seu ciclo. O ser humano é, portanto produto e produtor, ao mesmo tempo. Assim também, quando se considera o fenômeno social, são as interações entre indivíduos que produzem a sociedade; mas a sociedade, com sua cultura, suas normas, retroage sobre os indivíduos humanos e os produz enquanto indivíduos sociais dotados de uma cultura (MORIN, 2003).

Nessa direção busca-se referenciar como se caracteriza a significação da infância, e de suas relações com o mundo do trabalho, diante do processo social e cultural intermediado pelas características vivenciadas nos Assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) da cidade de Rio Bonito do Iguaçu.

Para tanto, o olhar se dirige ao resgate histórico sobre os desdobramentos do MST, que a partir da década de 1960, no contexto brasileiro, inicia-se a representação sindical rural, formada por rendeiros, foreiros, agricultores, sem terra ou com pouca terra, assalariados que desejavam aumentar sua renda, a qual ainda era proveniente de recente expropriação de terra, como era o caso dos moradores de engenhos de açúcar e colonos do café (RICCI, 1999). Porém, só a partir da década de 1984, que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é instituído, e direciona-se até o contexto atual.

Para Almeida e Sánchez (1998) o MST é uma expressão combinada de três importantes processos. Iniciando pela modernização capitalista com traços conservadores, dominante nas décadas de 60 e 70, especialmente nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, passando pela ação pastoral dos cristãos, pela manifestação do novo sindicalismo, orientado pelos movimentos sociais urbanos, bem como pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e por fim, remete-se ao conjunto de conhecimentos acumulados pelos

trabalhadores rurais nas décadas que precedem o golpe de 1964 e pela organização sindical que surge após estes conflitos.

Nesse contexto e diante das crises enfrentadas, os camponeses descobririam uma nova forma de luta que se assinalou como a ocupação de terras, de modo organizado, por um grande número de famílias. Essas características também são utilizadas na ocupação de órgãos públicos, passeatas nas grandes e pequenas cidades, marchas ao longo das rodovias, com o intuito de organizar o movimento e suas particularidades. Assim, em janeiro de 1984 ocorre o primeiro encontro interestadual na cidade de Cascavel (PR). A coordenação provisória reúne representações de cinco estados do Centro-Sul Brasileiro, sendo eles: Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC), Paraná (PR), São Paulo (SP) e Mato Grosso do Sul (MS), estes então, se denominaram como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (ALMEIDA; SANCHÉZ, 1998).

Diante dos fatos históricos apresentados sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da sua organização, é que busca-se refletir como esse movimento, com seu histórico de luta, e de trabalho referencia a vivência da infância em seu contexto histórico-social. Pois, o modelo predominante existente aponta para um modo de produção capitalista, edificado com base em um projeto que desvaloriza a vida humana, e, quer tornar a acumulação de capital a razão de ser de todos os seres humanos. No entanto, percebe-se que o processo desse sistema, se sustenta na exploração de uma classe por outra, vivencia-se tempos de crise social. Sendo assim, o olhar interdisciplinar a que se propõe esse trabalho, busca compreender em diversas esferas os processos que acometem os sujeitos, os quais são construtores de sua própria história, mesmo que, não percebam que são eles que exercem o papel principal em suas vidas.

Para Souza (2007), os sociólogos que estudam a infância contextualizam que a ideia tradicional, mas ainda difusa da criança, implica em compreendê-la como sujeito imperfeito, necessitado de cuidado, vigilância e ajuda. Em muitas famílias, os tempos do cotidiano possuem estruturas diversificadas sobre esta relação, pois em cada família há necessidades variadas que vão desde o trabalho dos pais, e que são coordenadas de forma distinta. Assim, os pais não adaptam somente o cotidiano às necessidades dos filhos, mas definem a cada necessidade das crianças, de modo que cada adaptação seja possível e não se distanciem da criação das crianças. Ainda nessa perspectiva nota-se que é necessário pensar em uma organização de vida e formação que considere e eleve a infância de forma diferenciada, ou seja, que os mitos se convertam em natureza humana.

Com essa visão observa-se que a socialização da criança constrói-se de acordo com o

modelo que tem do mundo adulto, seu referencial, no qual a manifestação da diferença se instaura como natural. Entende-se que o processo de socialização acontece como aquele que constrói a inserção social, condição básica para construir cidadania. Ao concretizarem-se em uma comunidade, os mecanismos inserem-se em processos específicos de individuação que não passam pelos canais formais, e estatais. São sistemas de leis, códigos, comportamentos e percepção do espaço coletivo que na essência escampam ao controle e à ordem estatal (NUNES, 2003).

Ao objetivarmos compreender as concepções de infância nas famílias assentadas, pretende-se poder contribuir para o entendimento da complexidade do tema, da estrutura e da forma de pensar a criança, compreendendo os papéis que lhes são atribuídos.

Este trabalho foi fundamentado com ênfase na pesquisa qualitativa, que são representações dos atos e das expressões humanas, buscando interpretar os significados e as intenções dos atores sociais (GODOI; BANDEIRA-DE-MELLO; SILVA, 2010). A técnica de análise de dados utilizada foi a da análise do discurso de Fairclough (2001) que objetiva debater teórica e metodologicamente a linguagem como prática social, e como forma de ação e representação do mundo a nossa volta (MAGALHÃES, 2005).

Com base nos estudos e pesquisas desenvolvidas propõe-se compreender a história e o desenvolvimento da infância de crianças residentes nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire da cidade de Rio Bonito do Iguçu. Já que, contar a história dessas crianças, remete também contar parte da história de jovens, adultos e velhos (homens e mulheres) trabalhadores rurais do MST. Pois no campo da luta social, os movimentos de trabalhadores, por muitos anos, empenharam-se em registrar a trajetória do ser coletivo, porém, cabe aqui considerar também as trajetórias individuais.

1.1 Formulação do problema de pesquisa

O tema central desta proposta de pesquisa consiste em compreender como o sentido e o significado do trabalho, caracterizam a vivência da infância nos Assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, da cidade de Rio Bonito do Iguçu, ou seja, busca-se responder a questão: **Como o sentido do trabalho fundamenta a infância, e suas relações nas famílias assentadas?**

1.2 Justificativas teórica e prática

A presente pesquisa originou-se, pelo trabalho realizado com grupos familiares pertencentes à comunidade dos Assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire da cidade de Rio Bonito do Iguaçu, e diante da indagação de como a infância se constrói mediante a significação do processo de trabalho e produção nestas famílias.

Em seus estudos Vigotski aponta como pressuposto básico que é o trabalho que possibilita a hominização, ou seja, o homem se constitui pela atividade do trabalho. Diante desta premissa, a dupla produção ocorre pelo desencadeamento dos objetos culturais e a produção do próprio homem. O homem com seu trabalho, transforma a natureza e produz nela uma dimensão humana, caracterizando a transformação do biológico para o social, do natural ao humano-cultural, uma vez que, segundo o autor a atividade humana é mediada socialmente, sendo semiótica. Neste sentido Vigotski entende que as relações sociais conferem novas formas de mediação, variando de acordo com a cultura em que estão inseridas, e provocando a necessidade de compreensão de mecanismos e processos diferentes que constituem o sujeito em um momento determinado e uma determinada cultura (MOLON, 2003).

Conforme o dito acima entende-se que os indivíduos irão se constituir de acordo com suas vivências no núcleo familiar e na comunidade a que pertencem, para tanto, observa-se que mesmo diante de princípios morais e éticos apreendidos neste convívio coletivo e mediado, ainda ocorre relações, que por vezes, passam despercebidas. Estas são intermediadas pela cultura do capital, ou seja, a ideologia presente, enquanto processo integrador, faz com que os indivíduos possuam ou não, o sentimento de pertencimento ao grupo.

Logo, a temática “infância”, sua subjetividade e constituição como parte de um processo dialético de construção e reconstrução da realidade social apresenta pouca visibilidade no desenvolvimento dos estudos. Deste modo, ao ter como objetivo compreender as concepções de infância nas famílias assentadas, pretende-se contribuir para o entendimento da complexidade do tema, da estrutura e da forma de pensar a criança, compreendendo os papéis que lhe são atribuídos, os quais posteriormente influenciarão na sociedade e no mundo do trabalho. Verifica-se que ainda é considerada um processo que precisa ser aprofundado por meio de estudos e de classificação como fase de desenvolvimento específico.

Esta pesquisa baseou-se em fundamentar através de autores renomados como se desenvolve o processo de infância, em famílias assentadas, contribuindo ainda com o entendimento da dialética entre trabalho e relações de poder, sendo percebido na região como

algo inédito, que poderá contribuir para futuras tomadas de decisões, compreendendo que o desenvolvimento do indivíduo trabalhador de amanhã é a criança hoje. Com esta perspectiva, elegeu-se o trabalho com as famílias (genitor, genitora, padrasto ou madrasta) residentes nos assentamentos com todas as suas implicações de ordem histórica, sociocultural, político, econômico no qual se desenvolve a pesquisa.

1.3 Objetivos da pesquisa

A seguir serão apresentados os objetivos desta proposta de trabalho.

1.3.1 Objetivo geral

Investigar como se estabelece o sentido do trabalho na infância para as famílias nos Assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

1.3.2 Objetivos específicos

- ✓ **Coletar através de pesquisas dados históricos sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) brasileiros e da região centro-oeste paranaense;**
- ✓ **Verificar como se constitui a organização do trabalho nas propriedades rurais;**
- ✓ **Analisar as atividades desenvolvidas pelas crianças, identificando o significado desta atividade para a família;**

1.4 Estrutura do trabalho

Este estudo está estruturado em cinco capítulos. O primeiro contempla a seção introdutória, contém a apresentação do tema e do problema estudado, e os objetivos específicos que conduzem à elaboração do objetivo central da proposta de pesquisa. No segundo capítulo apresenta-se o embasamento teórico da pesquisa, e suas designações a respeito do desenvolvimento humano (infância) e do processo histórico-cultural. Expõe

também sobre o Estado, Poder e Ideologia, as relações de produção, explicitando as organizações em análise, o indivíduo, a massa e suas contribuições para o entendimento da dinâmica vivenciada nas famílias. Assim como, contextualiza historicamente o desenvolvimento do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a região Cantuquiriguaçu, e a cidade de Rio Bonito do Iguaçu, local do desenvolvimento do estudo. O terceiro capítulo aponta os procedimentos metodológicos empregados, bem como a classificação e caracterização do estudo. No quarto capítulo apresenta a análise e discussão dos dados empíricos. O quinto e último capítulo refere-se as considerações finais. Na sequência seguem os referenciais teóricos utilizados, o anexo de aprovação no Comitê de Ética e os apêndices com o roteiro e as entrevistas realizadas.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo será apresentado o embasamento teórico utilizado no desenvolvimento deste estudo. Inicialmente caracteriza aspectos do desenvolvimento humano, da infância e do processo de desenvolvimento histórico cultural, embasado na teoria Vigotskiana. Após designa a respeito do MST, do trabalho e da infância. Na sequência elucida a respeito das relações de poder, de produção e do Estado, assim como sobre a ideologia presente no trabalho, e na sua significação para a constituição do homem e do trabalhador. E por fim, contextualiza o campo de estudo enquanto histórico do movimento dos trabalhadores rurais sem terra, e sobre a região Cantuquiriguaçu e também sobre o lócus do estudo, a cidade de Rio Bonito do Iguaçu.

2.1 Processo de caracterização e desenvolvimento humano

Pelos estudos realizados no decorrer da pesquisa apontam que a temática principal desse trabalho corresponde a caracterização do desenvolvimento humano, busca-se nesse espaço evidenciar como o sujeito se encontra enquanto processo evolutivo, e quais são suas reais particularidades, visando compreender sua inserção no contexto cultural, social, econômico. Para isso, evidencia-se de forma particular que em sua trajetória existem formas de identificação coletivas e características próprias de cada etapa. O presente estudo, busca compreender quais são os processos vivenciados na infância que se relacionam ao mundo do trabalho.

De acordo com Rossetti-Ferreira (2008) os processos de desenvolvimento humano, situam-se em contextos culturais e sociais, que se constituem pelo ambiente físico e social, pela estrutura econômica e organizacional, sendo delimitada por funções, regras, rotinas e horários específicos.

Neste sentido, o desenvolvimento humano é compreendido por Oliveira, Rego e Souza (2002) como um processo que se constitui em períodos, etapas, estágios, ou fases que sucedem ao longo da vida de cada indivíduo. Logo, observa-se que os significados estabelecidos em relação ao desenvolvimento, a sua estrutura, e seus conteúdos aproximam-

se, podem ser mapeados e compreendidos em relação a esses períodos. Quando se trata de desenvolvimento, faz-se referência a diferentes idades, diferentes ciclos de vida, ou algum modo de organização das etapas da vida humana.

O desenvolvimento então, pode ser percebido como um conjunto de processos de transformação que ocorrem ao longo da vida de um indivíduo, podendo ser delimitado por três fatores principais: o primeiro fator aponta a etapa da vida em que a pessoa se encontra, e remete a ideia de certa homogeneidade entre todos os seres humanos dessa determinada etapa, como a infância. O segundo fator caracteriza as circunstâncias culturais, históricas e sociais, nas quais sua existência transcorre e introduz certa homogeneidade entre aqueles que possuem em comum o fato de viver em um determinado grupo social. O terceiro fator referenda as experiências que são particulares, e não generalizáveis a outras pessoas, de forma idiossincrática que fazem com que o desenvolvimento psicológico, apesar de apresentar semelhanças de umas pessoas para outras, seja um fenômeno irrepetível que não ocorre da mesma maneira em dois indivíduos diferentes (OLIVEIRA; REGO; SOUZA, 2002).

Assim, o desenvolvimento infantil remete o princípio básico da psicologia, mas também acentua que a criança não é um ser terminado, e sim um organismo em desenvolvimento, seu comportamento se formará sob a constante ação sistemática do ambiente, também envolta nos ciclos ou períodos de evolução do próprio organismo infantil, que por sua vez, produz a relação do ser humano com o meio. A criança se desenvolverá de modo desigual, paulatinamente, pela acumulação de pequenas mudanças, compostas também pelos empurrões, aos saltos, de forma ondulatória, estes serão os períodos de auge do crescimento (VIGOTSKI, 2003). Esse princípio da periodicidade pode ser chamado de princípio dialético do desenvolvimento da criança, este é legítimo, e distingue as fases qualitativas do seu desenvolvimento (VIGOTSKI, 2001).

A compreensão do processo de caracterização do desenvolvimento humano, enquanto vivência coletiva e individual, define o conceito do grupo consistindo na definição de infância.

2.2 Definição de infância

Esta parte do trabalho busca definir a infância e evidenciar suas características,

enquanto etapa importante do desenvolvimento humano. Sabe-se que a infância como tempo social é, antes de tudo, uma percepção enraizada na verificação histórico-social.

Como apontam Oliveira, Rego e Souza (2002) o desenvolvimento individual ocorre no interior de uma determinada situação histórico-cultural, que provê aos indivíduos, e com eles invariavelmente reelabora, conteúdos culturais, artefatos materiais e simbólicos, interpretações, significados, modos de agir, de pensar e de sentir.

Para Barbosa (2000), o conceito de infância é geral e historicamente confuso, seu estudo passou por diversas áreas, sendo elas a biologia, a psicologia e medicina, e por longo período permaneceu inapropriado aos estudos históricos e sociológicos que se limitavam a estabelecer suas relações com a história da família ou da mulher. Mas, atualmente evidencia-se a preocupação com sua delimitação e estudo, bem como, assinala para uma sensibilização com a causa.

É importante ressaltar que estudar a infância é um processo especial, uma vez que, a divisão dessa categoria socialmente se legitima entre o domínio público e o privado. No qual a criança está inserida como parte dos grupos sociais minoritários essencialmente desvalorizados. Desse modo, verifica-se que a criança é então portadora de um desprestígio próprio e também compartilhado. Transitando por cenários impregnados da presença “do social”, o que se converte em fortuna crítica é a distância tomada em relação ao entendimento predominante de que a infância é simplesmente uma fase de transição, findando com a chegada da juventude, e posterior, vida adulta (SOUZA, 2010).

Logo, esse distanciamento deve ser sempre celebrado porque é da especificidade de cada situação a experiência de tempo compartilhada em condições singulares. Ou seja, a construção social de infância é uma perspectiva que desaparece nesse evolucionismo característico da noção de fase que se submete a gramática do desenvolvimento pessoal para falar da infância apenas como uma etapa prévia a juventude. (SOUZA, 2010, p. 11).

Nessa perspectiva, percebe-se que ao compreender que o processo de infância não pode ser apenas entendido como uma etapa de desenvolvimento biológico, ou característico de determinada idade, mas sim, que este apresenta suas especificidades. Como já exposto enquanto desenvolvimento, que parte do coletivo para o individual, e vice-versa, e, que sua abrangência não pode ser assinalada sem um estudo aprofundado de suas vertentes.

Souza (2010) expõe com semelhança a preparação da infância como origem distinta de outra fase da vida, por meio de variados saberes e ações, e de que tal diferenciação se fez como episódio integrante do processo civilizador. No Ocidente, por volta do século XV, a

partir da ampliação da sociedade de corte absolutista, do momento em que se constituíram os monopólios da violência física e da tributação, e, conseqüentemente, da disposição dos estados nacionais, que ocorreu a modificação dos costumes. Esse fato desfigurou o comportamento dos indivíduos, modificando as relações de interdependência e as figurações sociais num processo de longa duração histórica.

Diante do contexto histórico, remete questionar: se a infância existe, ou se extingue, ou se, propriamente isso ocorre com a dimensão do homem? Pode-se atualmente, considerar os contextos econômicos, sociais, culturais, a injustiça social e a desigualdade como acompanhantes da trajetória humana. Assim, o conceito de infância aparece com a modernidade, e conseqüentemente com a diminuição dos índices de mortalidade infantil, que ocorre por intermédio do avanço da ciência e pelas mudanças econômicas e sociais, pelas quais a infância passa a existir em meio às classes médias que se formavam, no interior da burguesia. Cabe enfatizar que antes, isso remetia o intuito de que a criança necessitava ser moralizada e bajulada, nesta dicotomia, ocorrem também a miséria das populações infantis, retomando o trabalho escravo e opressor que desde o surgimento da Revolução Industrial as condenava a não serem crianças (KRAMER, 2000).

Há de se dizer que mesmo com a modernidade, ainda se percebe inúmeras cenas de meninos trabalhando, sendo explorados nas fábricas, minas de carvão, ou na rua. Algo que atualmente ainda não foi extinto. Infelizmente pois, para grande parte da população infantil em um país como o Brasil, o direito que as crianças deveriam possuir de desfrutar do ócio, do brincar, de não trabalhar, ainda não é evidente (KRAMER, 2000).

Em oposição ao exposto, e com esperança que a modernidade confere a infância, Kramer (2000) aponta que as crianças nunca foram tão amadas e esperadas como hoje, por adultos às vezes de três gerações ao mesmo tempo. Estes denotam atenção a um jovem, numa conjuntura, na qual a infância fica cada vez mais reduzida, pois cerca de 15% da população tem menos de vinte anos em vários países da Europa. Ressalta ele, que quanto menor a população infantil, mais é considerada, e o discurso sobre os seus direitos cresce.

O posicionamento acima reflete em que momento e circunstâncias surgem a necessidade de entender de que forma a sociedade adulta identifica a criança como um outro distinto. Para tanto, faz-se necessário compreender a infância como objeto sócio -histórico, em um tempo geracional e em uma perspectiva relacional com uma dimensão da experiência humana que demandou um longo processo de aprendizagem, e que trata de adultos e de crianças (SOUZA, 2010).

O processo de aprendizagem distingue-se pelas coações. A primeira coação imposta é

pela natureza animal (fome, impulso sexual, envelhecimento), a segunda coação descende da necessidade de sobrevivência (buscar alimentos, afeto, proteção), a terceira coação exprime a interdependência vinda do outro, e que, os indivíduos exercem mutuamente. A quarta é definida pela auto coação, ou seja, realizada fundamentalmente por meio da aprendizagem e da experiência, da assimilação de um hábito na perspectiva da razão e da consciência (SOUZA, 2010).

Ao questionar o mundo das crianças pode-se analisar a falta de entendimento, ausência de escuta do outro, violação, destruição, morte, isso ocorre nos diversos meios sociais, sendo eles no trabalho, na política, nas relações familiares. Mesmo diante do avanço tecnológico a humanidade insiste em não evoluir, já que não supera o problema que está na origem dos grandes crimes cometidos contra a vida, sejam eles de ordem política, étnica, religiosa, social e sexual, e que todos são constituídos pelas diferenças. É diante desta realidade que se cria e educa as crianças, na tentativa de emudecê-las. Assim como, jovens e adultos, membros constituintes de uma história composta pela escravidão passada e presente, mesmo que, muitos tenham aprendido a aceitar a desigualdade e a miséria, as crianças que poderiam ensinar-lhes a esperança se adéquam e aprendem a reproduzir a cultura do mundo adulto, aniquilando direitos, pelo medo e agressão (KRAMER, 2000).

Os estudos realizados mostraram que primeiramente incidiram mudanças de costumes, ou seja, dos modos de coação, interferindo na própria condição de ser adulto. A princípio apontam-se as classes sociais entre civilizadas e rudes, posterior, agrega-se também comportamentos apontadores de lugar geracional com a aproximação dos grupos inferiores e primitivos aos infantis e dos grupos concebidos por adultos (SOUZA, 2010).

A condição de adulto civilizado, distinto das camadas pobres e rudes, foi sendo formada não somente a partir das precisões sociais de distinção de classes, mas a partir da preparação das prescrições de educação civilizada das crianças. Conter emoções com relação à criança aplicar-lhe castigos e ensinamentos morais, acompanhar o seu desenvolvimento, além das fortes críticas ao seu abandono e as orientações para que as famílias adotassem a responsabilidade pelo seu cuidado, foram ações e ideias que solidificaram a produção de um novo lugar do adulto. É neste contexto, que ocorreram expressivas alterações na dinâmica relacional não somente entre ricos e pobres, mas, principalmente entre adultos e crianças, homens e mulheres, interferindo radicalmente em suas relações de interdependência. (SOUZA, 2010).

No caso das relações entre as gerações infantil e adulta, observa-se um maior desequilíbrio de poderes. Na medida em que se tem por um lado, maior conhecimento do

acréscimo biológico e psicológico das crianças, e de outro, maior sofisticação nos aparatos legais de organização da sociedade. Nessa dualidade ocorreu uma ampliação da dependência funcional das crianças em relação ao Estado e a diferentes instituições, com destaque para a escola (SOUZA, 2010).

Assim, Souza (2010, p. 26) pontua que:

A constituição da infância civilizada se fez em meio às alterações das funções sociais dos adultos, à racionalização das atitudes e à produção de expectativas sobre o lugar do futuro adulto. Quando os adultos foram deixando, aos poucos, de perceber a criança no seu presente como “adulto em miniatura”, projetaram-na para o futuro, sendo a infância interpretada como um tempo de construção do futuro num contexto de reelaboração dos sentimentos da passagem do tempo e de elaboração da noção de previsibilidade.

Pelas palavras citadas verifica-se que a partir do momento que a criança passou a ser considerada como um indivíduo que se encontra em uma fase do desenvolvimento, e necessita de cuidados especiais, como: alimentação, vestuário, intervenção para entendimento das normas de conduta, regras sociais é que se significou a infância, analisando-se como necessários tais cuidados. Somente, a partir deste momento é que ocorre a socialização do mundo adulto com o mundo infantil. Nesse período evidenciam-se as necessidades de mediação para a fase de desenvolvimento da infância. Surgem modelos explicativos de como proceder mediante essa etapa e nela o adulto realiza as mediações para auxiliar na constituição individual, que é subjetiva, mas também coletiva, e para o estabelecimento de políticas públicas para a infância.

Para Souza (2007), nos países onde há mais desenvolvimento industrial, a infância é percebida como um espaço societário, as crianças vivem cuidadas, protegidas e preparadas para a vida no mundo do trabalho dos adultos. A aprendizagem é notada como fator de desenvolvimento de oportunidades de trabalho. Assim, as crianças permanecem mais tempo na escola, em lugares de assistência, e em instituições do tempo livre ligadas à escola, brincam com jogos didáticos, e muitos pais preparam contextos cotidianos de aprendizagens para os filhos.

Para Nunes (2003) explicita que o procedimento de socialização começado no nascimento é excludente, portanto causador de preconceitos que serão percebidos pela criança em sua infância e na vida adulta. A percepção não se restringe a diferenças socioeconômicas entre famílias, mas, define-se ao ser observada pelo olhar da criança e pelo olhar preconceituoso de um adulto com a personalidade consolidada.

Para Kramer (2000), as políticas para a infância possuem a função de garantir que o

conhecimento produzido na totalidade, seja remetido a todos, assim, edifica tradições e laços culturais e históricos dos diversos grupos, em virtude desse conhecimento, existiria a possibilidade de escapar do isolamento, do estreitamento das relações, da perda da humanidade. Segundo o autor, as políticas para a infância podem desempenhar o papel de reconhecer as diferenças combatendo a desigualdade, ao garantir a posse do conhecimento, questão central da distribuição do poder. O conhecimento universal e a compreensão da história possibilitam superar a particularidade. Falar de conhecimento é, pois, falar de cidadania.

Nesse contexto, compreende-se que a partir da constituição individual de cada sujeito, existem processos delimitados de acordo com cada época de vida. Para Souza (2010), a infância é um desses processos, e define-se como algo construído na produção sociocultural. Sendo necessário ressaltar a importância de sua contextualização nas dinâmicas relacionais e as relações de interdependência entre as gerações. Observa-se então, que tais relações são elaboradas em diferentes tempos e lugares, considerando que a produção da identidade das gerações se faz combinada a outras categorias, como gênero, classe social e etnia.

O autor ressalta ainda, que para os homens que crescem no interior dessas sociedades, talvez pareça óbvio que todas as pessoas têm uma ideia de sua própria identidade como um ser vivo que passou da infância para a maturidade, que envelhece e que morrerá, mais cedo ou mais tarde. Esta representação de identidade pessoal como um continuum de mudanças, como uma individualidade que passa por um crescimento e um declínio, pressupõe um significativo patrimônio do saber. Na falta de um longo desenvolvimento prévio do saber, os homens dificilmente poderiam perceber a uniformidade e a regularidade que marcam a referência dos acontecimentos em toda sua extensão nos dias atuais.

Diante do exposto, evidencia-se que a infância encontra-se no processo dialético de construção e reconstrução, entende-se isso, pela construção do conceito de infância que é definido de acordo com cada época, partindo do abandono para o cuidado, ou pelo entendimento atual de que a criança encontra-se em processo de desenvolvimento e de aprendizagem, o qual estará delimitando suas características para o mundo adulto. Essa ideia ainda remete a percepção de que a criança, ao ser estimulada, ao ser cuidada, também utilizará esses conhecimentos como forma de preparação para o mundo pois é com suas experiências e vivências (normas e regras) que será referenciadas para o mercado de trabalho.

2.3 O desenvolvimento histórico cultural: a contribuição de Vigotski

Esta parte do trabalho tem o intuito de realizar uma reflexão sobre os processos que evidenciam o desenvolvimento humano, e a relação existente entre infância e sociedade, busca-se o embasamento teórico nas obras de Vigotski¹, contextualizando o desenvolvimento histórico cultural.

Pelas pesquisas realizadas observou-se que o sistema de análise psicológica para desenvolver uma teoria deve partir da teoria histórica das funções psíquicas superiores, que por sua vez se apoiam em uma teoria que responde à organização sistemática e ao significado da consciência de homem. Assim, seu significado essencial constitui-se de uma variabilidade das conexões e relações interfuncionais, pela formação de sistemas dinâmicos complexos, integrantes de toda uma série de funções elementares, e pela reflexão generalizada da realidade na consciência (VIGOTSKI, 1996).

Para compreender qualquer fenômeno humano complexo, é necessário reconstruir suas formas mais primitivas e simples, e acompanhar uma longa série de desenvolvimentos dessa cultura primitiva até a forma mais suprema de civilização (VEER; JAAN, 2009). Para Vigotski (2010) a participação do meio no desenvolvimento infantil é observado de acordo com a relação que existe entre a criança e o meio em dada fase do desenvolvimento. Assim, ao compreender os aspectos postulados por Vigotski e o desenvolvimento individual e coletivo bem como suas manifestações no meio, aponta-se as Leis Gerais da sua teoria.

2.3.1 Leis Gerais

Vigotski como pesquisador utilizou-se da pesquisa com crianças para compreender os processos do desenvolvimento infantil. Sua teoria postula sobre as funções psicológicas superiores, a mediação, a linguagem, os instrumentos, os signos e a interação social.

Conforme explicitam Oliveira, Rego e Souza (2002) embora a maioria dos trabalhos de Vigotski e seus colaboradores tenham sido realizados com crianças, ele não pode ser considerado apenas como um psicólogo do desenvolvimento infantil. É necessário postular

1 Conforme Teixeira (2005, apud CANOPF, 2013, p.13), “há na literatura diferentes formas de transcrição dos caracteres russos do nome de Liev Semionovitch Vigotski, tais como: Wygotsky, Vygotsky, Vygotskj, Vygotski, Vigotskii, Vigotski. Comenta o autor que há dois motivos para tal: primeiro, porque o som de algumas letras do alfabeto cirílico nem sempre têm equivalentes em caracteres do nosso alfabeto e, segundo, pelas particularidades das diferentes línguas ocidentais para as quais se traduzem as obras do autor. Neste trabalho, o nome será grafado com “i”, da mesma forma que em Teixeira (2005) e outros textos consultados. No entanto, mantêm-se a grafia original nas citações textuais de outros autores e nas referências bibliográficas”.

seu interesse com a construção de um sistema para a psicologia, baseado no materialismo dialético. Seu interesse buscava esclarecer as leis fundamentais do desenvolvimento e desintegração do desenvolvimento psicológico, assim como, da consciência e da personalidade.

O princípio orientador da abordagem de Vigotski é a dimensão sócio-histórica do psiquismo. Segundo ele, tudo que é especificamente humano e distingue o homem de outras espécies não humanas, procede de sua vida em sociedade. Exemplificado pelos seus modos de perceber, de representar, de explicar e de atuar sobre o meio, seus sentimentos em relação ao mundo, ao outro e a si mesmo, todo seu funcionamento psicológico, se constitui nas relações sociais (FONTANA, 1997).

De acordo com o modelo histórico-cultural, as descrições de cada ser humano estão intimamente relacionadas ao aprendizado, e a apropriação ocorre por intermédio das pessoas mais experientes ligadas as áreas da linguagem, do grupo cultural da linguagem e outros mediadores do grupo cultural, e que agem como os sistemas de representação, formas de pensar e agir. Dessa forma, o comportamento e a capacidade cognitiva de um indivíduo dependerão de suas experiências, e de sua história educativa. Logo, sua singularidade não resultará apenas de fatores isolados, como a educação recebida da família, do contexto sociopolítico, ou da classe social, e sim, da multiplicidade de características que recaem sobre o sujeito, pois, é o aprendizado que possibilita, movimenta e impulsiona seu desenvolvimento. Cabe enfatizar que o aprendizado é aspecto necessário e universal, uma espécie de garantia do desenvolvimento das características psicológicas especificamente humanas e culturalmente organizadas (OLIVEIRA; REGO; SOUZA, 2002).

Para Oliveira (1997) Vigotski apresentou em sua teoria o ensaio de reunir, em um modelo explicativo complexo, a estrutura cerebral subjacente ao funcionamento psicológico, juntamente com o desenvolvimento da criança ao longo de um processo sócio-histórico. Mas foi necessário compreender que para atingir seus objetivos, o autor teve de contemplar uma abordagem qualitativa, interdisciplinar e voltada para os processos que ocorrem no desdobramento do ser humano.

Ao estudar o trabalho desenvolvido por Vigotski, constata-se que ele enfatizou a investigação da história do surgimento, desenvolvimento e desintegração das funções psicológicas superiores. Ao que referenda a psicologia do desenvolvimento, seu interesse era o de esclarecer as leis fundamentais do desenvolvimento psicológico, contemplando as condições em que o desenvolvimento infantil, a consciência e a personalidade se criam (OLIVEIRA; REGO; SOUZA, 2002).

Vigotski enunciou os princípios de uma metodologia geral que produzia um aparelho conceitual capaz de ligar a Psicologia ao materialismo dialético, contribuindo para homogeneizar o campo da Psicologia. Esses princípios buscavam evitar toda forma de reducionismo e idealismo, com o intuito de explicar fenômenos de acordo com o modelo das ciências naturais, sem se contentar com os modelos descritivos, de forma que adotaram uma perspectiva genética e ou dialética, procurando explicações na história e no desenvolvimento (FREITAS, 1995).

Entre os seus elementos norteadores, destacam-se a mediação, a linguagem, os instrumentos, os signos e a interação social.

2.3.2 A mediação, a linguagem, os instrumentos, os signos e a interação social

Essa etapa da pesquisa mostrar que caracterizar uma teoria é algo complexo e o intuito nesta pesquisa configura-se em elencar alguns pontos do trabalho realizado por Vigotski, já que este autor que efetivou vários trabalhos e muitos desses foram transcritos de palestras e falas do próprio autor, posterior a sua morte. Buscou-se caracterizar um pouco de sua teoria para compreender os processos simbólicos e mediadores que ocorrem na construção do psiquismo, e do estudo da atividade humana.

De acordo com Nunes e Silveira (2011) a proposta de Vigotski para o estudo do desenvolvimento humano ocorre por meio da gênese, ou seja, da origem do psiquismo, e da dinâmica de sua constituição. Vigotski realiza a crítica aos métodos que investigassem a mente humana partindo de uma análise do pensamento realizada pelo próprio sujeito, em forma de introspecção, ou, que concebesssem o psiquismo como um conjunto de elementos isolados passíveis de observação, mensuração e controle.

Pelos elementos apresentados, entende-se que o desenvolvimento individual parte do início da vida. Nessa fase ocorrem apropriações dos significados culturais que acentuam a condição humana, de linguagem, consciência e atividade, transformando-se de biológico em sócio – histórico, considerando-se dois aspectos qualitativos diferentes, o primeiro são as funções elementares como: memória imediata, atenção não voluntária, percepção natural; e, as funções superiores: memória voluntária, atenção consciente, imaginação criativa, linguagem, pensamento conceitual, percepção mediada. As primeiras possuem origem biológica se referem a um momento inicial do desenvolvimento da criança, determinadas pela estimulação ambiental. Por meio de atividades em processos de interação com o ambiente

social, as funções psicológicas vão se transformando, evoluindo, ocorrendo um gradativo domínio dos significados culturais, e um avanço dos modos de raciocínio realizados (NUNES; SILVEIRA, 2011).

O comportamento cultural possui seu início nos processos naturais, em uma condição de desenvolvimento mais elementar, que é regida pelas limitações de ordem biológica. A passagem de um desenvolvimento menos complexo para o superior, não ocorre em uma conexão mecânica, mas em um processo de aprendizagem, pelo qual os estímulos externos incidem de forma direta sobre o indivíduo, transformando-o. Neste sentido, o desenvolvimento cultural do indivíduo passa por uma mudança interna dos processos naturais, isto não é algo fornecido biologicamente ou pelo meio, mas é fruto das atividades da espécie humana frente às oportunidades apresentadas pelo contexto histórico e cultural do qual faz parte, e que ao mesmo tempo, por ela é reconstruído (NUNES; SILVEIRA, 2011).

Com base na teoria Vigotskiana, a prática humana é categoria central, a linguagem ocupa papel de destaque como elemento de mediação na apropriação da cultura. O trabalho também é dimensão essencial para compreensão da gênese das funções superiores. Neste sentido, primeiro vem os atos, enquanto atividade prática, que agem de forma mediada por meio da palavra (NUNES; SILVEIRA, 2011).

Molon (2015) enfatiza que se reconhece a relação entre a representação linguística e a definição da situação com relação ao funcionamento interpsicológico e intrapsicológico. Os aspectos envolvidos na definição da situação surgem representados na fala em diferentes graus. Assim, a relação ideal a ser estabelecida entre o adulto e a criança, deve considerar a compreensão de forma individual e intersubjetiva, mediada pela fala do outro, para que isso aconteça deve ocorrer um nível harmônico no diálogo, e na relação entre adulto e criança, a fim de que a linguagem seja significativa e gere entendimento.

A constituição individual não se pauta apenas nos aspectos intrapsicológicos e interpsicológicos, mas no processo dialético entre ambos, e pela constituição do outro através da palavra em uma dimensão semiótica. Sendo a palavra e o signo polissêmicos, a natureza e a gênese do processo de constituição individual implicam necessariamente no diferente e no semelhante.

Neste sentido, Wood (2003) aponta que os adultos ajudam crianças a realizem coisas que elas são incapazes de realizar sozinhas, essa intervenção auxilia e estimula o desenvolvimento do conhecimento e da capacidade. Sem uma capacidade natural para ensinar, assim como para aprender, as culturas humanas nunca conseguiriam se desenvolver, uma vez que elas só são capazes de perpetuarem se os imaturos aprenderem e os maduros

ensinarem. Logo, a instrução está no centro do desenvolvimento, no qual o potencial de uma criança para aprender é revelado, e com constância realizado em interações com outras pessoas que tenham mais conhecimento.

Para a compreensão desta interação entre imaturos e maduros, em um processo constante de aprendizagem Vigotski conceituou a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). A ZDP de acordo com Oliveira (1997) se encontra entre os conceitos de desenvolvimento real e potencial. O desenvolvimento real da criança caracteriza-se pelo desenvolvimento de forma retrospectiva das funções e etapas já desenvolvidas, sendo resultado de processos de desenvolvimento já consolidados. Já, o desenvolvimento potencial, caracteriza-se pela capacidade em desempenhar tarefas com a ajuda de adultos ou de companheiros mais capazes, ou seja, existem tarefas que a criança não consegue desempenhar sozinha, mas com um mediador se torna capaz.

A ZDP é a distância entre o nível de desenvolvimento real, avaliado por meio da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou colaboração de outro mais capaz. Em suma, a ZDP caracteriza-se pela caminho que o indivíduo vai percorrer para desenvolver funções que estão em processo de maturação e que se tornarão funções firmadas, instituídas no seu nível de desenvolvimento real. É um domínio psicológico em constante transformação, é como se o processo de desenvolvimento progredisse mais lento que o processo de aprendizagem, em que ocorre a interferência constante na zona de desenvolvimento proximal das crianças, os adultos e as crianças mais experientes contribuem para movimentar os processos de desenvolvimento dos membros imaturos da cultura (OLIVEIRA, 1997).

A ZDP é um dos conceitos entre o espaço que existe para um indivíduo, criança ou adulto, entre o que ele é capaz de fazer sozinho, e o que ele pode conseguir com a ajuda de alguém. O sucesso cooperativamente adquirido está na base da aprendizagem e do desenvolvimento. Esta instrução, pode ser formal e informal, observada em contextos sociais, realizada por colegas ou irmãos, pais, avós, amigos, conhecidos e professores com mais informações. A instrução é portanto, significativa na condução para a transmissão cultural de conhecimento (WOOD, 2003).

Nessa concepção o conhecimento encontra-se incorporado nas ações, no trabalho, nas brincadeiras, na tecnologia, na literatura, na arte e nas conversas de membros de uma sociedade. Sendo por meio da interação com os representantes vivos da cultura, que uma criança pode vir a adquirir, incorporar e desenvolver o conhecimento. O desenvolvimento

infantil reflete as experiências culturais e a oportunidades de acesso aos mais experientes que já praticam áreas específicas de conhecimento (WOOD, 2003).

Vigotski (2000) diz que os instrumentos que oportunizam a aprendizagem estão fora do corpo, enquanto os órgãos estão dentro, logo, a essência do intelecto está nos instrumentos do meio, e é o instinto que possui a habilidade de utilizar e construir instrumentos organizados, e o intelecto os não organizados. Assim, a vontade, expressa pela atividade psicológica construtiva, torna-se a síntese de uma ou outra atividade, pois, sua função é a de criar com ajuda do meio externo – não organizado- construções orgânicas, funções cerebrais e neurológicas. O homem constrói novos órgãos orgânicos, por meio do auxílio da atividade instrumental.

Com ênfase no modelo histórico-cultural, observa-se que as características do ser humano, estão intensamente relacionadas ao aprendizado, ou seja, da apropriação que ocorre por intermédio de pessoas experientes, que se utilizam da linguagem e de outros mediadores, e pelo herdado de seu grupo cultural, se configuram pela representação de sistemas e formas de pensar e agir.

Freitas (1995), de acordo com os pressupostos da teoria de Vigotski, expõe que a possibilidade de modificar o mundo material, mediante o emprego de ferramentas, estabelece as condições para a modificação da própria atividade reflexa e sua transformação qualitativa em consciência. Porém, para que a consciência se efetive é necessário que seja mediada pela construção de uma classe de ferramentas que permitem realizar transformações nos outros, no mundo material por meio dos outros. Essas ferramentas são denominadas de signos e consideradas essencialmente culturais. Os signos, ao interiorizarem-se, transformam-se em meios de regulação interna ou auto- regulação, que irão modificar dialeticamente a estrutura da conduta externa. A concepção instrumental está vinculada a gênese histórico-cultural da funções superiores, ou seja, na gênese social do indivíduo. Tanto que a consciência se origina no espaço exterior, na relação com os objetos e as pessoas, nas condições objetivas da vida social.

Ainda para Vigotski a internalização é a reconstrução interna da atividade externa. Sem os signos externos, especialmente a linguagem, não seria possível a internalização e a construção das funções superiores. Logo, a sociabilidade do homem, sua interação social, signo e instrumentos, cultura, história, funções mentais superiores, mediação são condições essenciais para a teoria vigotskiana (FREITAS, 1995).

Pelo já exposto, percebe-se que os instrumentos na atividade humana são formas de compreender as características do homem através do estudo da origem e desenvolvimento da

espécie, partindo do pressuposto que o surgimento do trabalho e a formação da sociedade humana, ocorrem com base no trabalho. Sendo que este, por meio da ação transformadora do homem sobre a natureza, une homem e natureza e cria a cultura e as histórias humanas. É no trabalho que ocorre a atividade coletiva, e as relações sociais, e por outro lado, a criação e utilização de instrumentos. Já, o signo atua como instrumento da atividade psicológica de modo paralelo ao papel de um instrumento no trabalho. Os signos, também denominados instrumentos psicológicos, são orientados para o próprio sujeito, para dentro do indivíduo. Conduzem ao controle de ações psicológicas, seja do próprio indivíduo, seja de outras pessoas e são ferramentas que auxiliam nos processos psicológicos e não nas ações concretas (OLIVEIRA, 1997).

O caminho do objeto remete ao processo de internalização com a mediação do outro, até a criança, e desta até o objeto, ocorre por meio de uma outra pessoa. A estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento enraizado nas ligações entre história individual e história social. A partir do nascimento, a criança tem com o mundo uma relação mediada pelo outro e pela linguagem. É o adulto que lhe ensina a utilizar os objetos, nomeando-os, apontando-os, destacando-os, indicando-lhe os objetos do mundo, ao mesmo tempo em que atribui significações aos seus comportamentos (FONTANA, 1997).

A criança aprende a falar e a utilizar a própria linguagem para regular suas ações e conferir sentido as coisas, e é na sua relação com o outro que ela vai se apropriando das significações socialmente construídas. Sendo no grupo social, por intermédio da linguagem e das significações, que interage com as formas culturais de perceber e estruturar a realidade. Quando a criança reconstrói internamente essas formas culturais de ação e pensamento, assim como as significações e os usos da palavra com ela compartilhados, ocorre um processo interno de reconstrução de uma operação externa, a internalização que situa a atividade interpessoal que transforma-se para constituir o funcionamento interno (intrapessoal) (FONTANA, 1997).

De acordo com o exposto por Veer e Jaan (2009), a teoria diz que existem diferenças fundamentais entre animais e seres humanos. Os animais são quase totalmente dependentes da herança de traços de bases genéticas, por sua vez, os seres humanos, por meio dos produtos da cultura, conseguem transmitir e dominar o conhecimento. Como pode-se constatar os traços que caracterizam os seres humanos são adquiridos no domínio da cultura pela interação social, existindo um papel limitado com relação a evolução biológica e a base genética do comportamento humano.

O comportamento de fato possuía uma base genética, e essa base tinha sua origem na evolução biológica, mas ela estava restrita aos processos inferiores. Os processos superiores especificamente humanos desenvolviam-se na história humana e tinham que ser dominados de novo por cada criança humana em um processo de interação social. (VEER; JAAN, 2009, p. 213).

Pelo dito acima, a palavra denominada social, em seu sentido mais amplo, carrega em si o significado que tudo que é cultural é social, entende-se então que a cultura é fruto da vida em sociedade e da atividade social que o homem exerce. O signo e o instrumento encontram-se inseridos no contexto social, pois são utilizados de acordo com as características que lhes foram atribuídas socialmente. O que se pode verificar é que todas as funções superiores desenvolveram-se não na biologia, nem na história da filogênese pura, mas esse mecanismo que se encontra na base das funções psíquicas superiores é que possui sua matriz no social. A história do desenvolvimento cultural da criança como a sociogênese das formas superiores de comportamento (VIGOTSKI, 2011).

Nessa direção o signo é comparado ao instrumento e intitulado por Vigotski de instrumento psicológico. Tudo que é utilizado pelo homem para representar, evocar ou tornar presente o que está ausente, constitui um signo, a palavra, os símbolos, os desenhos, entre outros. Já o instrumento encontra-se orientado externamente, para a modificação do ambiente, o signo é internamente orientado, modificando o funcionamento psicológico do homem. A apropriação dos instrumentos e dos signos pelo indivíduo ocorre sempre na interação com o outro (FONTANA, 1997).

O conceito de que o ser humano está inserido em um contexto social e histórico, remete à evidência que seus processos de transformação descendem das preposições utilizadas na contemporaneidade. Assim como de forma geral, as ciências humanas, buscam compreender as áreas de encontro para integrar o conhecimento acumulado. A interdisciplinaridade e a abordagem qualitativa tornaram-se enfoque para o pensamento contemporâneo. A obra Vigostskiana compreende os processos psicológicos individuais de forma a concretizá-los numa perspectiva de que o homem é composto por corpo e mente, enquanto ser biológico e social, membro da espécie humana e participante de um processo histórico. Sua teoria baseia-se em três pressupostos básicos, que são: As funções psicológicas têm suporte biológico, pois são produtos da atividade cerebral; o funcionamento psicológico fundamenta-se nas relações sociais entre o indivíduo e o mundo exterior, as quais se desenvolvem num processo histórico; a relação homem/mundo é uma relação mediada por sistemas simbólicos (OLIVEIRA, 1997).

Ratner (1995) afirma que os princípios da psicologia sócio-histórica, partem da

premissa que os fenômenos psicológicos são formados humanamente à medida que os indivíduos participam de interações sociais e empregam nelas seus instrumentos. Por isso, estes fenômenos desenvolvem-se a partir de relações estabelecidas na interação com o meio ou por produtos interpessoais.

Assim, a configuração e o conteúdo da atividade psicológica possuem um modo que reflete as práticas sócio históricas, compostas não apenas nas relações interpessoais familiares, mas construídas pela consciência social, que dependem dos conceitos sociais e da linguagem. Com este princípio, os seres humanos se transformam ativamente à medida que transformam seu mundo social e natural. Para Vigotski (1998), as formas superiores de comportamento só evoluem por meio da pressão efetivada pela necessidade, uma vez que a criança precisa ser da interação com o outro.

Baseando-se na teoria proposta por Vigotski compreende-se que a mediação, o signo, a linguagem, os instrumentos, a zona de desenvolvimento proximal e a interação social no sentido de que a criança se torna membro de determinado. É notório que o mundo infantil é diferente do adulto, pois possui funções diferenciadas, ou de menor importância, mas ela também executa atividades como brincar, e o brincar livre, não é imposto socialmente, porém, reflete aquilo que a criança aprende na prática e na interação com o mundo adulto. O sentido que o seu brincar remete é composto pelo reflexo de seu processo histórico-cultural. Logo brincar não é qualquer brincar, esse brincar imita a prática do trabalho do adulto e a sua significação para futuramente adaptar-se a realidade.

De acordo com Vigotski (1991) todas as crianças buscam satisfazer seus desejos, contudo cabe enfatizar que existem experiências de prazer muito mais significativas do que o brincar, que podem ser: mamar, querer chupar chupeta, ou qualquer outra que preencha as necessidades da criança; Crianças em diferentes momentos de desenvolvimento possuem necessidades diferentes de brincadeiras, e compreensão das regras impostas. O brincar surge então, como um processo imaginário, no qual é possível satisfazer os desejos que não foram alcançados por outra via, ou simplesmente para distrair os desejos que a criança apresentava. Nessa concepção, a criança se utiliza da imaginação e se apropria de um mundo irreal, nele os desejos não realizados podem ser realizados, e esse mundo é que se denomina de brincar. A imaginação se consolida como um processo psicológico novo para a criança, e que torna consciente a atividade humana, a imaginação orienta ao brincar sem ação. É no brincar que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, em vez de em uma esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas, e não dos incentivos fornecidos pelos objetos externos.

Verifica-se que o brincar é ação em uma posição imaginária que instrui como a criança precisa gerir seu modo de ser e de vivenciar não somente pela percepção imediata dos objetos ou pela circunstância que a afeta de imediato, mas também pelo significado dessa situação. No brinquedo, o pensamento está separado dos objetos e a ação surge das ideias e não das coisas. Um pedaço de madeira, por exemplo torna-se um boneco e um cabo de vassoura um cavalo. Por sua vez, a ação regida por regras começa a ser apontada pelas ideias, e não pelos objetos, sobrevém tamanha inversão da relação da criança com a situação concreta, real e imediata, que é difícil subestimar seu pleno significativo. Acontece que essa mudança não ocorre de uma única vez, visto que para a criança é difícil separar o pensamento dos objetos (VIGOTSKI, 1991).

O brinquedo fornece um estágio de transição, constata-se que sempre nessa direção sempre que um objeto se torna um pivô da percepção humana, ele dá novo sentido na vida das crianças, essa fase é chamada de percepção dos objetos reais, e dos seus significados. O objeto é o numerador e o significado é o denominador (objeto/significado). No brinquedo, o significado torna-se o ponto central e os objetos são deslocados de uma posição dominante para uma posição subordinada (VIGOTSKI, 1991). Para compreender o posicionamento da ação humana quando se trata de crianças, é necessário visualizar que a infância é um conceito novo, mas merece destaque, pois a significação que ocorre nesta etapa é diferenciada do mundo adulto.

Em relação a essa ideia na fala de Santos (1988) observa-se uma crítica, na qual o contexto principal é que a ação humana é radicalmente subjetiva ele diz que a conduta humana, ao contrário dos acontecimentos naturais, não pode ser exposta, e muito menos esclarecida com base em características exteriores e objetiváveis, uma vez, que o mesmo ato externo pode corresponder a sentidos de ação diferentes. Para tanto, a ciência moderna aproveitou o homem enquanto sujeito epistêmico, mas expulsou-o tal como a “Deus”, enquanto sujeito empírico.

Um conhecimento objetivo, e rigoroso não tolera interferência dos valores humanos ou religiosos, foi nesse sentido, que se construiu a distinção dicotômica entre sujeito e objeto. No entanto, essa distinção entre sujeito e objeto nunca foi tão pacífica nas ciências sociais quanto nas ciências naturais. Afinal, os objetos de estudo eram homens e mulheres como aqueles que os estudavam (SANTOS, 1988). Da mesma forma que a dialética o autor destaca que um elemento nunca é auto-suficiente ou homogêneo, e que é sempre mais do que si mesmo mediante seu desenvolvimento com outros, ainda diz que um elemento também nunca se aniquila em suas relações e nunca é indistinguível de outros fenômenos, pois, se não

existissem acontecimentos não haveria sobre o que ponderar. Levando em conta o que foi exposto compreende-se que o elemento individual é sempre distinto dos outros com que está unificado, sendo o indivíduo ele mesmo. Para Vigotski a incorporação da dialética entre diferença e relação ocorre por meio da consciência e da experimentação, afirma que a consciência procede da experiência particular, circunscrita, contudo é sempre uma elaboração, generalização ou idealização da experiência. Portanto, a consciência baseia-se na experiência, contudo é mais que a experiência (RATNER, 1995).

Vigotski (2010) enfatiza também que o meio não pode se configurar como algo estático e exterior com relação ao desenvolvimento, porém deve ser envolvido como algo variável e dinâmico. Então, é na convivência, que tanto a criança quanto o meio se modificam, e tornam-se outros, e por consequência, o meio começa a influenciar a criança de uma nova maneira.

Nessa concepção a dialética é uma construção geral a respeito da natureza da inter-relação, na qual a organização dos elementos depende de suas propriedades concretas. A explicação de fenômenos expressa que cada indivíduo intrinsecamente faz parte de uma unidade maior que inclui outros. Logo, os fenômenos são partes dinamicamente interativas dentro de um todo, e não átomos isolados, homogêneos, inativos, provisoriamente ligados entre si. A biologia humana estabelece um extenso potencial para a percepção, o pensamento, o sentimento, a personalidade, o uso de instrumentos, a comunicação social e a interação. Esse potencial não se distingue por si só. Mais essencial é o fato de que o homem não só se desenvolve naturalmente, como também se constrói. Toda série de precisões psicobiológicas infantis compõem-se analogicamente, de necessidades gerais tais como a necessidade de estímulo, regularidade de experiência, oportunidade para a prática de habilidades, exposição à linguagem, apego e estímulo social para edificar a autoconfiança (RATNER, 1995)

Como afirma Vigotski (2010), inicialmente a criança apresenta em seu desenvolvimento uma forma primária, e posterior o meio com suas formas ideais, desempenha no desenvolvimento da personalidade e de suas características específicas ao homem, a função de desenvolvimento, pois se não ocorre interação com a forma ideal ou superior a criança não se desenvolve. Com base nessa ideia, existem três formas de mediação expostas como: a consciência (atividade mental); a cooperação social (sociabilidade) e os instrumentos (tecnologia).

A consciência é a percepção compreensiva das coisas, a qual processa a informação, analisa, sintetiza, interpreta, planeja, lembra, sente e decide. A verdadeira consciência se dá conta de seu próprio estado e atividade, em outras palavras, é autoconsciente. A sociabilidade

é a atividade conjunta, coordenada com outros indivíduos, que inclui cooperação, comunicação detalhada, partilha cuidado com os outros e compreensão das intenções, metas, pensamentos e sentimentos dos indivíduos. Os instrumentos são implementos físicos utilizados para aumentar os poderes naturais do organismo físico. A consciência, a sociabilidade e os instrumentos organizam a sensibilidade aos estímulos, a percepção, compreensão e memória deles, e as relações a eles. O indivíduo é então membro de uma comunidade social e depende de outras pessoas para ajuda material, comportamental e psicológica. É na relação com o outro, e com seus estímulos que ele modela seus padrões de comportamento, conceitos, aspirações e motivos que foram formados socialmente. Paradoxalmente, as mediações que distinguem o organismo humano do mundo natural ativam a sensibilidade, compreensão, objetividade, adaptabilidade e liberdade (RATNER, 1995).

Ao abordar o conceito de relação com o meio, o desenvolvimento das funções psíquicas superiores só se caracteriza pelos caminhos da aquisição da cultura, ou pelo aprimoramento interno das próprias funções psíquicas, revelada como a elaboração da atenção voluntária, a memória lógica, o pensamento abstrato, a formação de conceitos (VIGOTSKI, 2011).

A consciência impetra por conseguir ganhar a força estimulante da sociabilidade, e a socialidade prospera por ser conscientemente criada e dirigida por ela ao invés de corresponder a repressões naturais estereotipadas. Isso mostra que a consciência humana é grande por ser social, e a vida social é grande por ser consciente, pois a consciência exige a estimulação social de relações complexas, conhecimento acumulado por indivíduos, símbolos provindos da comunicação social e deliberação a qual torna indispensável pela consideração dos desejos e das reações dos outros. Assim, ela é fundamental para a verdadeira sociabilidade, visto que esta é um sistema de normas sociais que são planejadas, mantidas e simbolicamente comunicadas por meio da linguagem (RATNER, 1995)

O ser humano possui a possibilidade de analisar objetos ausentes, imaginar eventos nunca vividos, planejar ações a serem desempenhadas em momentos posteriores, estas atividades se caracterizam como funções psicológicas superiores. Sobre o desenvolvimento, a mediação é o conceito utilizado como um processo de intervenção em uma relação. A relação deixa de ser direta para ser mediada por esse elemento. A mediação é composta pelos instrumentos e signos, e seu processo se desenvolve para tornar possível atividades psicológicas voluntárias, intencionais, controladas pelo próprio indivíduo (OLIVEIRA, 1997).

Os sistemas de representação da realidade, como a linguagem, são socialmente estabelecidos. É o grupo cultural no qual o indivíduo se desenvolve que lhe fornece formas de

perceber e organizar o real, as quais vão constituir os instrumentos psicológicos que fazem a mediação entre o indivíduo e o mundo (OLIVEIRA, 1997).

As condições sociais nas quais a criança é integrada compõem, por um lado, toda a esfera de sua inadaptação de que resultam todas as suas forças criativas. A existência de dificuldades que estimulam a criança para o desenvolvimento está ligada às condições do meio social, nela a criança necessita agrupar-se para conseguir superar as dificuldades e buscar um desenvolvimento compensatório, e somente na presença das dificuldades que esta pode superar-se e aprender com o processo (VIGOTSKI, 2006).

Já na interação entre os indivíduos particulares, ocorre o papel fundamental da construção do ser humano. Nesse processo de relação interpessoal concreta com outros homens é que o indivíduo vai interiorizar as formas culturais estabelecidas de funcionamento psicológico. Nessa direção, a cultura não é reconhecida como algo pronto, ou um sistema estático, mas como um palco de negociações, no qual seus membros estão em constante movimento de recriação e reinterpretação de informações, conceitos e significados.

A vida social se estabelece como processo dinâmico, no qual cada sujeito é ativo pois aí acontece a interação entre o mundo cultural e o mundo subjetivo de cada um. Nos seus estudos Vigostki aproxima-se da filiação marxista, e postula que a interação entre vários planos históricos, compostos pela filogênese, ontogênese e pela cultura. A primeira é composta pela história da espécie humana, a segunda pela história do grupo cultural e do organismo individual da espécie, enquanto a terceira faz referência aos processos e experiências vividas no meio (OLIVEIRA, 1997).

Diante das informações apresentadas constata-se que é no decorrer de várias experiências similares, que a própria criança começa a incorporar o significado atribuído pelo adulto à situação de compreender seu próprio gesto. Os sistemas simbólicos e a linguagem constituem um papel fundamental na comunicação entre os indivíduos e no estabelecimento de significados compartilhados que permitam interpretações dos objetos, eventos e situações do mundo real (OLIVEIRA, 1997).

Daniels (1994) aponta que existe a necessidade de um movimento em direção a uma análise ampla do comportamento e da consciência, que enuncia e esclareça as bases sociais, culturais e históricas do desenvolvimento. Compreende que o desenvolvimento infantil passa por processos naturais, pelos quais referencia o crescimento e a maturação, mas também remete-se ao desenvolvimento cultural, pelos meios e instrumentos da cultura. Enfatiza ele que a criança se constitui pelos seus processos naturais e culturais, ou seja, biológicos e históricos, nos quais, ambos possuem domínios para o desenvolvimento.

O modo como o ser humano se relaciona com seu ambiente sempre deve possuir o caráter de atividade, e não apenas de coincidência. Devido a isso, a adaptação do ambiente pode implicar a mais dura luta contra seus diferentes elementos, ampliando e restabelecendo suas inter-relações. No mesmo ambiente social podem ocorrer orientações sociais totalmente distintas do indivíduo, e toda a questão reside em saber em que direção essas atividades será direcionada (VIGOTSKI, 2003).

Como se pode perceber os aspectos tipicamente humanos do comportamento buscam elaborar hipóteses de como essas características se formam ao longo da história e de como se desenvolvem durante a vida do indivíduo. Verifica-se então, que o desenvolvimento do comportamento humano caracteriza-se por transformações complexas, qualitativas, em cada forma de comportamento, a relação dos seres humanos nos ambiente físico e social, a relação entre homem/natureza, trabalho e as relações entre o uso de instrumentos e linguagem.

Ao se tomar por base os estudos realizados no decorrer do trabalho, é possível analisar como a expressão da fala dos indivíduos ou o uso de signos, integrados como raciocínio prático, em uma unidade dialética, constitui a verdadeira essência e complexidade do comportamento humano. Assim, a atividade simbólica tem uma função organizadora específica que invade o processo de uso de instrumentos e produz formas fundamentalmente novas de comportamento (FARIA, 2004 a).

Para Vigotski (2003) é por meio do trabalho que se cria o conhecimento científico, é pelo domínio do significativo capital de conhecimentos acumulados sobre a natureza, que este se transforma em aperfeiçoamento técnico. Uma vez que o trabalho não é observado apenas como processo entre homem e natureza, mas sim como um processo próprio da espécie humana. O autor enfatiza, que até as formas mais primitivas de trabalho demandam coordenação dos esforços, habilidade para realizar o próprio comportamento em consonância com os comportamentos de outros, e na organização e regulação das próprias reações para que estas se tornem componente coletivo. O trabalho em suas formas superiores e técnicas, favorece a experiência social.

Assim sendo, o esforço realizado com o trabalho incide no fato de que ele é um processo de reação completo e integralmente terminado. Possui início no estímulo dos órgãos internos, transita pelas vias nervosas centrais e desponta para o exterior por meio do ato de resposta do órgão efetor ou operante. Cada especificidade humana, enquanto noção psicológica sobre o trabalho acaba por funcionar como um sistema complexo, e quando considerado separadamente, não consegue exprimir de forma aproximada, nem sequer as verdadeiras possibilidades de sua ação. Seu valor revela a necessidade vital, para a vida ou o

princípio de realidade, a lei fundamental da educação e a lei de formação dos reflexos condicionados se direciona a isso (VIGOTSKI, 2003).

Diante dessas afirmações Vigotski (2001) aponta que o resultado mais importante que se consegue nesse processo consiste no fato de que o trabalho é assimilado e que o indivíduo que o executa, não se questiona em nenhum momento sobre qual o sentido que deve ter o seu trabalho, pois o sentido é informado de antemão antes de ser suscitado o esforço, e a existência do esforço já consiste em uma prova da existência do sentido. Um dos aspectos mais valiosos para que o trabalho se volta, referenda que ele está direcionado para uma prática.

Percebe-se que no decorrer de sua existência, o indivíduo adapta a natureza a suas demandas de trabalho. A produção que gera distingue-se por um caráter coletivo, quando necessita de uma organização das formas sociais, como ocasião preliminar para seu surgimento. Em geral, todos os seres vivos possuem uma íntima dependência entre os organismos de uma mesma espécie. Especificamente na espécie humana, os instintos conduziram para a formação e o aparecimento da atividade, que é a base de todo sistema econômico (VIGOTSKI, 2003).

Ainda conforme define Vigotski (2001) na vida real as pessoas asseguram a sua subsistência moldando a natureza à suas necessidades no processo de trabalho. Esta produção coletiva e humana descende da organização de forças sociais para seu surgimento, se pauta no caráter social, surgem formas complexas de organização no comportamento social das pessoas, com as quais a criança encontra-se antes de chocar-se imediatamente com a natureza.

O processo de produção dá início ao mais amplo caráter social na humanidade, e atualmente, esse contexto abrange toda a espécie. Para isso é que existe a necessidade que surjam formas mais complexas de organização do comportamento social do homem, com o qual a criança se depara antes de enfrentar diretamente a natureza. Por consequência a educação humana é condicionada pelo meio social, no qual o ser humano cresce e se desenvolve. Porém, ocorrem outras situações que entusiasmam suas atitudes, formas de pensar e agir, as quais se caracteriza pela ideologia, definida como os estímulos sociais que foram constituídos no processo de desenvolvimento histórico e que se cristalizam pelas normas jurídicas, morais, entre outras. Essas acabam impregnadas pela estrutura de classe da sociedade que as gerou, e servem para a organização da classe de produção.

Observou-se que o comportamento humano, também é ativado por essas situações desencadeadas pelo coletivo. O que acontece é que o trabalho humano, em sua luta pela existência, adota exclusivamente as formas da luta social, e em função disso, coloca massas

inteiras em iguais condições, exigindo-lhes que organizem formas iguais de comportamento (VIGOTSKI, 2003).

Para Molon (2015) o pressuposto básico da teoria de Vigotski é o trabalho possibilitando a hominização, ou seja, o homem se estabelece pela atividade de trabalho. É nele que acontece uma dupla produção, definida, primeiramente, pela produção de objetos culturais com a produção do próprio homem. O homem que com o trabalho transforma a natureza, imprimiu com ela uma dimensão humana. Foi pelo trabalho que aconteceu a passagem do biológico para o social, do natural ao humano-cultural, uma vez que a atividade humana apresenta uma característica de atividade mediada socialmente.

O homem ao produzir os meios necessários para a satisfação de suas necessidades de existência, acaba gerando uma realidade que é humanizada pela sua atividade, de forma também a se humanizar, uma vez que a transformação objetiva requer dele uma transformação subjetiva. Com isso verifica-se que o homem ao apropriar-se da natureza, transformando-a, apropria-se também, daquilo que é criado pelos próprios homens. Essa apropriação cria novas necessidades, que são unicamente socioculturais, que não existiam, e que, por sua vez, levarão os homens a novas objetivos e novas apropriações (DUARTE, 2004).

Logo, o homem não cria uma realidade sua, sem apropriar-se da realidade natural, quando o objeto sofre uma ação humana, este passa a ter novo sentido e novas funções, passa a ser uma síntese da atividade social, que será absorvida pelos seres humanos, enquanto objeto de apropriação e que possuirá o distinto papel de incorporar a objetivação à atividade individual. A relação que ocorre entre a objetivação e a apropriação se concretiza, portanto, sempre em condições determinadas pela atividade passada de cada indivíduo, esta apropriação das objetivações do gênero humano é uma necessidade do próprio processo de formação da individualidade (DUARTE, 2004).

Assim, torna-se necessário compreender que o desenvolvimento na infância, ocorre de acordo com as características herdadas individualmente mas também é construído no convívio cultural e social, sendo, que é o convívio que irá produzir as formas de relação que se estabelecem na comunidade. Então, visualizar esses aspectos, implica entender que os comportamentos humanos, irão reproduzir itens já acomodados, normas e regras, e servirão para justificar as relações de produção e sua forma de organização.

2.4 O MST, o trabalho e a infância

A fim de compreender o lócus, a pesquisa enfatizou algumas considerações já realizadas em outros estudos que desenvolvem concepções sobre a infância nos Assentamentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, elencando situações descritas e vivenciadas no campo empírico.

Os autores abordados no trabalho mostraram que a sociologia da infância busca investigar os processos de inserção e participação da criança na cena social presente, mas isso não basta, para compreender como se dá essa trajetória é preciso aprender o impacto e as consequências dos recentes processos históricos de globalização sobre as crianças em distintos contextos, considerando o grau de vulnerabilidade delas em consonância aos mecanismos de exclusão social. Já que, a padronização de modelos identitários para a infância, que se encontram nos bens de consumo da cultura, confronta-se com a desigualdade de acesso a tais produtos (CORREIA; GIOVANETTI; GOUVÊA, 2007).

Percebe-se que esse caminho não é recente, o histórico de luta pela terra e pelo direito no Brasil, se relaciona com a escravidão, a mão-de-obra barata e condicionada na revolução industrial, no corte de cana-de-açúcar. Na luta pela terra verifica-se que a realidade brasileira de crianças, que em conjunto com suas famílias, vivenciam conflitos pelo direito a terra no Brasil ocorrem desde a colonização, e que no decorrer expulsaram os camponeses de suas terras em nome dos grandes latifúndios e da grilagem de terras (MORAES, 2010).

O histórico referencia as crianças além de fome, exclusão da escola e de vivenciarem momentos de violência (perda de membros da família em confrontos armados), fizeram com que o sentido da infância se transformasse em momento de trabalho. Isso evidencia que o aprendizado desses menores tornou-se vulnerável, e que houve necessidade de que os pequenos acompanhassem os pais nas roçadas, no trabalho agrícola e na socialização da luta pela terra. Nesse contexto, ser criança implica em várias faces, de acordo com o meio cultural que elas se encontram, nota-se pois desenvolver saberes, significados se torna partilha independente de quem ali vive (MORAES, 2010).

Desse modo, sobre o significado e as implicações de tornar a criança um ator social, configura-se um indivíduo que também é protagonista nas dinâmicas sociais. As crianças constroem formas próprias de significar o mundo a partir de sua singularidade, assim compreende-se como são criadas as estratégias e os processos infantis de interpretação do mundo, quanto as produções culturais deles decorrentes (CORREIA; GIOVANETTI; GOUVÊA, 2007).

Para Barros (2011) desde a formação do MST, há preocupação com a educação e a formação das crianças, indicando que elas precisam ser formados para novas lideranças,

considerando, também a necessidade de formação humana. Assim, as crianças participam em conjunto no campo da luta social, e vão se constituindo como sujeitos de direitos, na comunidade. Logo, a infância apresenta uma concepção que é constituída na produção social e histórica, e não apenas, como uma etapa da vida de um ser biológico, não como fase naturalizada de um processo de crescimento, que se transfere posterior a adolescência e vida adulta.

Para Correia, Giovanetti e Gouvêa (2007) o estudo das manifestações e dos significados da cultura infantil, pressupõem-se que a criança interpreta o mundo, dialogando com os elementos da cultura mais ampla, apropriando-se deles com base em sua própria infância. Esta lógica, é produto não da natureza biológica diferenciada, abstrata e universal, mas sim, de um longo processo histórico de conformação de um lugar social distinto do adulto.

Diante disto Moraes (2010) enfatiza que as crianças possuem discernimento do que os adultos almejam delas, devido a isso, incorporam um discurso que é do adulto, baseando-se no confronto com a história do sentimento a respeito da infância, como um rito de passagem e preparação para a vida adulta. Com essa visão o “brincar” é deixado de lado. Este aspecto é justificado pelo histórico de sofrimento e exclusão vivenciado pelas famílias. Infelizmente essa é a realidade das crianças dos assentamentos, e quanto aos pais, constata-se que ele deixam transparecer a preocupação de que desejam aos filhos uma vida melhor, o que exige deles amadurecimento precoce.

Entender a infância no MST, requer observar que nos acampamentos e assentamentos, nas marchas, nas ocupações, nos cursos, reuniões e encontros, a criança dialoga com um processo educativo fora da escola, marcado pelo coletivo, isso mostra que o ato educativo da criança não se restringe somente à escola. Assim sendo, considera educativo todos os espaços ocupados pelas crianças, sendo que a depender da intencionalidade e ação dos sujeitos envolvidos pode contribuir para reproduzir ou questionar a sociedade em questão (RAMOS, 2013).

De acordo com Moraes (2010) as crianças pertencentes ao MST vivenciam um contexto cultural, social e histórico que faz parte da constituição de sua identidade, considerando que elas são indivíduos que estão em processo de formação, esse precisa proporcionar sentido para que possam assimilar e reelaborar a sua cultura. Isso evidencia a participação nas decisões coletivas enquanto sem-terrinhas, pois há estas lutas pelos seus direitos de crianças no interior do movimento, em busca da conquista do direito a voz nas decisões sobre sua vida e da comunidade, porém, lutar pelo direito não significa uma

adultização (p. 81) da infância, mas sim, a busca do direito, e pelo reconhecimento de sua função na família, e nos lugares onde podem contribuir como membros ativos da comunidade.

Ao que referencia o espaço estrutural da produção, Moraes (2010) aponta que a exploração do trabalho infantil incide sobre o quadro de exclusão social da infância, no qual a globalização excludente, a exploração do trabalho infantil tem avançado sobre as leis e ações de grupos em defesa da infância.

A entrada dos jovens no mundo do trabalho, muitas vezes, ocorre de forma precária, primeiramente pela precarização do trabalho e necessidade de qualificação, ou ainda pela exploração desenfreada de mão-de-obra com pouca qualificação. Neste sentido, a exploração do trabalho infantil revela uma das muitas contradições que o modelo de criança moderno trouxe, causando comoção social, mas que contraditoriamente, permanece existindo. Devido a isso a inquietação com a assistência para a criança gerou uma separação entre infância e o mundo do trabalho, o que pode contribuir para afastar a criança cada vez mais de sua comunidade, é como se ela não fizesse parte daquele mundo, e que tudo que pertence ao mundo adulto não lhe seja adequado ou saudável.

Por isso, o trabalho fôrtido, algumas vezes, como algo ruim, atividade não prazerosa cabendo apenas aos adultos a realização, inserido em um contexto de exploração para as crianças. Porém, a visão do trabalho como atividade humana que ocorre em todos os campos da vida, se perdeu na sociedade moderna. A presença das crianças nos espaços de produção, resultou em duas formas de trabalho infantil: a primeira como algo destrutivo, que envolve a exploração; a segunda, como algo benéfico que promove ou contribui para o desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social sem interferência na educação escolar, recreação e descanso.

Com essa perspectiva o trabalho que as crianças desenvolvem no MST é observado como princípio educativo, espaço de socialização, e como atividade humana, pois estar em contato com esses processos que não configuram a exposição a um trabalho pesado, insalubre e de longas jornadas, configura e permite a criança reelaborar estes processos, e recriar formas já dadas de relações de trabalho e produção (MORAES, 2010).

Como referenda o Caderno da Infância número 01, MST (2011), o lugar da criança do movimento é no movimento, ela não pode ser concebida separada da luta de sua família, e deve estar presente no cotidiano da comunidade, precisa ser reconhecida como sujeito, sendo necessário garantir-lhe o direito e espaços para o seu protagonismo, para suas brincadeiras, para a intencionalidade pedagógica, e também na luta pelas políticas públicas que considerem espaços e condições para que as crianças vivam sua infância com dignidade.

Pelo exposto, compreende-se que pensar sobre as crianças é uma demanda apresentada pelas próprias famílias que buscam, na inclusão do movimento popular, novas condições de vida, e priorizem um futuro melhor para os seus filhos. Mas, enquanto membros sociais do MST é importante ressaltar que este não é fundamentalmente homogêneo, as contradições estão presentes nos sujeitos que o constituem, os questionamentos efetivados referem-se a perspectiva da infância como tempo fundamental para formação do sujeito, apontando como as relações hegemônicas formam a criança enquanto consumidora, passiva e como futura trabalhadora (RAMOS, 2013).

Com relação as significações da infância, Ramos (2013) enfatiza que as crianças são pensadas pelos adultos que se encontram na luta social, elas são responsável por saber e dar continuidade à história do MST. A elas cabe a responsabilidade de ampliar o olhar na relação geracional que estabelecem com o movimento, e provocar nos adultos a reflexão sobre os seus direitos e sobre as formas como vivem a infância.

Como afirma Arenhart (2006) todas as crianças trabalham, e desenvolvem uma atividade social, sendo para isso preciso reconhecer seu trabalho, sua atividade social, pois são fatores que as caracterizam enquanto seres humanos, que se humanizam e constroem cultura trabalhando. A concepção de trabalho requer compreender que ele é visto como uma atividade importante, e precisa ser reconhecido na infância. Estudar ou ajudar nos serviços domésticos, faz com que a criança desconstrua a imagem de inferioridade. Partindo do pressuposto que as crianças trabalham, e que isso não chega a ser problema para o direito da infância, desde que, não seja o trabalho explorado e alienado, e sim que lhe permita vivenciar outras experiências como o estudo e a brincadeiras que é própria da infância.

Compreende-se melhor essa concepção, partindo da teoria Marxista que analisa a ambivalência do trabalho, caracterizando-o como a ação pela qual o homem constrói sua humanidade, incumbido das condições históricas produzidas pela humanidade. Não é possível pensar na constituição de uma sociedade, nem mesmo da vida humana, sem o trabalho. A ação humana sobre a natureza acaba por produzir as condições básicas de sobrevivência e de sociabilidade, baseando-se na premissa que o homem constrói a cultura humana, diferenciando-se dos outros animais que não produzem cultura na atividade de prover a sobrevivência da espécie humana (ARENHART, 2006).

Vigotski (2001) impetra que até nas formas mais primitivas, o trabalho opera como um processo não só entre o homem e a natureza, mas entre os homens, pois até nas formas primitivas de trabalho é necessário coordenação motora de esforços, habilidades para combinar seu comportamento com o comportamento de outras pessoas, organizar e regular as

suas ações de modo que elas possam interagir como parte componente do tecido geral do comportamento coletivo.

Neste sentido, tanto a brincadeira quanto o trabalho industrial apenas o modelo mais puro de quaisquer formas desse comportamento na vida sejam quais forem a que se recorre, sempre encontra-se dois elementos distintos: a necessidade de primeiro ocorrer a subordinar a determinadas regras, para posteriormente subordinar algo diferente. As formas básicas de comportamento consciente e da vontade, já que são determinadas por esses dois momentos, também se formam e se desenvolvem no processo de trabalho (VIGOTSKI, 2001).

Para o MST, o trabalho é essencial para a construção de uma nova sociedade, pois são fundamentalmente as relações de trabalho que enfatizam o modo de organização social, pelo qual se torna possível construir novas relações sociais e também novas consciências, tanto coletivas como pessoais (ARENHAF, 2006).

De acordo com o Caderno de Educação, número 08 do MST (1996) a educação deve ser voltada para a realidade, encontrada no meio rural, a fim de ajudar a solucionar os problemas que surgem cotidianamente, para a formação de trabalhadores e trabalhadoras rurais, permitindo e que auxiliem na construção de alternativas para a permanência no campo e de melhorias na qualidade de vida da população. O trabalho tem então valor fundamental, pois, é ele que gera a riqueza, que identifica enquanto grupo ou classe, e que pode construir novas relações sociais e sujeitos conscientes de sua cidadania.

Diante desse enfoque discute-se sobre a relação da criança com o trabalho. Observa-se também que há o discurso de que a criança não deve trabalhar, ou exercer determinadas atividades identificadas como trabalho, e que isso pode comprometer o seu desenvolvimento ou aprendizagem. Sabe-se porém, que o trabalho é essencial para a humanidade, pois além de fonte de produção de riqueza, é por ele que os seres humanos intervêm na natureza para suprir suas necessidades, e ao intervir modificam-na e modificam-se enquanto seres humanos. O trabalho realizado torna-se atividade libertadora para a humanidade, a fim de que os indivíduos se tornem agentes da história (MST, 2011).

Esse discurso mostra que a infância passa a ser percebida não apenas como uma fase do desenvolvimento, mas como algo que precede a vida adulta, enquanto preparação, estando intrinsecamente relacionada ao contexto sociocultural. Os indivíduos a fim de participar e sentirem-se membros da comunidade, identificam-se como homens pertencentes a história, e, por sua isso necessitam vivenciar suas experiências na comunidade a que pertencem.

Compreender o aspecto da infância, do trabalho e do MST, requer entendimento do seu contexto, de suas experiências, vivências, e da constituição do homem enquanto sujeito da

história. Para isso, é necessário ainda observar que o trabalho remete-se as atividades desenvolvidas que transformam o indivíduo e a natureza, e simultaneamente a natureza e o indivíduo, e que este se encontra inserido em um aspecto macro que refere-se a determinada cultura, que se encontra localizada em um estado, que contém ideologias, formas de produção específica e relações de poder.

2.5 Estado e poder: relações de produção

Nas abordagens feitas até essa etapa constata-se que a interação entre os sujeitos no convívio social e intrinsecamente em sua individualidade e subjetividade, de forma dialética, vem construindo sentidos e significados para a humanidade. Partindo desta premissa, observa-se que existem ideais que são controlados e designados para a massa, as quais pressupõe o Estado como mediador. Para compreender melhor essa etapa, o trabalho será baseado na concepção de Poulantzas e na sua visão de Estado, poder e relações de produção.

Poulantzas (1980) afirma que na teoria política ocorre uma relação intrínseca entre Estado, poder e classes sociais. Sendo perceptível que o Estado, em suas práticas, acaba por manifestar interesses por determinados grupos, ou por determinados interesses particulares. Dessa forma, a dominação política pode ser compreendida como o Estado, com seus interesses, produz, maneja e reproduz suas demandas. Com um núcleo de Estado separado das classes sociais e de suas lutas. Esta explicação remete pensar que este Estado, dotado de poder, se reporta particularmente às forças produtivas, as quais se reduzem às relações de produção.

Desta forma, o Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política. O aparelho do Estado é algo especial, e por consequência temível, não se esgota no poder do Estado. Mas a dominação política, ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado, que não é integralmente produzido pelas classes dominantes, não o é também por elas monopolizado, mas inscrito em sua materialidade (POULANTZAS, 1980).

O político-Estado, como define o autor, embora sob formas diferentes, sempre esteve constitutivamente presente nas relações de produção, e assim em sua reprodução. Isso significa entender que os conceitos de economia e de Estado, não têm, e nem podem ter a mesma extensão, o mesmo campo e o mesmo sentido nos diversos modos de produção, pois este não é o produto de uma combinação entre diversas instâncias, em que cada uma,

possuiria previamente ao se relacionar, uma estrutura intangível. Mas sim, é o modo de produção, como unidade de conjunto de determinações econômicas, políticas e ideológicas que delimita as fronteiras desses espaços, mostrando seus campos, define seus respectivos elementos. Torna-se primeiramente seu relacionamento e articulação fazendo em cada modo de produção segundo o papel determinante das relações de produção. Esta determinação, no entanto, só existe no interior da unidade de um modo de produção (POULANTZAS, 1980).

Complementando o autor afirma que as relações de produção traçam o campo do Estado, este desempenha um papel autônomo na formação dessas relações. A ligação do Estado às relações de produção constitui a primeira relação do Estado com as classes sociais e a luta de classes. No que diz respeito ao Estado capitalista, a separação relativa das relações criadas pelas relações de produção constitui o fundamento organizacional e revela sua ligação com as classes sociais e a luta de classes sob o capitalismo. Deste, decorre a presença das relações políticas e ideológicas no seio das relações de produção. As relações de produção e as ligações que as compõem traduzem-se sob a forma de poderes de classe que são organicamente articulados às relações políticas e ideológicas que os consagram e legitimam (POULANTZAS, 1980).

Assim ao reproduzir a força do trabalho, ocorre a submissão a ordem estabelecida, ou seja, a ideologia dominante. As condições políticas de reprodução dela são compostas pelos aparelhos ideológicos e assegurados pela repressão e por seus aparelhos repressivos. A ideologia dominante assume então, seu papel, assegurando a necessária harmonia entre os aparelhos repressivos e ideológico e entre os diferentes aparelhos ideológicos (FARIA, 1987).

Percebe-se que ocorre de forma intrínseca e não perceptível, sem reflexão, a manipulação de ideais que acabam refletindo socialmente algumas prioridades em um contexto sócio econômico, visando o benefício de algo ou alguém. Nesse contexto seria ideal que nenhuma atividade fosse dirigida pelo Estado com fins próprios, no entanto, o que percebe-se que o que ocorre são jogos de poder e de relações. Compreender este aspecto, é entender que todos os processos vivenciados possuem uma ideologia que, infelizmente irá gerar benefício a algo ou alguém.

2.5.1 Estado e ideologia

Neste espaço busca-se refletir sobre o contexto social e cultural e sobre os processos e significados do trabalho vivenciados por membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais

Sem Terra (MST), questionando-se os reais interesses manifestados ou não pela organização do Estado. Tendo em vista que ao proceder com a reforma agrária brasileira, o Estado também pode possuir interesses que lhe são próprios, um desses interesses pode se caracterizar pelo trabalho e geração de renda.

O Estado aparece como ser controlador da força de trabalho, e das funções desempenhadas individualmente e na coletividade. Existe para tanto um poder, que busca explicitar de diversas formas, como este estabelece alianças com as classes dominantes. Para Poulantzas (1980, p. 14):

O Estado se reduziria à dominação política no sentido em que cada classe dominante produziria seu próprio Estado, à sua medida e à sua conveniência, e manipulá-lo-ia à sua vontade, segundo seus interesses.

Pelo exposto constata-se que a ideologia por sua vez, não se compõe apenas como um sistema de ideias ou de representações, mas como práticas materiais extensivas aos hábitos, costumes, ao modo de vida dos sujeitos. Esse processo constitui-se como essencial nas relações de propriedade econômica e de posse, na divisão social do trabalho no próprio seio das relações de produção. Desse modo, a ideologia dominante invade os aparelhos de Estado, os quais igualmente possuem por função elaborá-la, apregoa-la e reproduzi-la, fato que é importante na constituição e reprodução da divisão social do trabalho, das classes sociais e do domínio de classe.

Outra função inerente ao Estado compete e ultrapassa o mecanismo de inversão-encobrimento da própria ideologia, refere-se desta vez, ao papel de organizador em relação as próprias classes dominantes e consiste também em dizer, formular, declarar abertamente as táticas de reprodução de seu poder. O Estado não produz um discurso unificado, mas sim, vários encarnados diferentemente nos diversos aparelhos de acordo com a classe a que se destinam, discursos dirigidos às diversas classes. Ou então, produzem um discurso segmentado e fragmentado segundo as diretrizes da estratégia de poder (POULANTZAS, 1980).

Entende-se que a ideologia não é ilusão, nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, ela se caracteriza por uma forma de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. As distintas formas ideológicas de consciência social geram implicações práticas a longo alcance, em todas as suas variedades, na arte, na literatura, na filosofia, na teoria social, independente de sua vinculação sociopolítica (MÉSZÁROS, 2004).

A palavra do Estado não é a de qualquer pessoa, nem vem de qualquer lugar, existe aí um segredo do poder e um segredo burocrático. Segredo que não equivale, a um papel

unívoco de silêncio, mas precisamente ao de instauração no seio do Estado de circuitos, que favorecem a enunciação a partir de alguns de seus centros. No que diz respeito à classe dominante, o silêncio burocrático não passa, na maioria dos casos, de organizador de palavras. Se o Estado nem sempre diz sua estratégia ao discursar à classe dominante, é que frequentemente receia desvendar seus desígnios às classes dominadas. Se, no seio do Estado há táticas que se realçam, a estratégia não passa de resultante da conduta contraditória de entrelaços entre as diversas táticas e circuitos, redes e aparelhos que as encarnam e portanto nem sempre é sabida ou conhecida previamente no (e pelo) Estado, portanto, nem sempre é formulável discursivamente (POULANTZAS, 1980).

Percebe-se nesse jogo que todo poder só existe materializado nos aparelhos. Esses aparelhos não são simples apêndices dele, porém detêm um papel constitutivo, pois o próprio Estado está presente organicamente na geração dos poderes de classe. Entretanto, na relação poder/aparelhos, e mais particularmente, luta de classes/aparelho, é a luta das classes que detêm o papel fundamental, luta cujo campo é o das relações de poder, de exploração econômica e de domínio/subordinação político – ideológica. As lutas sempre detêm primazia sobre os aparelhos-instituições e constantemente os ultrapassam (POULANTZAS, 1980).

Assim, a ideologia dominante efetiva a produção de um quadro categorial que atenua os conflitos existentes e perpetua os parâmetros estruturais do mundo social estabelecido. Essa tendência será mais pronunciada quanto maior for a relevância dos interesses que motivam o confronto antagonístico dos principais agentes sociais (MÉSZÁROS, 2004).

Poulantzas (1980) ainda afirma que a monopolização pelo Estado da violência legítima permanece o elemento condicionante do poder, mesmo quando ela não é exercida direta e abertamente. Essa monopolização está na base de novas formas de lutas sob o capitalismo, às quais corresponde o papel dispositivo de organização de consentimentos, pois poder e lutas se atraem e se condicionam mutuamente. A concentração da força pelo Estado gera a condição para o estabelecimento da exploração capitalista, contribuem para deslocar a luta de classes, de uma guerra civil permanente de conflitos armados periódicos e regulares, para as novas formas de organização política e sindical das massas populares. Poulantzas (1980, p. 92) enfatiza:

Um povo privado da força pública já é um povo que não vive mais o domínio político sob a forma de fatalidade natural e sagrada, um povo para o qual o monopólio da violência pelo Estado só é legítimo na medida em que a regulamentação jurídica e a legalidade lhe permite esperar, e mesmo permite formalmente e em princípio, o acesso ao poder. Enfim, o Estado concentra a violência a violência em seus corpos especializados, enquanto ela cada vez mais é

insuficiente para a reprodução do domínio.

Ainda em suas palavras Poulantzas (1980) assegura que as guerras privadas e os conflitos armados de forma repetitiva, encontram-se como ordens do dia, ou previamente estabelecidas, são ainda acasos do poder, guerras pacificadas pela centralização da força armada do Estado, que busca o inalterável debate com relação ao poder, que é consequência da monopolização da força física pelo Estado. Os mecanismos de organização da aceitação instalam-se nos postos avançados do poder, no qual, o reino da lei capitalista indica este lugar aos mecanismos de consentimento, inclusive sob a forma de inculcação ideológica, na exata medida em que oculta a monopolização da força física pelo Estado.

O papel da lei seria o de efetivar o exercício do poder, como organizador da repressão, da violência física organizada, não significando, entretanto, a lógica da lei puramente negativa, de rejeição, de barragem ou de obrigação e não-manifestação e mutismo. Mas também, dialeticamente, a lei exprime seu caráter positivo, uma vez que, a repressão jamais se identifica a pura negatividade. A lei em suas características não passa de um conglomerado de interditos e de censura, contudo implica em injunções positivas, que proíbem ou deixam fazer segundo a máxima de que é permitido o que não é proibido pela lei, entretanto que faz fazer, força a ações positivas em vista do poder, obrigando também a discursos orientados ao poder. Nesse sentido observa-se que a lei sempre esteve na ordem social, com o intuito de colocar ordem num estado natural pré-existente, porquanto é constitutiva do campo político-social (POULANTZAS, 1980).

Logo, a lei enquanto organizadora da repressão cria dispositivos de consentimento, e materializa, a ideologia dominante que aí interfere mesmo que não esgote as razões do consentimento. A lei-regra define através de sua discursividade e textura, camufla as realidades político-econômicas, suporta lacunas e vazios estruturais, transpõe essas realidades para a cena política, por intermédio de um mecanismo próprio de ocultação – inversão, induzindo a representação imaginária da sociedade e do poder da classe dominante, embora possuísse a característica de dispositivo repressivo, sem legitimidade ou legalidade. As classes dominadas encontram na lei uma barreira de exclusão e igualmente a designação do lugar que devem ocupar, lugar este, que também gera inserção na rede político-social, criadora de deveres- obrigações, assim como, de direitos, lugar cuja posse imaginária tem consequências reais sobre os agentes (POULANTZAS, 1980).

É nesse confronto, e como resultado dele, que se vai forjando a dinâmica das relações de trabalho. É o poder dos produtores diretos que investe contra a posição dominante de poder

do capital no sistema de capital. Isso significa, que as relações de poder não se esgotam nas unidades produtivas e em seu entorno. O Estado Capitalista pretende aparecer neste confronto como exercendo um papel de mediação, como a instância pública autônoma, como uma reserva política na qual haveria isoladamente uma vinculação com os trabalhadores e com o capital (FARIA, 2009).

Entretanto, como já foi visto, trata-se de um Estado de Classe, intérprete dos interesses dominantes, lugar de condensação das contradições e ao mesmo tempo, lugar de manutenção da coesão da formação social. O poder dos produtores, como contrapoder ao capital, precisa atuar no âmbito do sistema de capital, isto é, das unidades produtivas isoladas e em conjunto do Estado Capitalista (FARIA, 2009).

O que sustenta a análise das relações de poder, definidas enquanto classe em presença, uma vez que, poder significa a capacidade que possui uma classe social de definir e realizar seus interesses objetivos, sejam eles econômicos, políticos, jurídicos ou ideológicos. Desse modo, percebe-se que as articulações entre as estruturas que determinam o poder, são em certa medida pelas relações de poder. Os elementos da gestão do trabalho são relativos aos elementos objetivos, de maneira que são os graus de controle destes elementos, decorrentes da prática de classes, que definem as formas específicas da gestão (POULANTZAS, 1980).

Faria (2004c) ao estudar sobre as práticas de controle, aponta que as organizações necessitam encontrar uma definição para formatar seu desenvolvimento e, desse modo, definem uma ideologia e propõem um ideal a ser seguido e atingido, colocando a si mesmas como objeto a ser admirado, cujos objetivos devem ser alcançados, exigindo esforço e trabalho por parte dos seus membros. As organizações propiciam um ambiente de expectativas futuras através de promessas com vários sentidos, e por esta razão, apregoam a necessidade de entusiasmo, ao mesmo tempo de sacrifício dos trabalhadores. Contatou-se que as promessas fazem parte do discurso fascinante da organização e precisam participar das construções imaginárias dos sujeitos. Enquanto a organização oferta alguns aliciantes e promete outros, a mesma se constitui em lugar seguro, em contraposição às incertezas do mundo exterior.

De fato, a história da organização, especialmente, a que se refere aos seus sucessos, contribui para a formação de sua própria ideologia, a qual vai conduzir as decisões, definindo as estratégias a percorrer para conquistar seu lugar de destaque no mundo competitivo. Se a ideologia se propõe a apreender os fatos, dar conta do real em uma representação única e oferecer respostas adequadas aos conflitos nas relações sociais, ela também se propõe a enfrentar a realidade do ambiente escondendo-a dos indivíduos e sugerindo aos mesmos uma

liberdade de interpretação das práticas sociais. Porém, essa liberdade é parcial, pois o indivíduo realiza sua interpretação de mundo, de acordo com aquilo que a organização lhe propõe, o que o remete a leitura que o indivíduo identifica seu lugar, e proporciona vazão aos seus desejos e sonhos para o futuro, os quais, entretanto, só poderão se realizar, finalmente, na organização, pois ela é a portadora do seu ideal, e é nela que as fantasias podem expandir-se (FARIA, 2004c).

Mészáros (2004) complementa a ideia descrita afirmando que a ideologia dominante tende a produzir um quadro categorial que atenua os conflitos existentes e eterniza os parâmetros do mundo social estabelecido. Compreendendo que estes parâmetros serão articulados de acordo com sua importância no desenvolvimento dos interesses que motivam o confronto antagônico dos principais agentes sociais.

Neste sentido, compreende-se que a organização no mundo do trabalho, enquanto Movimento dos Trabalhadores, ou então, qualquer outro possui uma ideologia já formada, na qual existem interesses implícitos, e um Estado que supõe realizar a mediação. É nesse contexto que o Movimento dos Trabalhadores surge a luta pela terra, por uma vida digna, mas, para que isso se efetive é essencial que haja o trabalho, produção e, conseqüentemente geração de renda.

2.6 Trabalho: implicações para a constituição do sujeito homem e trabalhador

Pelas relações estabelecidas até aqui, observa-se que o trabalho é fundamental em todos os momentos e surge com a ideologia do capital, a princípio historicamente como algo doloso que gera no indivíduo sacrifício, entretanto com o tempo, esse conceito foi se modificando, impregnado de um sistema de ideias e interesses constantes, tanto sociais, individuais, coletivos, formais e informais.

Carmo (1992), afirma que só a demonstração do trabalho já exprime sua importância para a sociedade. A palavra trabalho emprega o significado de toda e qualquer atividade, como se tudo se resumisse nele. Tanto que, se o trabalho preenche o vazio deixado pelo afastamento do repouso, da especulação contemplativa, ele apresenta que atualmente o que impera é a constante atividade.

Historicamente, o trabalho foi exaltado e desprezado por diferentes classes sociais em épocas e nações. Com o surgimento do capitalismo, o produtivismo passa a imperar,

exaltando o trabalho como única fonte de riqueza. No Brasil, fatos históricos remetem que o preconceito aparece contra a imagem de um povo que não gostava de trabalhar, a começar pelos índios, vistos como preguiçosos e incapazes para o trabalho disciplinado. É com as propriedades e a lavoura que surge a necessidade de braços para trabalhar a terra e seus recursos naturais (CARMO, 1992).

Já em relação a realidade brasileira entende-se que o conceito de trabalho formal, é inserido com a chegada dos estrangeiros, questionando-se de fato, qual era a função do trabalho e qual o significado que este representava na vida dos indivíduos a ele acometidos. O trabalho muitas vezes apenas é considerado quando formal, e, que gera lucro ou renda.

Ao entrar no século XX, o Brasil conta com uma ainda incipiente classe operária. A partir da década de 20, o operariado cresce, luta, organiza-se e conquista alguns direitos inerentes à economia capitalista. De 1930 em diante, o Estado interfere de forma mais decisiva nas relações trabalhistas com o objetivo de controlar as entidades sindicais. Variam as concepções ideológicas sobre o trabalhador brasileiro: ora ele é considerado preguiçoso, ora habilidoso e diligente, quando treinado, igualando a seus pares dos países mais adiantados. (CARMO, 1992, p. 09).

Braverman (1987) afirma que o trabalho como atividade proposital, orientado pela inteligência, é produto especial da espécie humana, ultrapassando a mera atividade instintiva e age sobre o mundo, transformando-o. A possibilidade de todas as diversas formas sociais, que surgiram e que podem ainda surgir, depende da atividade humana, que se baseia nas funções elementares desenvolvidas pelo instinto, pela divisão de funções com base nas atribuições da família, do grupo e sociais.

Para Mészáros (2006), a emancipação do trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe. Ao tornar-se fragmentado, esta divisão interna do trabalho, gera a escassez de oportunidades, e o imperativo crescente, de estrutura de desenvolvimento tecnológico capitalista. O trabalho já não parece fazer parte do processo de produção. Em vez disso o ser humano passa a desempenhar o papel de observador e regulador do próprio processo de produção, na qual poderia ser o ator principal. Logo, não é o trabalho humano direto que ele próprio realiza nem o tempo durante o qual ele trabalha, mas antes a apropriação de seu próprio poder produtivo geral, sua compreensão da natureza e seu domínio sobre ela em virtude de sua presença como corpo social é em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social - que surge como ápice da produção e riqueza.

Neste sentido, Senett (2009) em seu livro *A Corrosão Do Caráter*, aponta diversas situações com relação ao trabalho. Enfatiza-se aqui a visão marxista tradicional que a consciência de classe, acaba por basear todo o processo de trabalho, designadamente, em

como os trabalhadores se relacionam por meio do seu trabalho, assim como, qual seria o sentido do seu trabalho e as reflexões que surgem em vista dele. Aponta que os próprios trabalhadores são alienados pela perda de qualificação, fazendo referência aos processos individuais de trabalho, e posterior à introdução de maquinário, que desempenham funções apenas mecânicas, diz que, esta alienação acaba sendo naturalizada uma vez que, o trabalhador não se assombra ou possui estranhamento na execução de atividades puramente mecânicas. Essa clareza, apontada por Marx expõe a alienação, como a infeliz consciência dissociada, que revela, no entanto, as coisas como elas são e onde está a pessoa.

Logo, as formas de trabalho, buscam modelar a existência individual, que deveriam gerar nas pessoas a identificação com tarefas que as desafiam, as difíceis. Mas em locais de trabalho flexíveis, com trabalhadores indo e vindo, e ordens radicalmente diferentes a cada dia, a maquinaria, por vezes, são o único e verdadeiro padrão de ordem, e por isso, há tendência de serem fáceis para qualquer um, não importando quem vai operar. A dificuldade é contraprodutiva em um regime flexível, já que, por um terrível paradoxo, quando se diminui a dificuldade e a resistência, cria-se as mesmas condições para a atividade acrítica e indiferente por parte dos usuários (SENETT, 2009).

O trabalho é definido como atividade realizada pelo homem civilizado que transforma a natureza por meio de sua ação. Para muitos, o trabalho é supervalorizado, servindo como acumulação de capital. Os bem-sucedidos sentem-se estimulados a trabalhar cada vez mais, e por esse estímulo, forjam uma imagem sempre satisfeita com suas ocupações (CARMO, 1992).

Senett (2009) ainda aponta que, o uso da máquina, sem equívoco, estimulou seus usuários de alto nível a pensar. Porém, seria igualmente errôneo eliminar a maquinaria do distanciamento e confusões da flexibilidade, já que esta nova ferramenta do capitalismo é mais inteligente que os aparelhos mecânicos do passado. Pois, pode trocar a inteligência dos usuários pela sua própria, assim levar a novos extremos o pesadelo do trabalho bronco. Não seria então, inovação para homens e mulheres saber que a resistência e a dificuldade são importantes formas de estímulo mental, que quando se possui esforço para conhecer algo, este fica perceptível. A crítica do autor consiste em que, essas virtudes de buscar conhecer a dificuldade e a flexibilidade, são ilegítimas no processo de produção. Quando todas as coisas, e formas de trabalho são facilitadas, as pessoas tornam-se fracas, pois o compromisso com o trabalho transforma-se em superficial, e o indivíduo não entende o que se faz.

Algumas vezes, homens e mulheres podem padecer de superficialidade ao buscar compreender o mundo ao seu entorno, e a si. As imagens de uma sociedade sem classes, com

uma forma comum de falar, vestir, agir e ver, também podem servir para camuflar diferenças mais densas, de uma determinada superfície, todos parecem estar em um plano igualitário. No entanto, para adentrar esta superfície é necessário um código que nem todos possuem. E se o que essas pessoas sabem sobre si mesmas é fácil e imediato, quem sabe, seja demasiado pouco para compreender as superfícies opacas do trabalho, as dificuldades se cristalizam em um ato que é de correr riscos, este é definido como uma questão de passar de uma posição para outra, são as incertezas na rede que propiciam ao indivíduo aproveitar as oportunidades não previstas por outros, explorando controles fracos da autoridade central (SENETT, 2009).

O autor destaca ainda que para homens e mulheres que possuem ligações tênues ou superficiais com o trabalho, pouco motivo existe para permanecerem em determinada atividade. O que poderia sustentar sua permanência consiste em ganhos ocupacionais ou salariais. Quando se coloca em movimento dentro do sistema, perde o sentido de orientação social, e do sistema de classes, e conseqüentemente suspende sua realidade. Diante dessa afirmação não se define a movimentação como algo calculado, ou como escolha racional, mas apenas como esperança de que, com libertação, alguma coisa apareça, pois o risco na vida real é tocado num nível mais elementar pelo medo de deixar de agir, em uma sociedade que é dinâmica, as pessoas passivas murcham.

O que distingue a força de trabalho humano é o caráter inteligível e proposital, que lhe proporciona a característica de se adaptar e que produz as condições sociais e culturais para ampliar sua produtividade. O produto excedente pode ser continuamente explorado. Para o capitalista, esta potencialidade humana é a base sobre a qual se efetiva a ampliação do capital. Sua intenção corresponde a produzir a partir do inerente, a força, o mais valioso efeito do trabalho, e isso renderá o mais excedente, e assim, maior lucro (BRAVERMAN, 1987).

Para Marx (1998) o valor da força de trabalho, como o de alguma outra mercadoria, se produz pelo tempo necessário para produzi-la. O que o capitalista define ao trabalhador, produzir é assim, um valor-de-uso particular, um artigo específico. O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho, e lhe convém para conduzir suas atividades sobre esse objeto.

Pelo dito, entende-se o processo de trabalho, ao alcançar certo nível de desenvolvimento, determina meios já elaborados, os quais caracterizam o trabalho humano em sua elaboração. O processo de produção, por sua vez, quando se refere ao trabalho e a produção de valores, torna-se processo de produção de mercadorias; quando se refere a unidade do processo de trabalho, a produção de mais-valia define-se como processo capitalista de produção de mercadorias.

A relação de troca entre capitalista e trabalhador não passa de uma simples aparência que faz parte do processo de circulação, mera forma, alheia ao verdadeiro conteúdo, e que apenas o mistifica. A forma é contínua compra e venda da força de trabalho. O conteúdo é o capitalista trocar sempre por quantidade maior de trabalho vivo uma parte do trabalho alheio já materializado, do qual se apropria ininterruptamente, sem dar a contrapartida de um equivalente. (MARX, 1998, p. 531).

A partir da década de 1970, ocorrem implicações e discussões sobre o mundo do trabalho devido a difusão de um novo paradigma técnico-produtivo e do acirramento da competição intercapitalista nas economias avançadas. A abertura nas tradicionais normas de produção e concorrência seria de tal ordem que evidenciaria uma mudança econômica estrutural, com maior destaque para as ocupações profissionais superiores e diretivas. Essas mudanças técnico-produtivas, marcadas pela insegurança no emprego e por elevada concorrência no interior da população ativa (POCHMANN, 2001).

Faria (2009) relata que as alterações na base tecnológica do processo produtivo oferecem a dicotomia nos diversos modos de produção, incidindo sobre o processo e a organização do trabalho. Quando menciona a produção capitalista, diz que se não forem observadas alterações nas tendências inerentes ao processo de trabalho, elas tomaram diversas formas, mudando a complexidade das relações de classes, frações de classes, categorias sociais e grupos sociais organizados no interior das unidades produtivas. A estrutura das organizações, as estratégias de gestão, as técnicas de produção, entre outros fatores, alteram-se, historicamente, como resultado dos conflitos de classes. O Estado capitalista almeja surgir nesse confronto como desempenhando um papel de mediação, como a instância pública autônoma, como uma reserva política na qual existiria isonomicamente uma conexão com os trabalhadores e com o capital. Porém, trata-se de um Estado de classe, intérprete dos interesses dominantes, lugar de condensação das contradições e, conseqüentemente, lugar de manutenção da coesão da formação social.

Ao que refere-se ao trabalho, Faria (1987) expõe que nos processos mais afastados da produção capitalista, os produtores diretos possuíam sobre eles considerável controle, facilitando aos produtores o controle e o ritmo do trabalho e da extensão da jornada, em contrapartida disso, dificultava ao capitalista a elevação da taxa de exploração, e por sua vez, o controle do processo de trabalho pelos trabalhadores efetiva-se pelo obstáculo a acumulação capitalista.

O processo de trabalho ocorre então como responsabilidade do capitalista que disponibiliza os meios de produção, enquanto o trabalhador, se vê obrigado a vender sua força

de trabalho a outro. Nota-se então que é fundamental para o capitalismo que o controle sobre o processo de trabalho passe das mãos do trabalhador para as suas próprias. Esta transição apresenta-se na história como a alienação progressiva dos processos de produção do trabalhador: para o capitalista, apresenta-se com o problema de gerenciar (BRAVERMAN, 1987).

Como forma de instrumentalizar a gestão do capital no processo de trabalho, o controle exerce vigilância permanente do trabalhador, em seu ritmo de trabalho, gestos, postura, cumprimento das especificações do trabalho, na máxima utilidade do tempo, ou seja, no adestramento do corpo (FARIA, 1987).

Sendo assim, entende-se que o trabalho constitui-se como elemento mediador na construção da identidade do indivíduo, porém, só é válido enquanto constituição elementar, a partir do momento que é vivenciado como experiência produtiva, e também, como aquele que estabelece uma rede de significados individuais. O trabalho acaba por viabilizar a inclusão social, enquanto classe, e pertencimento a determinado grupo que executa determinada função. Porém, não é possível, significar o trabalho sem significar a vida, e significar a vida sem significar o trabalho. O indivíduo é composto em sua subjetividade e a vivencia, enquanto ser não isolado socialmente, mas que necessita construir suas próprias expectativas perante seu ato social de trabalhar.

2.7 Sentidos e significados do trabalho

As reflexões proporcionadas pelos autores estudados mostraram que o trabalho implica uma relação dialética em que o homem transforma a natureza, e por intermédio dessa ação cria significados para sua existência. Os sentidos estabelecidos pelo trabalhador, acabam por significar e justificar sua prática. Na qual o trabalho é concebido socialmente. Para Tolfo (2007), o sentido do trabalho é observado como um elemento que compõe a realidade social construída e reproduzida, esta remete a interação variáveis pessoais e sociais e desencadeia as ações das pessoas sobre a natureza e sociedade em determinado momento histórico.

Para Antunes (2005) é essencial a sincronização que ocorre entre uma vida composta de sentido dentro e fora do trabalho. Não sendo possível compatibilizar trabalho desprovido de sentido com tempo verdadeiramente livre. Segundo ele uma vida carente de sentido no trabalho é inconciliável com uma vida composta de sentido fora do trabalho, em algum momento, o domínio fora do trabalho está infamado pela desefetivação que ocorre na vida

laborativa.

Um ser social unicamente poderá ter uma vida composta de sentido por intermédio da destruição das barreiras existentes entre tempo livre e de trabalho, a partir de uma atividades significativa, autodeterminada, além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje estabelecido. Para isso torna-se fundamental a criação de bases que possam desenvolver sociabilidade, na qual ética, arte, filosofia, tempo realmente livre e ócio, associado em consonância a desejos autênticos suscitados a vida cotidiana, possibilitam a gestação de novas formas de sociabilidade, em que liberdade e necessidade se realizam concomitantemente. Se o trabalho se caracteriza dotado de sentido, os fatores citados contribuíram para que o ser social se humanize podendo emancipar-se integralmente (ANTUNES, 2005).

Com base nesse pensamento compreende-se que o significado do trabalho acaba concretizando uma cognição subjetiva, ao ponto que apresenta uma variação individual, que exprime a trajetória pessoal, e social, pois representa aspectos que são compartilhados pelos indivíduos, e que expressam as condições históricas da sociedade a que pertencem. Essa trajetória se caracteriza de forma dinâmica, uma vez que seus conceitos e formas estão em constante construção e definem o caráter sócio histórico do ser humano (BORGES; FILHO, 2001).

Ao observar a importância de compreender o homem diante do aspecto sócio histórico, Zanella (2004), diz que de acordo com a teoria Vigotskiana, a concepção de homem é abarcada de um agregado de relações sociais. Assim, sujeito e sociedade se intercalam, só existe sujeito porque está inserido em contextos sociais, que acabam por organizar coletivamente o viver. Ressalta que todos os contextos sociais resultam da ação humana, e de sua atividade enquanto processo constituinte do próprio sujeito.

Para Lobato (2004) as atitudes em relação ao trabalho são sociais e culturalmente condicionadas, não são uma dotação genética.

As pessoas são gradualmente instruídas quanto ao que podem esperar e querer do trabalho por várias agências de socialização, entre elas a família, a escola, a comunidade local e a mídia. Na sociedade atual, mesmo as pessoas que realizam uma atividade aparentemente independente (por exemplo, uma costureira) dependem de outros para executarem seu trabalho. Ela depende de quem lhe vende a linha e o tecido; dos que anteriormente, produziram estes bens, dos que os transportaram, etc. Portanto, o trabalho produz a vida social e, ao mesmo tempo, é por ela determinado. Assim, querendo ou não, os homens, para transformarem a natureza em seu benefício, constituíram, ao mesmo tempo, formas de relacionamento com outros homens. (LOBATO, 2004, p. 45).

Conforme o autor citado, constata-se que no ato de executar o trabalho, sendo ele

formal ou informal, os indivíduos necessitam estar inseridos em um contexto social de trabalho, seja pelo aprendizado de uma profissão que é transmitida pela família, ou pelo vínculo formal empregatício, no qual cada indivíduo, enquanto trabalhador, possui sua habilidade específica. O trabalho de forma geral é um condutor social.

O que gerencia a forma de trabalhar são os comportamentos dos trabalhadores, suas atitudes positivas ou negativas, a respeito das funções exercidas, o comprometimento com o trabalho, as interações realizadas, a motivação, a satisfação e a produtividade dos trabalhadores remete a possibilidade de realizar algo que faça sentido. Esses aspectos possibilitam praticar e desenvolver competências individuais, a ponto de exercer julgamentos de valor e de livre arbítrio, além de, gerar a oportunidade de evolução e de ajustamento individual (MORIN, 2001).

Com as características da sociedade capitalista, o trabalho de acordo com Antunes (1997) supõe uma ruptura em relação à lógica do capital, a criação tecnológica não marca o fim do trabalho, como medida de valor, mas se apresenta como uma mudança qualitativa, ocasionada pela crescente dimensão qualificada do trabalho, e em consequência usa intelectualização.

Nessa visão, verifica-se que por intermédio de um trabalho autônomo, extinto o dispêndio de tempo excessivo para a produção de mercadorias, será permitido o resgate do sentido estruturante do trabalho vivo, contra o sentido desestruturante do trabalho abstrato. Justificada tal ação e reação pelo sistema de metabolismo social do capital, o trabalho que estrutura o capital também desestrutura o ser social. Observa-se que o trabalho que gera sentido ao capital gera subjetividade inautêntica no próprio ato. Em uma ação de sociabilidade superior, o trabalho ao reestruturar o ser social, possuirá como corolário a desestruturação do próprio capital (ANTUNES, 2005).

Dejours (1992) define que a relação do homem com o conteúdo do trabalho irá depender do conteúdo significativo em relação ao sujeito, e este em relação ao objeto. Ou seja, no decorrer do processo de trabalho, vários elementos irão compor a formação da imagem de si mesmo. Para que ocorra o conteúdo significativo do trabalho em relação ao sujeito, concebe-se a dificuldade prática, a significação da tarefa acabada em relação a uma profissão e ao seu estatuto social, implicitamente ligado ao posto de trabalho determinado. Por sua vez, o conteúdo significativo do trabalho em relação ao objeto, pode suportar investimentos simbólicos e materiais destinados a um outro (objeto). Para tanto, sua significação em relação ao objeto coloca em questão a vida do sujeito, sua intimidade e história pessoal, pois para cada trabalhador existe uma dialética com o objeto específica e

única.

Neste sentido Dejours (1992, p. 52) afirma que:

A análise do conteúdo significativo do trabalho, é preciso reter a antinomia entre satisfação e organização do trabalho. Via de regra, quanto mais a organização do trabalho é rígida, mais a divisão do trabalho é acentuada, menor é o conteúdo significativo do trabalho e menores são as possibilidades de mudá-lo. Correlativamente, o sofrimento aumenta.

A fim de contextualizar a dialética do trabalho, Antunes (2005) define que a história da efetivação dos seres sociais, no decorrer de seu processo de desenvolvimento histórico-social, objetiva-se através da produção e reprodução da existência humana, nela os indivíduos começam um ato laborativo básico, partindo do trabalho e o ser social se distingue, pois é dotado de consciência instituída a configuração que quer imprimir ao ato de sua realização. O ato consciente se torna o momento distinguidor no ser social, que deixa de ser um fenômeno de reprodução biológica, para pensar, refletir e externar sua consciência humanizadora. O trabalho mostra-se como momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência, nele ocorre um método de transformação recíproca que perpetra com que o trabalho social se concerta em elemento central do desenvolvimento a sociabilidade humana.

Lobato (2004) afirma então que para poderem trabalhar, os homens ajustam e estabelecem entre si, relações de produção. Em uma dada sociedade, no processo de produção das condições materiais e espirituais da própria existência. Percebe-se então, que ao transformar a natureza em bens materiais, ocorre a produção de condições para a sobrevivência do homem. Assim, a diferenciação do trabalho humano se caracteriza pela constante construção da sua existência, a mesma ocorre com a satisfação de suas necessidades. O trabalho inserido no meio social e no contexto histórico, propicia ao homem a construção e realização de projetos pessoais, que permitem uma relação com o mundo objetivo. Este trabalho se configura como o esforço individual ou coletivo para a sua consecução.

Historicamente o trabalho passa por transformações de formas primitivas (homens da caverna baseavam seu trabalho na coleta, caça, pesca e posterior pastoreio) até a fabricação de instrumentos. O trabalho era considerado como algo vivenciado individualmente de forma negativa, já que de acordo com a etiologia da palavra originária do termo latino *Tripallium* denotava a ideia de trabalho como instrumento de tortura (LOBATO, 2004).

Com o avanço do trabalho surge na antiguidade o trabalho ligado a produção agrícola, ocorrendo inicialmente forte ligação com as práticas culturais de culto as divindades pois os

povos acreditavam que o ato de cultivar regia a fertilidade da terra. Já na idade média o trabalho faz referência ao surgimento da pecuária e do comércio, era exercido pelos servos, que sustentavam os senhores feudais, donos da terra e do poder. Já no século XV, passando por modificações sociais, culturais, científicas e econômicas, o advento da era moderna e a instalação das relações capitalistas de produção, fazia os servos migrarem do campo para a cidade, e assim os obrigava a realizar outras profissões como sapateiros, padeiros, entre outros (LOBATO, 2004).

Os comerciantes e os mercadores também se instituíram em corporações, com a finalidade de controlar o mercado. O feudalismo foi a última etapa no processo histórico das formações pré-capitalistas. Nesse período, continuaram formas de coerção, sob relações de servidão e dominação. Os servos mantinham uma relação de dependência com os senhores, prevalecia a troca da terra para morar e cultivar, eram obrigados a pagar para o senhor das terras sua ocupação. O trabalho já não era livre, e como consequência dessa organização, surgiam os fatores de insatisfação, como exemplo o trabalho exaustivo (LOBATO, 2004).

Tolfo (2007) aponta que atualmente os valores do trabalho se constituem por intervenção da educação da infância e da adolescência, e permanece com efeito sobre a personalidade, uma vez que as pessoas conseguem se modificar e se adaptar a diferentes etapas da vida, em situações diversas, pelas quais o sentido do trabalho influencia diante das formas de atividade, flexibilidade e produtividade dos trabalhadores, já que isso afeta suas crenças sobre o que pode ser válido e o que se pode permitir no trabalho.

Porém, quando não ocorre a significação, percebe-se que se estabelece a impossibilidade de construir uma identidade social, justificada pela ausência do produto do trabalho, gerando a perda do seu sentido, caracterizada pela crescente divisão e fragmentação das tarefas. Ao se questionar sobre o sentido do trabalho, constata-se que instâncias sociais como família, e escola, desempenham papel na mudança de concepção de trabalho, gerando a possibilidade de transformar modos de organização e finalidade deste buscando resgatar aspectos prazerosos e humanos que um dia porventura o trabalho comportou (LOBATO, 2004).

Observa-se que nesse questionamento existe duas premissas: o caráter de utilidade do trabalhado e a dimensão abstrata. A primeira observa o caráter útil tido como intercâmbio metabólico entre os homens e a natureza, condição para que haja a produção de coisas socialmente úteis e necessárias, evidenciadas pelo momento que se efetiva o trabalho concreto, deixando de lado o caráter apenas de utilidade do trabalho, em sua dimensão que reserva apenas o consumo de força humana produtiva (física ou intelectual), mas que é

construção social. Decorrente disso, surge a dimensão abstrata que se refere ao trabalho, nela desaparecem as diferentes formas de trabalho concreto, a produção está direcionada para o mundo das mercadorias e da valorização do capital. O trabalho localiza-se envolto em relações capitalistas, que alteram em grande medida seu sentido histórico original (ANTUNES, 2005).

Diante dos estudos realizados percebe-se que se o trabalho pode ser considerado como um momento que funda a sociabilidade humana, como ponto de largada do seu processo de humanização, na sociedade capitalista o trabalho se torna assalariado, admitindo a forma de trabalho alienado. A intenção básica do ser social, enquanto busca de realização produtiva e reprodutiva no e pelo trabalho – transfigura-se e se transforma. O trabalho então se caracteriza em meio de subsistência e a força, ele se torna como tudo, “uma mercadoria especial”, cuja função passa a ser a criação de novas mercadorias que objetivam a valorização do capital (ANTUNES, 2005).

Antunes (2008) também enfatiza que uma vida que transborda sentido em todas as nuances sociais, dada a multilateralidade humana, poderá realizar-se apenas por meio da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo livre, de forma que, a partir de uma atividade vital repleta de sentido, autodeterminada, para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente, e por conseguinte, sob novas bases possa se desenvolver uma nova sociabilidade.

Sendo assim, para que ocorra a significação de uma vida fora do trabalho verifica-se que é primordial que esta parta de dentro do trabalho. Essa constatação descende da premissa que o indivíduo deve encontrar significado no trabalho, se este for autodeterminado, autônomo e livre, será também, dotado de sentido ao possibilitar o uso independente do tempo livre, também que o ser social necessitará para a humanização e emancipação (TOLFO, 2007).

O trabalho torna-se rico de sentido pessoal e profissional, e é visto como um meio de produção da vida, e promotor de subsistência. O sentido do trabalho, por sua atribuição psicológica e social varia na medida em que deriva do processo de atribuir significados ele se apresenta associado às condições históricas da sociedade, de forma inacabada. Sendo valorizado pela importância que representa a construção da auto-imagem do trabalhador, influenciando em seus ciclo vital (TOLFO, 2007).

Para Antunes (1999) a definição de classe trabalhadora, utiliza o título classe-que-vive-do-trabalho, que atualmente inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, possuindo como núcleo central os trabalhadores produtivos. Não se restringe ao

trabalho manual direto, mas a toda configuração de trabalho seja ela social, corporativa ou coletiva. O trabalhador produtivo é aquele que produz mais-valia e compartilha diretamente do processo de valorização do capital. A classe-que-vive-do-trabalho conglobera também trabalhadores que não são produtivos, os que mantem uma forma de trabalho público ou capitalista, e que não se constituem como elemento inteiramente produtivo, ou como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia. Este é denominado por Marx como trabalho que é consumido como valor de uso, e não como aquele que cria valor de troca. O autor considera por fim, que todo trabalho produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo.

Na perspectiva das formas de trabalho e de sua importância para a caracterização do desenvolvimento da humanidade, é possível compreender que o trabalho é gerador não apenas de sentido na produção da mais-valia, ou do capital, mas também para a hominização. Tendo em mente os aspectos citados cabe destacar alguns fatores importantes, entre eles: a constatação de que nem todo trabalho é produtivo e gera significado para quem o desenvolve; que não é possível encontrar a satisfação apenas em um aspecto da vida social, ou enquanto trabalho, e que ambas precisam ser constituídas de forma complementar.

2.8 As organizações, o indivíduo e a massa

O roteiro de estudos realizados até aqui permitiu uma visão ampla da compreensão efetiva dos processos vivenciados em ambientes de trabalho, observando a necessidade de instituir como as organizações direcionam as formas de trabalho, elas enquanto espaço de trabalho, ocultam e revelam simultaneamente suas relações e seus interesses. Então, compreender a forma como se instituem precede a compreensão do mundo do trabalho, e de suas significações.

De acordo com Enriquez (1995) as organizações sempre consideraram a vida psíquica e o imaginário dos indivíduos, sempre lhes propuseram uma representação de si enquanto imaginário social, que ele indivíduos deveriam interiorizar, a fim de permanecerem como pertencente, membros. Assim, a organização não era considerada como uma realidade singular, mas como um simples prolongado de seu gestor.

As organizações são de fato, construções sociais e históricas que adquirem autonomia relativa em relação aos sujeitos que a constituem, e que se materializam como instâncias de

mediação entre os sujeitos a ela vinculados aos objetivos para as quais foram criadas. Tendo em vista que não são entes abstratos, sujeitos absolutos, entidades plenamente autônomas, unidades totalizadoras e independentes, mas construções sociais complexas, dinâmicas e contraditórias, nas quais convivem estruturas formais e culturais, manifestas e ocultas, concretas e imaginárias (FARIA, 2004 a).

Para o autor o estudo das organizações em geral pressupõe compreender uma realidade complexa e contraditória, que está intrinsecamente relacionada aos processos objetivos e subjetivos. Em uma organização existem sistemas que caracterizam significante e significados, mas para que seja possível compreender a realidade manifesta e oculta das organizações é preciso analisar sua diversidade contraditória.

Cabe enfatizar que as organizações se constituam enquanto grupo é necessário, de um lado, um chefe, e de outro uma estrutura de desejo que una os membros do grupo ao chefe. Assim, existe um polo instaurador, idealizado, percebido como outra essência pelo membro, que deve pagar infinitamente o seu débito pelo seu sentimento de pertença, pela existência e pelo direito ao sentido do grupo (ENRIQUEZ, 1990).

Faria (2004 c), afirma que para compreender os diversos fatores e processos que compõe a realidade da organização, os quais devem ser considerados em sua análise, atentando-se ao estudo das instâncias da análise no controle nas organizações: mítica, social-histórica, institucional, organizacional, grupal, individual e pulsional. Cada instância indica uma forma de abordar a realidade complexa estudada de forma a recobrir o campo empírico e o objeto. Elas permitem estudar as organizações a partir de diferentes perspectivas, levando em consideração os mencionados fatores e processos, especialmente às relações de poder e de controle, que são expressões da lei e da ordem, são recalcantes, repressivos, racionais e reguladores e atingem os sujeitos não apenas em sua objetividade, mas em sua subjetividade.

Percebe-se que enquanto indivíduos isolados o interesse pessoal é quase a única força motivadora, nos grupos ele, muito raramente, é predominante, sendo possível afirmar que um indivíduo possa ter seus padrões morais elevados por um grupo. Além disso, a massa está sujeita ao poder verdadeiramente mágico das palavras, que podem evocar as mais formidáveis tempestades na mente grupal, sendo também capaz de apaziguá-las. Enfim, as massas nunca ansiaram pela verdade, exigem ilusões e não podem passar sem elas (ENRIQUEZ, 1990).

Para que o sujeito se adapte a seu meio, e nele faça interferências é necessário considerar suas estruturas cognitivas e afetivas, as quais desempenharão a função de construir os esquemas cognitivos e afetivos. Os esquemas, por sua vez, são responsáveis pelo ajustamento do sujeito ao meio. As estruturas mentais alicerçam tanto a formação quanto o

funcionamento dos esquemas, resultando em um processo permanente, dinâmico e dialético. No qual, desde o nascimento o sujeito possui uma forma de funcionar, dada por sua condição humana (FARIA, 2004 a).

O sujeito depende do contexto social, sendo necessário admitir que outro ambiente, de posições identificatórias, bem como os conflitos que elas acarretam podem, permitir-lhe mudar de conduta. O comportamento de cada pessoa depende da influência dos outros, incluindo indivíduos, grupos e organizações. Uma análise aprofundada ressalta que no decorrer de outras relações, o indivíduo pode desempenhar em seu imaginário outro papel, porém, a diferenciação não impedirá que os outros tentem manter seus comportamentos e suas modalidades de fluência, para que não sejam obrigados a questionarem-se, conservando deste modo as mesmas posições reais ou imaginárias daqueles que eles modelam. Nessas condições, toda análise individual deveria ser acompanhada de uma análise social que teria por finalidade transformar os próprios fundamentos da sociedade (ENRIQUEZ, 1990).

Enriquez (1990) relata que é comum constatar que a economia psíquica do indivíduo é posta em questão quando ele é confrontado por fenômenos de massa. A massa psicológica se caracteriza como um ser provisório, composto de elementos heterogêneos, que se unem por um momento. Ela dota os indivíduos de uma espécie de mente (alma) coletiva que os faz sentir, pensar, agir de maneira muito diferente daquela pela qual cada membro dele, tomado individualmente, sentiria, pensaria e agiria, caso se encontrasse em estado de isolamento. Assim a massa se caracteriza como algo impulsivo, mutável e irritável, não consegue tolerar qualquer demora entre seu desejo e a realização do que deseja. Ela é crédula e aberta a influências, apresenta um sentimento de onipotência, para o indivíduo num grupo, no qual a noção de impossibilidade desaparece. A massa não conhece nem a dúvida nem a incerteza, levada a todos os extremos, um grupo só pode ser excitado por um estímulo excessivo. É tão intolerante quanto obediente a autoridade, mas sob influência da sugestão, os grupos são capazes de elevadas realizações sob forma de renúncia, desprendimento e devoção a um ideal.

Desta forma, as organizações com suas características geram no indivíduo determinadas atitudes, formas de pensar, e um posicionamento muitas vezes pouco reflexivo diante das esferas já postuladas.

Quando se busca contextualizar a vivência humana, e seus processos subjetivos de constituição individual, social, econômica, política, e de interação com outros indivíduos é necessário partir de micro para macro aspectos, pois se entende que ambos possuem uma dialética complexa, complementando-se e possuindo uma transformação tanto em um aspecto quanto em outro. A primeira evidência necessária constitui-se pela caracterização do

desenvolvimento humano, enquanto processo evolutivo dos indivíduos pertencentes a determinado espaço sociocultural. Estes carregam consigo especificidades, que são construídas e reconstruídas no convívio com outros, com a cultura, com sua história. Porém, cabe ressaltar que cada indivíduo manterá relações individuais de reciprocidade e que resultaram em aspectos diferenciados de acordo com suas percepções.

Com o intuito de caracterizar esta pesquisa, e tendo como finalidade compreender aspectos relacionados ao desenvolvimento da infância, como fase de construção e reconstrução individual e coletiva. Observa-se que ela é uma fase características do desenvolvimento humano, dotada de potencialidades e limitações específicas, fundamentais como forma de preparação para o mundo adulto. Os estudos permitiram a compreensão de que a criança necessita de cuidados que lhe são específicos.

A mediação é essencial para a construção de valores e saberes próprios, bem como para a sobrevivência no meio que irão se modificando reciprocamente. Esta fase ainda denota a função primordial de preparação para a vida adulta, concomitantemente para o mundo social e do trabalho.

Para compreender a infância e relaciona-la a determinada cultura, grupo social, e ao trabalho, pelo viés da teoria de Vigotski, que busca compreender os aspectos inerentes a sua postulação, que envolvem o desenvolvimento humano, infantil, do mundo adulto, do trabalho mediante a compreensão das funções psicológicas superiores, da mediação, da linguagem, dos instrumentos, dos signos, e da interação social como ponto de partida para compreensão da aprendizagem de tais fenômenos. Assim como, estes são parte integrante dos processos simbólicos existentes, da construção do psiquismo e do estudo da atividade ou trabalho humano.

A fim de compreender esta fase denominada infância, ressalta-se que foi necessário buscar enfatizar as características que são transmitidas de forma particular aos seres humanos individualmente pelos indivíduos, que se diferencia da espécie animal. Os indivíduos transformam a natureza de forma consciente. Esta constituição individual enquanto função intersubjetiva e intrasubjetiva, mediada pelas funções superiores fomentará as relações que se estabelecem nas comunidades, nas práticas sociais, culturais e históricas. A relação entre os indivíduos, os conhecimentos apreendidos, as normas, as regras, a organização social também mediarão o as formas de produção, de controle e de organização na convivência.

Com a objetividade ao se pensar sobre a caracterização da infância, e sobre o desenvolvimento humano de acordo com suas fases, constatou-se que a preparação para o mundo adulto, relaciona-se com amplitude e dialeticamente ao contexto sociocultural,

representa a comunidade, os sentimentos intrínsecos de constituição individual e coletiva. Enquanto indivíduos que possuem uma história de vida, que vive e se comunica. Para tanto as temáticas infância, trabalho, e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizam vinculação com as organizações, com o Estado, com a ideologia presente e primordialmente com o trabalho.

Ao se referir ao mundo do trabalho, observa-se a premissa que este, enquanto atividade transformadora do indivíduo e da natureza, posiciona-se como postulado para o desenvolvimento de todas estas instâncias de forma concomitante. O indivíduo encontra-se inserido em um espaço social e cultural, que possui ideologias e formas de compreender o mundo, que são muitas vezes reproduzidas de forma acrítica, e que, seguem um modelo pré-estabelecido, da produção, do consumo, do capital.

Pelos estudos teóricos realizados, observou-se que os indivíduos por meio da interação social, e de forma subjetiva e individual acabam por construir sentidos e significados para a humanidade. Estas características possuem ideais que são controlados por um Estado de direito, o qual possui seus interesses ocultados, e que acabam por fazer a negociação com as massas, classes e capitalistas. Desta forma, para a constituição do indivíduo é necessário a interação com os aspectos sociais e culturais, e mediação de outro indivíduo, para que este aprenda as regras de convivência, a forma como deve portar-se, isso requer que possua uma formação para o trabalho, que venha sendo estimulado desde a mais tenra idade. Assim garantirá posterior reprodução no mundo adulto e social, produzindo mais-valia, ou capital.

Com base nos fundamentos apresentados como referenciais, parte-se para a contextualização histórica do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, seus pressupostos teóricos, e também para a caracterização do lócus da pesquisa, e sua instituição, como pressuposto fundamental para abrigar dois dos maiores assentamentos da América Latina.

2.9 Breve histórico do movimento dos trabalhadores rurais sem terra

Entender como acontecem as lutas sociais requer adentrar o campo e reconhecer que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, percorreu um longo caminho, antes de sua formulação, uma vez que, o contexto histórico e social influenciou diretamente em sua constituição no âmbito nacional.

O MST como movimento social se organizou a partir da década de 1984, no estado do

Paraná na cidade de Cascavel, ganhando este nome devido a motivos ideológicos de seus participantes se considerarem como trabalhadores e agricultores, e não apenas como camponeses. Como o intuito de se construírem enquanto movimento social, houve a necessidade da intervenção de mediadores, definidos como agentes de pastorais sociais, padres e freiras, e principalmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) instituída na década de 1975 para confrontar a violência da grilagem de terras no Norte e Centro-Oeste do país, uma vez, que os conflitos pela terra eram generalizados (CEZIMBRA, 2013).

No entendimento de Paese (2008) os conflitos no campo social, se caracterizam por marcas do desenvolvimento e do processo de constituição do próprio País. O MST faz ligação com a Central Única de Trabalhadores (CUT) e com o Partido dos Trabalhadores (PT). Sua extensão e organização se expande em 22 estados, e segue com os objetivos anteriormente definidos e ratificados no I Congresso Nacional realizado na cidade de Curitiba, também no estado paranaense, no ano de 1985, com as premissas: de lutar pela terra, pela reforma agrária e principalmente pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados e sem exploradores.

Neste aspecto, os vários movimentos regionais do Paraná são privilegiados, pois puderam participar amplamente deste momento histórico das definições sobre a criação do MST e logo trataram de articular-se num único movimento de luta por terra, seguindo as orientações nacionais, e também conforme o MST do Paraná, criando uma secretaria operativa do MST situava-se num primeiro momento em Porto Alegre, onde se faziam as articulações necessárias para a realização do Primeiro Congresso Nacional do MST. Depois, a Secretaria é transferida para São Paulo, a fim de operar com mais eficácia no nível nacional. (CEZIMBRA, 2013, p. 65).

O marco inicial ocorreu em 1979, no Rio Grande do Sul, enfatizou a expulsão de agricultores de suas terras para a demarcação da Reserva Indígena Kaingang, sem uma preocupação em realocar estes agricultores em outra terra (MATOS, 2013). Janata (2012), relata que as construções das Usinas Hidrelétricas de Salto Santiago e de Itaipu, no Paraná, em conjunto com o processo de modernização, e aplicação do capital nacional e internacional no Brasil resultaram na expropriação de terras de pequenos agricultores. Gerou-se assim, as condições objetivas para o desenvolvimento das indústrias e serviços no país. No entanto, as famílias de pequenos agricultores desamparadas e atingidas pelas construções de barragens não eram defendidas pelos sindicatos rurais. Precisamente na década de 1977, a Eletrosul, iniciou os primeiros contatos para tratar das indenizações, nos quais 50% dos trabalhadores rurais realizaram acordos amigáveis com baixos valores de indenização.

Nesse contexto, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) exerceu papel decisivo, colaborando com o desenvolvimento de um método na organização dos trabalhadores, com

formação de comissões, realização de reuniões e assembleias, sistematizando as reivindicações e elaborando estratégias de pressão e negociação com a Eletrosul, governo estadual e federal. As lutas pelas indenizações da Usina de Salto Santiago foram marcadas pela inexperiência dos sindicatos, dos trabalhadores e da própria CPT, isso não resultou em melhores ganhos para as famílias atingidas, possibilitou o acúmulo para uma efetiva organização que se concretizou nos enfrentamentos à construção de Itaipu. Se a hidrelétrica de Salto Santiago atingiu 170 famílias, a de Itaipu, com grandes proporções, abarcou a desapropriação de 6.263 estabelecimentos, envolvendo o território de oito municípios paranaenses, localizados no extremo oeste do estado. A amplitude da construção correspondeu a organização coletiva dos trabalhadores e produtores desapropriados. Como fruto das mobilizações, houve a criação do Movimento Justiça e Terra, que permaneceu ativo até 1982 (JANATA, 2012).

Na década de 1980 ocorreram inúmeros e violentos conflitos entre pequenos agricultores sem-terra, polícia militar e jagunços da Empresa Giacometti-Marodim S.A. Empresa proprietária de um latifúndio de 95.000 ha. Nos municípios de Quedas do Iguaçu e Laranjeiras do Sul². Em 1981, um número elevado de pessoas foram atingidos pela perda da terra, de emprego, e das próprias casas. A CPT organizou estas famílias e começou a cadastrar outras, que tinham perdido suas terras, sido expulsas e que estavam interessadas em lutar por terra no Paraná. Em 1982, vários movimentos de resistência dos camponeses eclodiram, dentre eles o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), apoiado pela Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR) (JANATA,2012).

Atualmente, estima-se que cerca de 170 mil famílias ainda moram em acampamentos à beira de rodovias ou em áreas ocupadas. Instaladas em barracos construídos com lonas pretas e taquaras. Os barracos de lona preta se tornaram a moradia dessas famílias e símbolo do Movimento, mas o MST não é formado apenas por esses moradores. “Toda pessoa que já foi um acampado e recebeu o seu lote de terra em virtude das reivindicações do Movimento, continua sendo considerada um Sem-Terra. Como eles compõem uma comunidade no acampamento, a proposta é o prolongamento dessa para os assentamentos, pois a luta não é somente por pedaços de terra, mas pela transformação das relações sociais” (MATOS, 2013, p. 77).

Diante do exposto, entende-se que o movimento dos trabalhadores rurais sem terra,

2 Rio Bonito do Iguaçu, distrito da cidade de Laranjeiras do Sul (JANATA, 2012).

evidencia suas características enquanto movimento social que visa uma sociedade mais igualitária e o direito à terra, a cultura, a vida e a dignidade de todas as pessoas, e principalmente daquelas a quem esse direito foi renunciado. Esse aspecto contribui também para a compreensão de seu funcionamento em nível nacional, estadual, municipal e da conjuntura estabelecida enquanto comunidade que precisa ter acesso a terra.

2.9.1 A região Cantuquiriguaçu

Com a finalidade de efetivar o processo de compreensão sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST), e as características individuais e coletivas da região a ser pesquisada, sentiu-se a necessidade de explanar a organização geográfica, social, política, econômica da Região Cantuquiriguaçu, já que, esse é tido como fenômeno histórico que traz consigo lutas importantes que contribuíram para o desenvolvimento da região.

Nesse processo cabe enfatizar que compreender o MST requer conhecimento necessário para preencher lacunas que variam temporalmente. Paese e Orso (2012), definem que o surgimento desse movimento aconteceu em meados do final da ditadura militar, na qual começava a luta pela abertura política e econômica, bem como para o processo de redemocratização nacional. A articulação e luta pela terra, ocorria principalmente na região centro-sul do país, posteriormente expandiu-se para outras regiões brasileiras. A expressão definida como “sem-terras indicava a categoria social de trabalhadores e trabalhadoras do campo que não têm terra e que passam a requerê-la como direito. Trata-se de um vocabulário recente nos dicionários de língua portuguesa, que expressa uma realidade de conflito, de luta pela posse da terra e pela libertação” (PAESE; ORSO, 2012, p.332).

Segundo Cezimbra (2013) foram contabilizados 87 assentamentos no Estado do Paraná, sendo que, na região Centro-Sul, anotaram-se cerca de 58 assentamentos, ou seja, em média de 65% dos assentamentos instituídos, totalizando cerca de 25 assentamentos no núcleo regional de Guarapuava³. Dos vários assentamentos instituídos a princípio, Cantagalo possuía 10 assentamentos, com mais de 500 famílias, passando a ser um dos maiores focos da reforma agrária no Paraná, até o ano de 1996.

Os assentamentos implantados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e

3

Guarapuava não pertence a região da Cantuquiriguaçu, mas é a cidade sede da macro região Centro-Sul, e vários municípios atuais, que no início dos anos 80, não eram emancipados e pertenciam ao município de Guarapuava, tais como, Cantagalo e Cândói.

Reforma Agrária), órgão público federal encarregado da reforma agrária no país, se configuram como os que já cumpriram as fases de vistoria, análise pela comissão agrária, desapropriação, imissão de posse, demarcação de perímetro, elaboração do quadro natural e socioeconômico, seleção das famílias e elaboração do projeto de parcelamento. A princípio a região centro-sul e centro-oeste paranaense, encontravam-se vinculadas as áreas de assentamento da macro região de Guarapuava, que posteriormente se articula em região da CANTUQUIRIGUAÇU (Associação dos Municípios do Médio Centro-Oeste do Paraná), polo articulador das lutas e dos assentamentos (CEZIMBRA, 2013).

A partir dessa constatação, o Território da Cantuquiriguaçu faz parte do processo político de desenvolvimento territorial do governo federal, também utilizado como estratégia para elencar as necessidades territoriais diante das políticas governamentais. Este território nasce então com sentimento intenso de luta por desenvolvimento, identidade e pertencimento de seus sujeitos a esse território. Busca promover medidas que estejam voltadas para o desenvolvimento regional (MORAES, 2015).

Coradeli (2011) realiza importante menção ao dizer que os municípios que abrangem a Cantuquiriguaçu estão entre os mais pobres do Paraná, de acordo com dados levantados pelo IAPAR (Instituto Agrônomo do Paraná) e de toda a região Sul do Brasil. Revelando grande carência, estado crítico de pobreza, sendo a com índices mais elevados dentre as 18 associações de municípios existentes no estado. Com relação a pobreza, o destaque encontra-se nas cidades de Rio Bonito do Iguaçu, Diamante do Sul, Goioxim, Nova Laranjeiras e Marquinho. Interferindo diretamente no futuro de crescimento econômico e social. Para tanto, observa-se que há necessidade de maiores investimentos, recursos e parcerias dos governos Municipal, Estadual e Federal para atender as necessidades de sua população.

A Cantuquiriguaçu está localizada no médio Centro-Oeste do estado do Paraná, constituída de vinte e um municípios, com histórias comuns, fruto de um processo relativamente recente de ocupação do Estado. O município mais antigo é Laranjeiras do Sul, com sessenta e oito anos de emancipação político administrativa, e doze dos municípios associados entre eles Rio Bonito do Iguaçu, emanciparam-se na década de 1990, com as premissas da Constituição Federal de 1988. O Conselho foi instalado oficialmente no dia vinte e seis de março de 2004, com caráter propositivo, normativo e deliberativo, formado por entidades públicas, privadas e não-governamentais da região e composto por plenário, assessoria e câmaras técnicas e setoriais, com o objetivo de promover o desenvolvimento mais equânime dos municípios pertencentes à associação (CORADELI, 2011).

Nesse estudo, cabe enfatizar a constituição da Cantuquiriguaçu enquanto macrorregião

do Estado do Paraná, que comporta inúmeros acampamentos atualmente e assentamentos. Juntamente com o histórico da cidade de Rio Bonito do Iguaçu, lócus da pesquisa.

2.9.2 Rio Bonito do Iguaçu

Rio Bonito do Iguaçu, é considerada cidade sede dos Assentamentos Marcos Freire e Ireno Alves dos Santos. A constituição da cidade de Rio Bonito do Iguaçu, Janata (2012) elucida que esta é marcada pela origem do Paraná Moderno, uma vez que, possuía terras férteis, encontrava-se entre importantes rios, destacando-se o Iguaçu. Na década de 50, possuía a maior reserva de pinheiros araucárias do Brasil e do mundo. Tais condições estimularam a chegada dos imigrantes de “zonas de ocupação antigas (Rio Grande do Sul e Santa Catarina)”, como orientação da política federal de ocupação do Oeste brasileiro. O principal povoador foi denominado José Nogueira do Amaral, o qual migrou de São Paulo em meados de 1848, após condenação à morte pelo assassinato de duas pessoas em disputas de terras. Sendo assim, seu desterro foi o envio a Vila de Guarapuava. Pois, o estado paranaense, pertencia na época a São Paulo, sendo desmembrado na década de 1853. Na localidade, haviam comunidades indígenas Kaingang, com os quais há relatos que José Nogueira conviveu.

Na década de 1900 a 1920, ocorreu significativo aumento da população do Oeste e Sudoeste Paranaense de 3000 para 6000 habitantes. O aumento populacional é justificado pelo crescimento vegetativo, a presença de peões e agregados expulsos de fazendas e terras das proximidades em busca de subsistência, foragidos da justiça do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, transformando o espaço em local de fugitivos da lei. Como também posseiros refugiados do Contestado, expulsos da terra pela empresa colonizadora americana Brazil Railway Co., argentinos e paraguaios em busca de erva-mate. Com isso formou-se as raízes dos que viriam a ser os trabalhadores sem-terra, que, em 1996, ocuparam, conquistaram e transformaram a fazenda Pinhal Ralo, em Rio Bonito do Iguaçu, num assentamento de reforma agrária. O desmembramento do Paraná, e a expedição de terras a José Nogueira do Amaral ocorreu no mesmo período de aprovação no país da Lei de Terras, de 1850, que já em seu primeiro artigo proíbe a aquisição de terras devolutas por outro título que não seja o de compra (JANATA, 2012).

Pelos dados pesquisados Rio Bonito do Iguaçu, encontra-se localizado no centro-oeste

paranaense e faz parte da região Cantuquiriguaçu. Coradeli (2011), cabe aqui enfatizar que muitos municípios da Cantuquiriguaçu passaram por processo de divisão nos anos 1990 e sediaram assentamentos populacionais – ligados, em geral, ao movimento sem terra – formados por expressiva quantidade de famílias assentadas. Como se pode enumerar: Rio Bonito do Iguaçu possui os assentamentos Ireno Alves e Marcos Freire com aproximadamente 1.500 famílias. Observando que o assentamento Ireno Alves dos Santos, destaca-se por ser o maior da América Latina; Nova Laranjeiras conta com três assentamentos compostos por aproximadamente 219 famílias, Laranjeiras do Sul, também possui três assentamentos com 118 famílias; Quedas do Iguaçu com três assentamentos e 1.042 famílias; Goioxim com 11 assentamentos e 284 famílias que são exemplos de movimentos organizados por lutas sociais (CORADELI, 2011).

Paese (2008) ressalta que a ocupação em Rio Bonito do Iguaçu está imersa nessa confluência, sendo apontada pelas questões nacionais e determinante, sobretudo no âmbito estadual, na luta pela terra. Exemplo disso, configura-se pela ocupação da Fazenda Pinhal Ralo, acampamento constituído de aproximadamente 12 mil pessoas, localizado a margem do rio Xagu, na BR 158, na cidade de Rio Bonito do Iguaçu, ficou conhecido como “Buraco”, ele faz parte do contexto nacional de luta pela terra e pela Reforma Agrária no país. Caracteriza-se por ser resultado da ocupação pelo MST de uma parte da área do latifúndio conhecido, na época de 1996 como Giacometti-Marodin, hoje Araupel S/A, cuja extensão abrangia parte das terras do município (HAMMEL, 2013).

Cezimbra (2013) relata que no ano de 1996, no dia 17 de abril, o latifúndio da Giacometti-Marodin é ocupado, por ser considerado uma área de terra grilada, possuindo 93 mil hectares, que foram desapropriados na década de 1980 pelo presidente Figueiredo. Porém, a desapropriação não ocorreu visando a reforma agrária. Esse motivo desencadeou a situação que despertou nos sem-terra a vontade de ocupar a área, já que, ocupações anteriores não haviam sido fortemente organizadas. Composta por membros e lideranças do MST experientes em ocupações de terras, e com boa estrutura de apoio, conseguiam atingir o objetivo de milhares de sem terra, que após sucessivas ocupações, conquistaram 54 mil hectares contínuos de terra desse latifúndio.

Aproximadamente três mil e quinhentas famílias ficaram por oito meses, no acampamento denominado “Buraco”, posterior a isso se deslocaram para o portão da fazenda Pinhal Ralo, e algum tempo depois para a sede da fazenda. A comunidade que se estabeleceu na sede ficou denominada como: Comunidade Primeira Conquista – Sede, iniciando a formação nesta localidade do Assentamento Ireno Alves. Durante o período de acampamento

as escolas municipais não davam conta de atender toda a demanda em idade escolar, por isso, apenas algumas crianças frequentavam as escolas (PAESE, 2008).

O Assentamento Ireno Alves dos Santos contava com uma população de aproximadamente mil e quinhentas famílias, sendo que algumas já haviam recebido seu lote. Na Comunidade Primeira Conquista – Sede, foi criada a primeira escola visando atender o Ensino Fundamental - Anos Iniciais, no ano de 1997, denominada Escola Rural Municipal Vanderlei das Neves (CEVAN). A escola atendia de 1ª a 4ª série 896 alunos divididos em 27 turmas. As aulas eram ministradas em um barracão. Em 1998, os alunos e jovens passaram a estudar na Escola José Alves dos Santos, a qual foi designada no mesmo local. A princípio todas as famílias se instalaram na comunidade Primeira Conquista - Sede, posteriormente, de acordo com as distribuições de terra e lotes, foram se subdividindo em grupos, para ocupar outras áreas de terra. A organização ocorria por meio de formação de talhões e grupos de 45 famílias, dificultando o acesso das crianças à escola Vanderlei das Neves. Outras escolas originaram-se pela presença de um número muito grande de crianças, jovens e adultos analfabetos (PAESE, 2008).

Após esse período surgiu o assentamento Marcos Freire com mais de novecentas famílias, assentadas em vinte seis mil hectares de terras, como resposta da organização dos trabalhadores acampados, em relação a negação de seus direitos a terra. Esse acampamento trouxe a necessidade da construção de escolas, pois o deslocamento das famílias dentro da área acabou por dificultar o acesso à única escola que existia no assentamento Ireno Alves dos Santos (Escola Vanderlei das Neves). Cabe dizer que esse processo se concretizou mediante lutas e disputas, pelas quais em que a falta de estrutura e a precarização das condições de vida da população acampada e recém-assentada somava-se a uma política estatal de desmonte, fazendo com que a criação de escolas não fosse priorizada (PAESE, 2008)

Dando continuidade ao processo de constituição dos dois assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, as escolas foram divididas de acordo com suas comunidades e assentamentos.

No Assentamento Ireno Alves dos Santos é instituída a Escola Rural Municipal Chico Mendes, localizada na comunidade de Arapongas, atendendo de 1ª a 4ª série. Na nova comunidade, conhecida por Centrão, atual Alta Floresta, foi fundada a Escola Rural Municipal Severino da Silva que atendia as comunidades vizinhas que surgiram na época, hoje denominadas: Juriti, Nova Estrela, Alta Floresta, Campos Verdes, Santo Antônio. Esta escola também oferecia serviços de 1ª a 4ª série. No início, funcionou em uma das casas dos guardas da fazenda. A Escola Rural Municipal Irmã Dulce também localizada no Assentamento Ireno

Alves dos Santos veio atender a comunidade formada da região de Água Mineral com crianças de 1ª a 4ª série e Escolarização de Jovens e Adultos, duas turmas de Jornada Ampliada e uma de Multi-Idade (PAESE, 2008)

Com a nova subdivisão das famílias, outro pedaço de terra da mesma fazenda foi criado. Estabeleceu-se o assentamento de nome Marcos Freire, no qual também foram criadas outras escolas. A Escola Rural Municipal Paulo Freire funcionava em extensão na comunidade de Centro Novo em uma escola que atendia de 1ª a 4ª série um número de 60 alunos. Em 1999, ela mudou para atender a comunidade de Camargo Filho, com alunos de 1ª a 4ª série. A Escola Sebastião Estevam da Costa, que passou a atender alunos de 5ª a 8ª série por intermédio dos convênios e parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a atender, de 1ª a 4ª série, alunos da Escola Rural Municipal Paulo Freire. A Escola Rural Municipal Hebert de Souza, localizada no assentamento Marcos Freire, atendia a comunidade de Centro Novo de 1ª a 4ª série (PAESE, 2008).

Nos meados da década de 1990, foi caracterizado pelo fortalecimento do MST, que ampliou suas mobilizações e passou a ser reconhecido como um movimento social de milhares de trabalhadores rurais (JANATA, 2012). Desde a ocupação da fazenda, em 1996, as estruturas foram construídas, e as famílias produzem. Contando com cerca de mil quinhentos e trinta lotes (estabelecimentos agropecuários) que contêm cada um entre cinco e oito hectares de terra. Contendo dez estabelecimentos de ensino que atendem a quarenta comunidades em ambos os assentamentos. Desses, quatro são responsabilidade da rede estadual de ensino e seis do município de Rio Bonito do Iguçu (HAMMEL, 2013).

A partir da contextualização histórica do lócus de pesquisa, e da criação dos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, compreende-se a luta pela terra e pelo direito à cidadania, mantendo a sobrevivência, e, o trabalho na terra. Inicia-se na etapa posterior a caracterização do material, método e metodologia a ser utilizada na presente pesquisa.

3 MATERIAL E MÉTODO

Considerando que o método é um processo de construção para alcançar os objetivos propostos na pesquisa, e que, a finalidade da ciência é a busca do conhecimento, afirma-se que o método científico é um conjunto de procedimentos tomados com o propósito de construir o conhecimento. E que posteriormente os conhecimentos adquiridos podem contribuir para a garantia e compreensão de problemas cotidianos é que optou-se por desenvolver esse trabalho no método científico (PRODANOV, 2013).

Para Thiollent (1984) a metodologia constitui-se como um diversificado conjunto de conhecimentos utilizados pelo pesquisador com o intuito de encontrar subsídios que orientem suas pesquisas, as escolhas realizadas pautam-se de acordo com o desempenho, os objetivos e as características, de acordo com a pesquisa qualitativa. A realização de uma investigação apresenta resultados, e estes, não são descritos de forma isolada, mas constatando que todo discurso sobre determinado assunto, vem impregnado de interesses e características socioculturais, de quem o efetiva.

De acordo com Minayo (2006) o conceito de metodologia é abrangente e concomitante, ao que se refere a: discussão epistemológica a respeito do caminho do pensamento que o tema ou objeto de investigação requer; sobre a apresentação adequada e justificada dos métodos, das técnicas e dos instrumentos operativos que precisam ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; destacando a criatividade do pesquisador, no intuito de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações científicas.

Desta forma, a metodologia é parte resultante que agrega a epistemologia ou a filosofia da ciência, o objetivo principal caracteriza-se como forma por disponibilizar os métodos disponíveis, avaliar suas capacidades, potencialidades, limitações ou distorções, incluindo avaliar as técnicas de pesquisa, os modos de captar, processar as informações e concluir as diversas categorias de problemas teóricos e prática de investigação. Assim, pode ser vista como conhecimento geral e habilidade que são fundamentais para o pesquisador nortear o processo investigativo, tomar decisões, optar por conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados (THIOLLENT, 1998).

Para Thiollent (1985, p. 24):

No contexto da crítica das convencionais técnicas de investigação, a superação da unilateralidade da observação e a compreensão intersubjetiva são dois objetivos importantes a serem alcançados por questionamento. No entanto, acrescentaremos a

esta caracterização do questionamento o fato que este deve levar em conta, no relacionamento entre o pólo investigado, todos os aspectos institucionais ou comunicacionais relativos ao espaço sociopolítico da pesquisa sociológica, assim como os aspectos cognitivos.

Prodanov (2013) diz que os métodos de procedimento caracterizam-se por etapas da investigação. Estão intrinsecamente relacionados com os procedimentos técnicos a serem seguidos pelo pesquisador em determinada área do conhecimento, além de fornecerem a orientação necessária a realização da pesquisa.

Como é possível perceber o método possui a função de tornar provável a abordagem da realidade a partir das perguntas feitas pelo investigador. Ao criar uma proposta de investigação e no desenrolar das etapas de uma pesquisa, o investigador trabalha com o reconhecimento, a conveniência e a utilidade dos métodos disponíveis, em função da forma de informações necessárias para se cumprirem os objetivos do trabalho (MINAYO, 2006).

3.1 Classificação do Estudo

Quanto aos fins, a pesquisa é descritiva-interpretativa, que de acordo com Rampazzo (2002), caracteriza-se pela observação, registro, análise e correlação dos fatos ou fenômenos, estudados no mundo físico e humano, sem a interferência do pesquisador. Seu foco é investigar com a precisão possível, com qual frequência um fenômeno ocorre, enfatizando sua relação e sua conexão com outros, sua natureza e suas características. Busca distinguir as variadas circunstâncias que incidem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos ou comunidades complexas.

A partir disso, a análise interpretativa, pretende adotar uma posição própria a respeito das ideias emitidas e da maneira pela qual foram apresentadas. Para tanto, efetiva seu discurso no contexto da vida e da obra do autor, informando o sentido de sua própria perspectiva e ressaltando tanto os pontos originais como os comuns com outros autores da mesma especialidade. A leitura leva ao exercício de uma atitude crítica diante das posições em termos de coerência interna da argumentação e validade dos argumentos utilizados, originalidade e profundidade do tema analisado, e, relevância e contribuição específica do texto para o estudo do tema abordado (RAMPAZZO, 2002).

Compreende-se que a pesquisa descritiva pode assumir diversas formas. Quanto aos meios, salientou-se que será utilizado o Estudo de Campo que de acordo com Gerhardt e Silveira (2009) evidencia-se pelas investigações em que, além da pesquisa documental e bibliográfica, se realiza a coleta de dados junto a pessoas.

Quanto a sua natureza é qualitativa descrita por Godoi, Mello e Silva (2010), como um conceito que abrange várias formas de pesquisa, e busca compreender e explicar o fenômeno social com o menor afastamento possível do ambiente natural. Nesse cenário não se buscam regularidades, mas a compreensão dos agentes, daquilo que os levou singularmente a agir como agiram. Os sujeitos são ouvidos a partir da sua lógica e exposição de razões.

A ênfase da pesquisa qualitativa encontra-se nos processos e nos significados, dados qualitativos são representações dos atos e das expressões humanas. Seu objetivo é interpretar os significados e as intenções dos atores. Métodos qualitativos emergem de paradigmas fenomenológicos e interpretativos, são frequentemente, intensivos e envolvem um compromisso de longo prazo. Nas pesquisas, tanto a delimitação quanto a formulação do problema possuem características próprias. Ambas exigem do pesquisador a imersão no contexto em que será analisado.

Para Minayo (2006) o método qualitativo é o que se aplica ao estudo da histórica, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os seres humanos realizam a respeito de como vivem, constroem seus artefatos sentem e pensam, ou seja, as abordagens qualitativas se relacionam melhor a investigação de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sócias sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e documentos.

Corroborando com a ideia Kauark (2010), que afirma que na pesquisa qualitativa existe uma relação dinâmica entre o mundo real o sujeito, sendo, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não consegue ser traduzida em números. Logo, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa, que não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural constitui-se como fonte direta para coleta de dados.

Kauak (2010) define que as fontes primárias são os documentos que determinarão análises para posterior criação de informações, como as observações e as entrevistas. As fontes secundárias são as obras, nas quais as informações já foram elaboradas, como livros, apostilas, teses e monografias. Nesse sentido, existem procedimentos necessários para a organização do levantamento de dados. A coleta de material e informações constitui-se como instrumento necessário para a consecução da pesquisa.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados, referentes aos dados primários foram obtidos nas residências de famílias participantes, por meio de entrevista semiestruturada, ou como definem Lima, Almeida e Lima (1999) esta é uma técnica de coleta de dados que supõe um diálogo contínuo entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este em consonância com os objetivos do trabalho. Desta forma, da vida do informante só interessa aquilo que se introduz diretamente no domínio da pesquisa, logo, existe uma distinção nítida entre narrador e pesquisador, pois ambos se submetem a entrevista movidos por interesses distintos. Cabe relatar que eventualmente pode-se tornar necessário um retorno ao campo para esclarecer dúvidas, recolher documentos ou coletar novas informações sobre acontecimentos e circunstâncias relevantes que foram pouco explorados nas entrevistas.

Complementando Nogueira-Martins e Bógus (2004), definem que a entrevista semiestruturada, parte de certos questionamentos básicos, amparados em teorias e hipóteses, que evidenciam à pesquisa, e posteriormente proporcionam amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que irão aparecendo à medida que se recebem as respostas do entrevistado.

Este, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. É útil esclarecer que essas perguntas fundamentais que constituem, em parte, a entrevista semiestruturada, são resultado não só da teoria que alimenta a ação do investigador mas, também, de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno que interessa. (NOGUEIRA-MARTINS; BÓGUS, 2004, p.50).

Ainda no decorrer das entrevistas semiestruturadas, o entrevistador necessita prestar atenção e observar os aspectos não-verbais presentes, como gestos, expressões, entonações, sinais não-verbais, hesitações, alterações de ritmo. Afinal, toda comunicação não verbal que ocorre e cuja percepção, é relevante para a compreensão e validação do que foi efetivamente dito necessita ser expressa (NOGUEIRA-MARTINS, BÓGUS, 2004). Diante disso, será utilizada a observação não participante, ou seja, a observação é definida por Silva (2005) quando se utilizam os sentidos na obtenção de dados de determinados aspectos da realidade. A observação não participante se caracteriza pelo pesquisador presenciar o fato, mas, não participar do mesmo, apenas anotá-lo.

De acordo com Minayo (2006) o roteiro para entrevista semiestruturada, deve se estender entre os vários indicadores estimados essenciais e suficientes em tópicos que considerem a abrangência das informações esperadas. Os tópicos por sua vez precisam funcionar como lembretes, conforme disponibilidade, sendo memorizados pelo investigador

quando este está em campo. Utilizados como orientação e guia para o andamento da interlocução. O roteiro precisa ser construído com flexibilidade nas conversas absorvendo novos temas e questões trazidas pelo interlocutor sendo estrutura de relevância. Ao elaborar, o roteiro semiestruturado deve-se levar em consideração: os itens da lista, que conduzem a uma conversa sobre a experiência; os itens compostos, que são indispensáveis para o delineamento da pesquisa empírica, e facilitam a comunicação e ampliação do discurso; observando que cada questão deve referir-se ao delineamento do objeto.

Nesse caso a entrevista semiestruturada segue um roteiro apropriado fisicamente e utilizado pelo investigador. O que facilita a abordagem e assegura que as hipóteses ou seus pressupostos sejam efetivados na conversa.

Corroborando com o delineamento da pesquisa Fairclough (2001), enfatiza que a natureza dos dados solicitados estarão em consonância com o projeto bem como as questões da pesquisa, o conteúdo e estrutura das informações. O pesquisador objetiva saber o conteúdo que será útil, utilizando o modelo mental da ordem de discurso da instituição, e ter domínio do que se está pesquisando.

Cabe salientar que relacionando as entrevistas semiestruturadas e a observação não participante, ocorreu no presente trabalho a gravação das entrevistas. Nogueira-Martins e Bógus (2004) explicitam que a gravação tem o benefício de registrar todas as expressões orais, deixando o entrevistador livre para prestar atenção quando ao entrevistado. Nesse contexto, e dando sequência a pesquisa ocorreu a transcrição das entrevistas, operação trabalhosa, mas foi essencial, pois, possibilitou a coleta de informações importantíssimas. Na transcrição, a gravação recuperou na íntegra os depoimentos. Isso facilitou realizar a comparação do material e os depoimentos gravados, estabelecendo prioridades, essa etapa contou com o auxílio da memória do entrevistador.

No decorrer da transcrição optou-se por preservar a identificação dos participantes e de outras pessoas mencionadas durante a entrevista, isso para não corre o risco de expor ninguém. Utilizou-se então pseudônimos, já que essa orientações constam nos princípios éticos da pesquisa científica com seres humanos.

Os dados secundários foram encontrados em plataformas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (BRASIL, 2015), e no próprio site do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), são dados já construídos, eles serão utilizados também para a análise da pesquisa.

A coleta de dados da pesquisa de campo se efetivou com o auxílio dos membros de famílias residentes nos assentamentos localizados na cidade de Rio Bonito do Iguçu. Como

lócus de pesquisa procurou-se o viés dos participantes, contando com a colaboração dos genitores ou genitoras (padrasto ou madrastra).

Para Kauart (2010) a população da pesquisa, constitui-se de indivíduos do campo de interesse. Os quais serão entrevistados, para que seja feita a coleta de dados, e assim se possa tirar as conclusões necessárias à pesquisa. A população tida como referência, pode-se dizer que foi total de habitantes do determinado lugar. Já a amostra é composta por parte da população, a qual é tomada como objeto de investigação da pesquisa. Assim, a amostra não será probabilística, denominada como amostra acidental, sendo compostas por acaso, com pessoas que vão aparecendo.

O contato foi realizado com famílias residentes nos assentamentos da cidade de Rio Bonito do Iguçu de forma aleatória, explicou-se o objetivo da pesquisa com o intuito de divulgar o trabalho e convidar os participantes. Essa estratégia deu certo para a efetivação da entrevista, buscou-se centrar entre os entrevistados a distinção de escolaridade, idade, tempo de integrante no MST, número de filhos e gênero dos filhos, e forma como ingressou no movimento ou adquiriu sua terra. Para análise de dados foram sete pessoas entrevistadas. Cabe ressaltar que cada análise observou-se os interesses da pesquisa, visando a compreensão de como ocorre a construção de sentido do trabalho para as famílias e a vivência da família nos assentamentos.

Minayo (2006) enfatiza na pesquisa qualitativa que o dimensionamento da quantidade de entrevistas, grupos focais e outras técnicas deve seguir o critério de saturação, o qual é definido como o conhecimento formado pelo pesquisador, no campo proposto para que consiga compreender a lógica interna do grupo ou da coletividade em sua pesquisa. Ressalta-se que, o número de pessoas é menos importante que o empenho em visualizar a questão sob várias perspectivas e pontos de vista. A validade está centrada na potencialidade de captar o objeto empiricamente, em todas as suas dimensões.

Na pesquisa qualitativa o pesquisador não deve dar tanta importância à generalização, mas maior atenção a diversidade no processo de compreensão, seja de um grupo social, de uma organização ou de uma instituição. Seu critério não é numérico, pois, considerando-se que a amostra qualitativa ideal é a que reflete a totalidade das múltiplas dimensões do objeto de estudo (MINAYO, 2006).

Com a finalidade de elucidar a riqueza de detalhes, sobre a diversidade da pesquisa qualitativa em que foram realizadas e utilizadas sete entrevistas, que se configuram como 010, 020, 030, 040, 050, 060 e 070, estas pretendem visualizar os itens relacionadas à qualidade da

coleta de dados e seguem o critério de saturação, segue abaixo quadro referencial descritivo das entrevistas utilizadas:

TABELA 01: INFORMAÇÕES DO PÚBLICO PESQUISADO

ENTREVISTA	FILHO/ GÊNERO	IDADE/ ESCOLARIDADE	COMPOSIÇÃO FAMILIAR	PRESENÇA NO MOMENTO DA ENTREVISTA	PERCEPÇÃO NO MOMENTO DA ENTREVISTA	VÍNCULO COM O MST.
010	Menino	10 anos - 4º Ano do Ensino Fundamental	-Genitor; -Genitora; -Filho menino (10 anos); -Filha menina (6 anos);	- Genitor; -Genitora; -Filho;	Família preocupada em saber se a pesquisadora era do conselho tutelar; e queria fazer uma denúncia com relação	- A terra em que residem é pertencente ao avó paterno, apenas ele passou pelo processo de acampamento.
020	Menina	08 anos - 2º Ano do Ensino Fundamental	- Genitor; -Genitora; - filha menina (08 anos); - filho menino (19 anos);	- Genitor; - Genitora; - Filha; - Filho.	Família desconfiada, queriam bastante informações sobre a entrevista. Fala rápida.	- A família passou pelo processo de acampamento. Atualmente são vizinhos com o irmão do pai, e produzem juntos. Possuem três lotes de terra, e fazem arrendamento de terras para plantio.
030	Menino	08 anos - 3º Ano do Ensino Fundamental	-Genitor; -Genitora; -Filho menino (8 anos); -Filha menina (6 anos);	- Genitor - Genitora	Família preocupada em demonstrar sua produção e como aproveitam investindo na propriedade, e reforçando o modelo de capital.	- A família (genitores) passou pelo processo de acampamento. Trabalham atualmente com pecuária leiteira, e estudam juntamente com a Universidade implantada na região sobre piscicultura.
040	Menina	09 anos -4º Ano do Ensino Fundamental	- Genitor; -Genitora; - filha menina (09 anos); - filho menino (17 anos); - filho (19 anos); (2 irmãos que	- Genitora - Filha	Família extremamente receptiva, na qual a afetividade é processo constante entre seus membros.	- Passaram pelo processo de acampamento, atualmente a genitora e o filho mais velho trabalham com a pecuária leiteira, o genitor trabalha fora na

			já moram fora)			cidade de Rio Bonito do Iguçu.
050	Menina	10 anos -5º Ano do Ensino Fundamental	- Genitor; -Genitora; - filha menina (10 anos); - filho menino (05 anos);	- Genitor; - Genitora; - Filha - Filho	Família instruída, valoriza o estudo e pensa no futuro dos filhos, assim como, que estes sejam emancipados.	- Família bem estruturada, vive da pecuária leiteira, manejo de carneiro, plantio de cereais.
060	Menino	- 6 anos -1º Ano do Ensino Fundamental	-Genitor; -Genitora; -Filho menino (6 anos); -Filha menina (10 anos);	- Genitora	Família que se baseia na cultura de que a mulher é submissa ao marido. E deve apenas cuidar dos filhos e do lar.	-Família apreensiva, rápida e simples nas respostas. Esposo participa de discussões políticas e do MST.
070	Menina	- 7 anos -2º Ano do Ensino Fundamental	- Genitor; - Genitora; - Filha menina (7 anos).	- Genitora - Genitor	Família incisiva em suas respostas, sendo extremamente objetiva	- Família que baseia sua ação na meritocracia.

Fonte: Informações advindas das observações realizadas no decorrer da coleta de dados (2015).

O projeto foi encaminhado para o Comitê de Ética em Pesquisa, para a Plataforma Brasil, com o título: “O desenvolvimento da infância nos assentamentos do MST de Rio Bonito do Iguçu”, submetido na data de 23/03/2015, e, na data de 08/04/2015 obteve parecer liberado e projeto aprovado para sua efetivação.

3.2 Análise do Discurso de Fairclough

A técnica de análise dos dados será baseada na análise do discurso de Fairclough Para Magalhães e Delta (2005), a análise do discurso tem o objetivo de debater teórica e metodologicamente a linguagem como prática social. Recomenda e estuda textos e eventos em diversas práticas sociais, propondo uma teoria e um método para descrever, interpretar e explicar a linguagem no contexto sociohistórico. A Análise do Discurso Crítica (ADC) desenvolveu um estudo da linguagem social, com vistas a investigação de transformações na vida social contemporânea. A ADC afirma que o linguístico é social. Essa afirmação está contida na definição de discurso como forma de ação e como forma de representação. Isso significa dizer que os homens agem discursivamente, como também representam

discursivamente o mundo (social) a sua volta.

Assim, Fairclough (2001) exprime que a análise propriamente dita é considerada como interpretação, e os analistas procuram ser sensíveis a suas próprias tendências interpretativas e as razões sociais. O discurso é analisado diante da história dinâmica, em termos de conformações mutantes de tipos de discurso em processos discursivos, e, em termos de como tais mudanças refletem e constituem processos de mudança social. O discurso é socialmente constituído, englobando os sujeitos sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, enfatizando seus efeitos ideológicos construtivos.

E no caso específico da ADC faircloughiana, o foco de sua pesquisa científica é a mudança social a partir da mudança discursiva, no ponto em que uma implica a outra mutuamente. A ADC se propõe a tornar transparentes os aspectos opacos dos discursos, no que dizem respeito às desigualdades sociais, ou seja, esta análise propõe usar o termo discurso para designar o uso de linguagem como forma de prática social, o que implica tomar o discurso como uma forma de ação e assumir que sua relação com a estrutura social seja dialética. Em outras palavras, o social constitui o discurso e é por ele constituído. Considerá-lo assim, nessa reciprocidade, implica enxergar uma relação entre um conjunto de discursos particulares e uma situação social. E o cerne dessa relação entre discurso e sociedade é o poder (MARTINS, DELTA, 2005).

Vergara (2006), complementa que a análise do discurso é um método que visa não só apreender como uma mensagem é transmitida, como também explorar o seu sentido. É o estudo de palavras e expressões, incluindo a forma ou estrutura destas palavras, o uso da linguagem no contexto e os significados ou interpretações de práticas discursivas. Investiga desta forma, como o conteúdo é usado pra o alcance de determinados efeitos.

Logo, a análise do discurso atenta-se não apenas com as relações de poder no discurso, mas sim, com a maneira como as relações de poder e luta de poder modelam e transformam as práticas discursivas de uma sociedade ou instituição. Deste modo, analisar as instituições e as organizações em termos de poder significa entender e analisar suas práticas discursivas (FAIRCLOUGH, 2001).

Para Fairclough (2001), a ideologia é uma prática acumulada e naturalizada que se constitui pelas normas e convenções sociais, que aparecem nas estruturas do discurso, ou prática linguística enquanto código, estrutura ou formação. Complementando a ideia Santos, Bispo e Dourado (2015), enfatizam que na análise do discurso a interpretação dos textos e falas nunca é um fim em si mesmo. Portanto, análise do discurso é uma análise social, que

referenda determinado momento histórico, compreendendo o mundo físico, social e organizacional que interage com o texto para criar o discurso.

Fairclough (2012) revela que a ADC busca congrega a visão de língua como um elemento constituinte do processo social material. Para tanto inclui a semioses, formas de construção de sentidos definidos pelas imagens, linguagem corporal e a própria língua. A vida social é observada com um viés interconectado por práticas sociais de diversos tipos, que são constituídas pela economia, política, cultura, entre outras. Estas práticas se distinguem pelos elementos: atividade produtiva, meios de produção, relações sociais, identidades sociais, valores culturais, consciência e pela semiose. Todos estes elementos se constituem enquanto dialética, pois, são elementos diferentes, mas não totalmente separados e distintos.

O papel da semiose, surge nas práticas sociais, como elementar, e estabelecido pela análise. A princípio se estabelece enquanto parte do trabalho, depois nas representações em que os atores sociais reproduzirão de forma única, dependendo da posição que ocupam. Inclui também a autoconstrução reflexiva, as representações que adentram e modelam os processos e as práticas sociais. Por fim, a terceira parte da semiose, se propõe a desempenhar posições particulares, já que a identidade das pessoas que operam em certas posições é parcial em sua prática.

Em suma, a ADC desempenha seu olhar para a estrutura e para a ação. Compreende a estrutura como mudanças na estruturação da diversidade nas ordens do discurso (semiótica), enquanto a ênfase na ação pressupõe o trabalho semiótico que se produz e acontece nos textos e interações.

A estrutura de análise da ADC define-se de acordo com Fairclough (2012, p. 311-312)

1. Dar ênfase em um problema social que tenha um aspecto semiótico.
2. Identificar obstáculos para que esse problema seja resolvido, pela análise: da rede de práticas no qual está inserido; das relações de semiose com outros elementos dentro das práticas particulares em questão; do discurso enquanto estrutura analítica, análise interacional, análise interdiscursiva e análise linguística e semiótica.
3. Considerar se a ordem social em algum sentido é um problema ou não;
4. Identificar maneiras possíveis para superar os obstáculos;
5. Refletir criticamente sobre a análise.

Nesse contexto, o autor ainda afirma que esta vertente se baseia na teoria linguística sistêmico-funcional, que possui a virtude de ser funcional, de forma a ver e analisar a língua, podendo levar em consideração que ela é modelada pelas funções sociais.

3.3 Caracterização do Caso

O delineamento da pesquisa, foi realizado de forma qualitativa, visando compreender os fenômenos ocorridos no ambiente social, a ser pesquisado. Buscando analisar como se desenvolve o processo de infância e qual a importância do trabalho e das relações de poder vinculado a comunidade do MST, a fim de se conhecer as demandas, as dificuldades e as resoluções encontradas por estes sujeitos na resolução dos problemas enfrentados.

A fim de alcançar os dados desejados para a efetivação da pesquisa, optou-se por **procurar as escolas municipais situados nas comunidades dos Assentamentos Marcos Freire e Ireno Alves dos Santos, visando** de forma aleatória que indicassem residências e localidades, para que pudesse contar com o público-alvo desejado (crianças inseridas na Escolaridade do Ensino Fundamental, Anos Iniciais, compreendendo a faixa etária de 6 a 11 anos de idade), diferenciados em escolaridade, idade, gênero, tempo de inserção ou permanência no MST e diferentes gerações, que passaram pelo processo de acampamento ou que adquiriram seus lotes comprando-os de outros assentados.

Tendo por objetivo contextualizar as escolhas feitas é importante salientar que o município de Rio Bonito do Iguazu é de pequeno porte, com população aproximada de 15454 mil/habitantes (IBGE, 2016). Sua distribuição geográfica é extensa, e, possui na região de assentamentos seis escolas municipais rurais. Para realizar a coleta de dados, optou-se por escolher as duas escolas principais, situadas em regiões distintas dos assentamentos.

A primeira escolhida foi a Escola Municipal Rural Vanderlei das Neves, localizada no assentamento Ireno Alves dos Santos. Comunidade Primeira Conquista, hoje denominada comunidade Sede. A segunda escola, está localizada no Assentamento Marcos Freire, denominada Escola Municipal Rural Herbert de Souza (PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2015).

Estas escolas foram escolhidas para iniciarem o processo de indicação para a coleta de dados. Destaca-se que ambas as escolas foram as primeiras escolas municipais a serem implantadas nos Assentamentos Marcos Freire e Ireno Alves dos Santos, motivo que interessou a escolha para delinear o perfil a ser estudado, a fim de se buscar compreender como ocorre o significado do trabalho na infância para as famílias assentadas.

Para a análise de dados de acordo com Azevedo, Oliveira, Gonzalez, Abdalla (2013), elegeu-se a triangulação de dados enquanto combinação de métodos de estudo de um mesmo fenômeno. Desta forma, infere-se que a divergência ou acordo entre dois métodos permite que aumente a crença de que os resultados sejam válidos servindo não apenas como artefato metodológico. Devido à natureza do estudo, busca-se entender diante o problema da pesquisa: como as relações desenvolvidas na comunidade pelas famílias assentadas, estabelecem o

desenvolvimento da infância e seu significado. Utilizou-se para isso três fontes de evidências definidas pela observação não participante, entrevista semiestruturada e a análise documental.

Os dados primários foram coletados mediante entrevistas semiestruturadas, totalizando sete entrevistas realizadas de forma paritária nos Assentamentos Marcos Freire e Ireno Alves dos Santos. As escolhas foram feitas de acordo com as informações repassadas pelas Escolas Municipais; As entrevistas semiestruturadas se realizaram com os pais e/ou responsáveis pelas crianças que constituíram o público-alvo, contemplando informações confiáveis sobre as categorias de análise e que abrangeram a temática supracitada. Além dos dados coletados nas entrevistas, foram selecionadas também dados encontrados em documentos para consulta, e na literatura especializada, com o objetivo de compreender os processos subjetivos individuais e grupais dessas comunidades.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Esta etapa contempla as práticas discursivas e a temática abordada que busca caracterizar a infância e os processos incluídos em um ambiente social definido como o MST, analisa também as relações estabelecidas neste contexto com o trabalho. Para isso, buscou-se criar quatro categorias de análise, intituladas como: Organização coletiva do trabalho; Pertença; sentido do trabalho e Trabalho enquanto reflexão para o futuro. Estas categorias foram definidas de acordo com Fairclough (2001) diante da análise do discurso dos dados coletados sobre formas particulares de práticas sociais e de suas afinidades com a estrutura social que se tem oportunidade de conhecer a realidade, analisar dados e tirar conclusões.

De acordo com Fairclough (2001) as práticas sociais e discursivas, são sensivelmente apontadas em termos de questões sobre as formas particulares de mudança social ou cultural. A análise de discurso trata de maneira inovadora sobre a prática social e suas relações com a estrutura social. Sendo que as amostras foram selecionadas de acordo com o corpus das entrevistas realizadas, nos quais se encontram os pontos críticos, ou seja, momentos do discurso que permaneça o destaque de algum distúrbio, problemas de comunicação, mediante solicitações ou ofertas de repetições, disfluência na produção de um texto, silêncios, e, mudanças inesperadas de estilo. Esses momentos possibilitam visualizar as práticas que encontram-se naturalizadas, assim como as que se encontram em processo ativo de mudança, ou seja, são formas reais que pessoas encontram na problematização das práticas.

Assim sendo, desenvolver com famílias residentes em áreas de Assentamento, foi possível identificar categorias de análise, presentes nas falas dos entrevistados. A primeira categoria de análise diz respeito a

Organização coletiva do trabalho

Esta faz referência a cada atividade organizada pelo núcleo familiar, esclarece quem é o integrante responsável pela viabilização e execução, bem como, pelas decisões que são tomadas na família (patriarca ou matriarca), explicita a referência de como o trabalho se organizou nas famílias, entrevistadas e apresenta participação das crianças.

A análise dos dados aponta que existem várias formas de organização familiar, partindo da organização coletiva para a realização das atividades e também nas decisões, que exemplificam quando o núcleo familiar é composto por três famílias que cultivam a terra, e a realização da ordenha em conjunto:

“O sogro e a sogra, aí eu e o Gerson, e o meu cunhado. São três famílias que trabalham juntas. O sogro e a sogra, não trabalham mais né. Mas só que é lá no lote deles que nos

produzimos” (ENTREVISTA 010).

Sobre a organização das famílias para a produção, a Entrevista 010, exemplifica:

“É não tem férias, é, as vezes, a minha cunhada vai passear na mãe dela que não mora aqui, ela vai ir nesses dias, assim né, aí uma vai e a outra fica, não podemos sair todos juntos, né. Mas sai um assim, daí vai um num dia, outro no outro dia”.

Pelas palavras acima compreende-se que o trabalho em conjunto é realizado no núcleo familiar, para que este não fique falho, há diálogo e divisão de tarefas entre as famílias, as concunhadas para poder sair, uma faz o trabalho da outra. Quando ambas estão em casa realizam as atividades em conjunto.

Com relação as crianças, o processo é organizativo e evidencia-se pela seguinte fala:

“Olha, que desde morando na casa velha lá, que ela sempre ajudava, ia pendurar roupa ela me alcançava os grampos, para limpar a casa ela varia do jeito dela, e, eu limpava, até hoje, todas essas coisinhas de leve, assim, não, mas ela sempre ajudou, nunca, não tenho queixa dela, Deus o livre”. “É...aí todo mundo se ajuda, se ajuda no serviço” (ENTREVISTA 010).

Na fala da entrevista percebe-se que o trabalho é organizado coletivamente, transferido de geração para geração, isso ocorre também com as crianças, que mesmo não sabendo o porquê estão executam as atividades, participam de forma ativa nas tarefas rotineiras, como lhes foi ensinado. O conceito de atividade e significação é constatado e se relaciona ao discurso Vigotskiano, ao apontar que o trabalho é assimilado por quem o executa, e no decorrer da existência, adapta suas demandas de trabalho a natureza, na qual a produção gera parte de um caráter coletivo e este conseqüentemente necessita da organização das formas sociais como preliminar para seu surgimento. Observa-se que principalmente na espécie humana, ocorre uma dependência íntima entre os organismos, que resulta na formação e surgimento da atividade econômica (VIGOTSKI, 2003).

Na entrevista 010, foi possível observar o significado do trabalho, já reproduzido na infância, com a seguinte fala:

“Recompensa em brincar. Eu ajuda ela, ela gosta de brincar de Barbie... É daí eu brinco com ela de barbie (risos) ela adora barbie, daí a gente faz assim, mas em termos de dinheiro não... A gente joga stop. É bom para desenvolver a cabeça, como que se diz? Porque daí você fala a letra né, aí você fala tipo “A” daí você tem que escrever um nome com A, a cidade e coisa, e daí quando chega na cidade e coisa, vamos falando de três, quatro cidades ela escolhe uma e faz né. Daí isso ela gosta de brincar. A bicha é uma fera”.

“É... daí ela brinca ela faz tudo, até mesmo com os primos, vocês podem brincar, mas depois vocês vão juntar, arrumar né. Ela já fala... Ela fala nós podemos brincar, fazer tudo, mas depois tem que organizar de volta aí tem vez que, quando brincam demais, daí dá dó né eu falei

deixam para amanhã... mas é muito difícil. Porque daí sabe que no outro dia, não precisa arrumar, daí no outro dia pode fazer outra coisa”.

Observando o discurso acima, verifica-se que o brinquedo, a brincadeira e o brincar fazem parte do cotidiano da criança. Mas ocorre nos espaços ociosos entre o trabalho que a mãe realiza na propriedade. Quando o primo vem até a residência para brincar a criança reproduz as regras sociais que aprendeu, sabe que pode utilizar os brinquedos mas depois precisa guardá-los. Fica evidente que a brincadeira e o brinquedo, auxiliam a criança no aprendizado do processo de compreensão do objeto.

No brinquedo, a criança atua com significados desligados dos objetos e ações aos quais estão frequentemente vinculados. Espontaneamente, ela usa sua criatividade para compreender o significado do objeto sem perceber que o está fazendo, atinge uma definição funcional dos conceitos ou de objetos, e as palavras se tornam parte de algo que para ela parece concreto e real (VIGOTSKI, 1991).

Ao se tratar do processo coletivo de organização com as crianças a Entrevista 020, aponta que cada indivíduo desenvolve automaticamente as funções e atividades que necessita:

“Mas não né, porque já foi dado lá né, que nem eles dão de mamar, nós vamos tirar o leite, eles já estão lá, não precisa estar mandando todo dia. Eles sabem as tarefas”.

Pela resposta acima verifica-se que na comunidade as atividades executadas pelas crianças é evidenciado o valor do trabalho, mesmo que, o significado deste não esteja presente, enquanto atividade individual, mas sim, enquanto construção coletiva. Vigotski (2003) enfatiza que a educação humana é totalmente condicionada pelo meio ou condição social, no qual o ser humano cresce e se desenvolve. Ao relacionar o trabalho, a luta pela existência, ele abarca as formas de luta social, e em função disso, dispõe massas inteiras em iguais condições, exigindo que organizem formas semelhantes de comportamento.

Observa-se que a interação no discurso da entrevista 020, quando a família relata que após conquistar a terra e seus lotes, buscaram entre as famílias dos cunhados a produção coletiva, o relato confirma essa análise:

“Bom, nós começamos tirando leite juntos, é, eu e a minha cunhada deu certo. Daí, nos dividimos os serviços que nem, daí começamos assim, uma semana eu tiro o leite de manhã, e uma semana eles tiram e daí um pouco um pode dormir mais, e a tarde nos tiramos todos juntos”.

Pelo exposto, constata-se o trabalho é efetivado na coletividade, e com a presença das crianças, observa-se também a presença da dialética do sentido impregnada no discurso, quando o entrevistado relata que organizando desta forma, eles conseguem um tempo para descanso, o que não é comum ser observado em diálogos de trabalhadores, que visam apenas

à produção capitalista, para eles isso é importante e necessário, pois sem perceber priorizam a qualidade de vida.

A entrevista 030 aponta a forma de organização coletiva do trabalho que:

“Nós, vamos fazendo, as crianças trabalham né, ajudam bastante. Ajudam na ordenha a maioria toda da ordenha, vamos os dois fazendo (esposo e esposa), e a parte lá de fora, mas é eu que vou, ela (olha para a esposa), ajuda se eu precisar ela está lá ajudando, o rapaz ajuda, a menina também ajuda, a pequenininha tem 7 anos (a esposa diz 6), é vai fazer 7, mas já ajuda, tem o serviço dela, uma ou outra coisinha...”

Nesse discurso fica claro que todos os membros da família estão envolvidos com o processo produtivo, mesmo com a ressalva de que a filha menor ajuda em menor escala, fica nítido que ela já possui suas funções de produção. Para a família percebe-se que este é um conceito que precisa ser trabalhado para que desde pequenos os filhos entendam o trabalho, sem levar em consideração a opinião da criança.

Para os estudiosos o desenvolvimento infantil pressupõe que as crianças vivem um período ou fase diferenciada do adulto, como aponta Kramer (2000) o conceito de infância surge com a modernidade, em meio às classes médias que se formavam no interior da burguesia, mas afirma ele que ainda é necessário questionar se a infância de fato existe ou se extingue, visto que, na maioria das populações infantis, não se percebe o direito da criança de desfrutar do ócio, do brincar, de não trabalhar.

Nesse contexto fica visível que ocorre a dialética de sentidos, pois se a infância é de fato uma preparação para a vida adulta e exige considerações que lhe são próprias, o trabalho se contextualiza enquanto obrigação. Visto que, ele deveria ser executado apenas por adultos, considerando a infância, o espaço de desenvolvimento individual.

Souza (2010) propõe que ocorra uma reflexão sobre qual é o momento propício para que surja a necessidade de se entender de que forma a sociedade adulta reconhece a criança como um ser distinto. Nessa conjuntura, é imprescindível que se aprenda a elaborar a infância enquanto objeto sócio histórico, em um tempo geracional, bem como uma perspectiva relacional da dimensão da experiência humana que demandou um longo processo de aprendizagem, e que estará tratando de adultos e crianças.

Porém, no discurso familiar é comum, que este período seja desconsiderado e a criança de fato desenvolva atividades relacionadas a produção do capital. Não se apresenta de forma coerente a infância, como fase diferenciada da do adulto, por mais que a criança possua o acesso ao brincar, e ao estudar, ainda assim, mantém suas obrigações individuais enquanto atividade laborativa. Observa-se então, a importância de suas obrigações em atividades

funcionais e no ambiente familiar, mesmo em pequenas proporções, como se pode perceber no discurso das famílias, uma vez que, independentemente da idade a criança já possui seus afazeres. Este discurso é reforçado pelos entrevistados quando dizem que devido a menor idade o serviço também é menor, porém, existe justificativa para sua execução. Esse discurso se evidencia na fala da entrevista 050 que:

“Eu acho que é importante, tipo, para ela ter uma responsabilidade. Ter o compromisso dela, para ela saber que ela tem que fazer porque não é só eu fazer tudo. A mãe fazer tudo, e os filhos ficarem sentados, “de varde”. Eu acho que não é assim tão, não faz não ajuda em uma coisa, ajuda em outra”.

Observa-se nas palavras acima o discurso da elaboração e das relações de trabalho, no qual Sennett (2009) declara que as formas de trabalho, buscam modelar a existência individual. Mészáros (2006) complementa ao afirmar que o trabalho já não apresenta características apenas do processo de produção, mas que ao invés disso, o ser humano passa a desempenhar o papel de observador e regulador do próprio processo de produção. Diz ainda que, não é o trabalho humano direito que ele próprio realiza, mas sim, a compreensão da natureza e seu domínio sobre ela, em virtude de sua presença como corpo social, surge o desenvolvimento do indivíduo social.

Logo, apresenta-se o trabalho como forma de preparação para o mundo adulto, também como forma representativa no campo social, no qual a criança deve estar incluída e exercer funções que também são sociais. Esse aprendizado será levado para a vida adulta, ainda na fala percebe-se que o tempo ocioso não é bom, pois todos necessitam auxiliar em algo o tempo todo, atribuindo ainda um sentido negativo para os que não trabalham.

Pelas falas apresentadas observa-se que o trabalho é uma função exercida em todos os ambientes pesquisados, e que, especificamente as crianças precisam aprender desde a tenra idade sua importância, e isso se constata, pois em suas falas elas afirmam que executar mais tarefas cotidianamente. Esta importância se relaciona a uma leitura de mundo que a própria família realiza, sendo interpretada como necessária para o desenvolvimento infantil, para o provento na vida adulta e para o próprio sustento. Nota-se que o trabalho se afirma também no sentido coletivo, em que dizem os entrevistados que todos os membros da família precisam estar envolvidos nas atividades do lar, mesmo que, com maior ou menor grau de responsabilidade.

A segunda categoria de análise referenda a respeito do sentimento de

Pertença

A Pertença é uma categoria de análise definida como domínio, ou ainda como

destinação, ligada ao uso de outra como acessório. Assim, busca-se compreender como acontece o processo de trabalho na infância e como os pais ou responsáveis, percebem e compreendem o trabalho que seus filhos executam.

A entrevista 010 pontua que

“...tem coisas que ela começa, tem coisas assim dentro de casa... ou até fora, que ela não tem, que tem vezes, quando ela vê eu fazendo, daí ela vai lá e ajuda né. Ela é bem observadora, ela cuida, depois ela faz né”.

As afirmações demonstram que o aprendizado para executar as atividades corriqueiras ocorre por meio da interação pais e filhos, para isso, a observação exerce papel fundamental. Braverman (1987) diz que o que distingue a força de trabalho humano é o seu caráter inteligível e proposital, isso leva-o a se habituar, e produz condições sociais e culturais para ampliar a sua própria produtividade.

Já, na entrevista 020, quando se questionou sobre como percebem quando que os filhos ajudam, o entrevistado relatou:

“Para nós é bom, porque a não tem né, nós também já nos criamos assim, sempre trabalhando...”

Conforme autores, observa-se a constituição do trabalho pelo contexto social e pela determinação de que é necessário trabalhar. Não existe outra forma de se ajustar ao mundo sem ele. Evidencia-se aqui, que apesar do MST se apresentar como um movimento contra hegemônico assume o discurso do capital, nele o ócio é negativo e o trabalho dignifica. Nesse sentido a ideologia do capital é reproduzida no discurso dos pais, e a infância deve inculcar os valores do trabalho, mas não do trabalho de ação humana, mas do trabalho que amplia o capital. Verifica-se então, que nessa concepção ocorre a reprodução do discurso impregnado pelo capital no qual, não se observa a importância da escolarização para as futuras gerações, a fim de que possam de fato formar-se sujeitos críticos e cidadãos, capazes de exercer sua cidadania, não sendo apenas reprodutores da realidade social que já existe. As lideranças permanecem com pensamentos e comportamentos politizados, que estão aquém do pensamento de emancipação dos preceitos ideológicos apontamentos pelo capitalismo.

Na entrevista 030, se confirma esse discurso:

“... Nós podemos estar morando sozinhos, em uma casa pequena, em uma casa mais simples, mas o filho vai estar aqui junto. Então ele vai dando sequência para o pai”. “... depois que a pessoa ganha o terreno tem que trabalhar, fazer, mostrar porquê ganhou a terra, porquê estava no movimento, não pegar e parar né”.

O trabalho institui-se como elemento mediador da constituição subjetiva, individual e

coletiva. Constatase que o trabalho sempre visa a produção, seja ela financeira, ou experiência produtiva gerada. Nas entrevistas esse conceito ficou visível, o entrevistado exemplifica a função do trabalho, e a preparação para a sua execução, a qual passa de geração em geração concomitantemente como uma forma de sobrevivência. Na infância, são preservados os momentos de atividades particulares, como o brincar e o estudar, em conjunto também existe a formação familiar, social e cultural. Para eles, um bom trabalhador, deve aprender desde a tenra idade ter responsabilidade e compromisso, na execução das atividades propostas, mas, que lhe forneça subsídios para a vida adulta.

A pertença também é observada nos discursos daqueles que conservam a ideia de que os indivíduos do campo devem saber trabalhar a terra, sendo uma desonra para a família não executar as atividades de manejo agrícola e leiteiro. Nessa direção, verifica-se que é importante para os pais que as crianças aprendam as funções para reproduzir aquilo que os próprios pais realizam, não sendo possível um diálogo de não pertencimento ao campo ou de recusa para estas atividades. O interesse não é só social, financeiro, mas também ideológico, uma vez que, não é possível um assentado e sua família não produzir. O discurso que se encontra enraizado é o de que é necessário vender o trabalho, não levando em consideração a mais-valia, mas sim a ideia de que ele pode melhorar a vida e o futuro das pessoas que fazem do campo sua casa.

A terceira categoria de análise reflete sobre

Sentido do trabalho

Essa concepção possui a denotação, de forma particular de visualizar o trabalho e as atividades exercidas. A primeira entrevista analisada remete que o trabalho, enquanto característica favorável para a formação e de continuidade das relações exercidas em ambiente familiar, deve ser propagando para todos os seus membros, isso se evidencia na entrevista 010:

“Não quando a gente pergunta o que você quer fazer, ela diz tirar leite. Ela gosta de ir para a escola, eu não sei se é só agora ou depois, mas, agora o que pede para ela, ela fala que gosta de ficar. Pelo menos agora, eu não sei quando ela tiver uns 15 anos (risos)”.

Enriquez (1990) pontua que as organizações se materializam enquanto grupos, e para isso é necessário uma estrutura de desejo. Nota-se que existe nesse contexto, um polo instaurador, idealizado, percebido como outra essência pelo membro que deve manter as estruturas já postuladas para possuir o sentimento de pertença, pela existência e pelo direito ao sentido do grupo. No discurso apresentado a entrevistada, afirma que a criança é capaz de executar atividades como a da prática leiteira no presente, porém, que no futuro (aos 15 anos)

ela não sabe se este pertencimento continuará.

Dejours (1992) exprime que a relação do homem com o trabalho, terá dependência do conteúdo significativo em relação ao sujeito e ao objeto. Assim, percebe-se que no ato do trabalho, vários serão os elementos que irão compor a formação da autoimagem, pois o conteúdo do trabalho será visualizado enquanto dificuldade prática da tarefa. Segundo autores pesquisados o conteúdo significativo do trabalho em relação ao objeto, pode suportar investimentos simbólicos e materiais destinados a outro (o objeto). Sua significação em relação ao objeto coloca em questão a vida presente, passada e presente do sujeito, sua vida íntima e sua história pessoal, diz ainda que cada trabalhador, conserva uma dialética com o objeto específico e único. Essa concepção se afirma no relato abaixo:

“Ele já falou logo, eu dou meu nome, vou atrás das coisas, mas, eu leite não. Ele já falou no começo, ele não é muito de vaca” (ENTREVISTA, 010).

Evidencia-se nessa fase a constituição individual de apoio à família para a execução da atividade leiteira, contudo percebe-se também que há uma contradição em particular quanto ao processo mecânico e de trabalho manual da ordenha das vacas, quando a entrevistada diz “ele não é muito de vaca”, constata-se que não existe para esse sujeito um significado que o vincula a esta prática, ele participa como auxílio burocrático, porém não efetiva a prática do trabalho. Na família existe um posicionamento de gênero, no qual o homem trabalha com o plantio e colheita, e a mulher e filha com a ordenha leiteira, dando conta de todas as atividades vinculadas a esta prática. Nesse discurso, observa-se em relação aos apontamentos de Fairclough (2001), quando diz um discurso heterógeno e ambivalente é essencial para uma interpretação particular.

Em todos os discursos apresentados a execução do trabalho braçal é considerada trabalho, mas o fato da criança ir para a escola não se caracteriza na visão familiar como trabalho. Ocorre desta forma a reprodução da ideologia do Estado, na qual, o filho das classes menos abastadas precisa de uma orientação e estudo que seja profissionalizante, enquanto o filho das classes mais abastadas é instigado a desenvolver aprendizagem nas áreas de artes, literatura e música. O próprio Estado quando realiza a reforma agrária divide os lotes por famílias e essas famílias, incluindo todos os seus integrantes, devem fazer esse lote produzir, para isso, a criança também é inserida no contextos do trabalho e a escola passa a ser prioridade secundária.

Ao investigar o relato 020, observou-se que ao se questionar sobre as condições para a manutenção no campo, e nas atividades laborativas, foi apontado que:

“É, vai depender dela depois também querer estudar, e o que que ela vai querer

ser... ”.

Pelo dito, fica claro que a responsabilidade de cada um é individual. Já Enriquez (1990) diz o sujeito depende do contexto no que se insere, sendo necessário aceitar que outro ambiente, de relações sociais, de posições identificatórias, dotado de conflitos pode consentir mudar de conduta. Visto que, o comportamento individual depende das relações que se estabelecem com outros sujeitos, incluindo indivíduos, grupos e organizações.

Cabe aqui ressaltar que no decorrer de outras relações, o indivíduo possa realizar em seu imaginário outro papel, porém isso não impede, que os outros tentem manter seus comportamentos e suas modalidades de influência, a fim de não serem obrigados a se questionarem, conservando deste modo as mesmas posições: reais ou imaginárias daqueles que eles modelam. Nessa perspectiva toda análise individual deve ser acompanhada de uma análise social (ENRIQUEZ, 1990).

Essa análise remete que o social condiciona os indivíduos para o trabalho laborativo e produtivo, como então essa criança futuros jovens vão desejar e buscar algo que seja diferente ao que o seu grupo estabelece? Esse indivíduo precisa se sentir inserido, assim tenderá a reproduzir as condições as quais foi submetido. Logo, será possível questionar como uma criança poderá definir o que é melhor para si, a família implicitamente pressupõe o fato de que a criança decida se é ou não importante para ela estar na escola, formar-se, ter outros pensamentos que se diferenciam do grupo familiar e comunitário.

Por outro lado, o processo de crescimento e desenvolvimento, no próprio ambiente social da escola, deve proporcionar outras interações e outras formas de vivência, que podem sim, levar a criança a optar por diferenciadas formas de trabalho, levando-a a praticar no futuro diferentes atividades de labor. E essas podem ser mais significativas que a atividade executada no ambiente familiar como reprodução de saberes que foram adquiridos pela convivência e intermediação, como pressupõe a teoria Vigotskiana.

A interferência sofrida pelos sujeitos no contexto social e cultural a que pertencem pode ser observado nas seguintes falas, localizadas na Entrevista 020:

“A eu não sei se eles gostam muito não (risos) ai ai ... cada vez ela pensa em ser uma coisa, quando crescer”. “Um pouco ela quer ser médica, um pouco ela quer ser advogada, um pouco quer ser cientista... o que mais”.

Percebe-se assim, que por mais que o meio possa manter uma relação de contradição, ainda há possibilidade de sonhar, a criança tem o direito de imaginar outras possibilidades para seu futuro e que vão além daquelas exercidas no âmbito familiar. É notável que a criança desenvolve funções no ambiente familiar, porém, pensa na possibilidade de como ser médica,

advogada ou cientista.

O sentido do trabalho exposto exhibe que as crianças das famílias entrevistadas são levadas a exercer com responsabilidade e zelo as atividades executadas no ambiente familiar, para que quando adultas consigam se organizar e reproduzir o ciclo do trabalho, é o que se observa na Entrevista 040:

“Para mais tarde ela saber, se tornar uma mulher uma moça que saiba quando casar, saiba as tarefas que tem que fazer, os compromissos que tem que fazer, para ela e para o marido, e também para ensinar os filhos”. “É importante para me ajudar, meu Deus do Céu, a quantia que ajuda que eu fico feliz de entrar para dentro de casa e ter as coisas feitas, de entrar cansado e ter que começar tudo... saber que ela já fez...”

Na entrevista 060 fica explícita a forma de organização da família, e o controle financeiro que é exercido:

“Quando eu recebo o bolsa família que também é uma das rendas, eu deixo para comprar as coisas para as crianças e para trocar alguma mobília da casa, pagar uma prestação, levo bem controladinho. Daí a parte do leite das vacas e plantação, do dinheiro que entra é meu marido, ele cuida, nós vamos no mercado comprar as coisas mais graúdas. Meu marido administra a venda para uns conhecidos e para outro, mas sempre preocupado em comprar as sementes e veneno à vista, não queremos dever”. “A minha menina está mocinha, eu percebo que ela é uma menina sossegada, mais quieta, não é muito conversadeira, mas sabe das dificuldades da gente em se manter aqui, sempre conversamos e nos falamos com meu marido que na cidade está pior”

Com relação a divisão das atividades na entrevista 070, fundamenta-se:

“Aqui em casa todo mundo trabalha, cada um tem suas tarefas é dividido o serviço”.

As palavras expressas, destacam também a questão de gênero, percebe-se nas entrevistas que a mulher e as filhas devem se ater ao serviço de casa, e da cultura leiteira, enquanto o homem atua como o provedor do lar, devendo administrar o dinheiro adquirido pela família, seja ele, oriundo da cultura leiteira, da plantação, da venda do que é produzido e até mesmo dos benefícios sociais recebidos. Verifica-se que as maiores responsabilidades de acordo com este viés, remetem-se ao papel masculino, e ao feminino as questões de menor importância.

De acordo com Ratner (1995), a consciência humana descende da experiência particular, circunscrita, contudo é sempre uma elaboração, generalização ou idealização da experiência. Portanto, a consciência baseia-se na experiência. Assim, as famílias em sua constituição, buscam inserir os filhos, no contexto participativo das atividades laborais desenvolvidas. Esse pensamento se confirma quando entrevistado diz que cada qual possui

sua função, e que, dificilmente outros membros da família a executarão.

Ao refletir sobre a categoria de análise sentido/prazer, constata-se que as famílias possuem entendimento geral do seu trabalho, mas pouco atribuem esse desenvolvimento de forma individual, dão mais importância ao coletivo, uma vez que, os sujeitos podem até possuir experiências referente ao aprendizado a escola, a brincadeira, porém o que vale encontram-se destinados a reprodução das ideologias que também suas famílias reproduzem.

Nesse sentido, mulheres e crianças intrinsecamente são tidas como inferiores aos homens, devendo realizar atividades que são tipicamente classificadas como: limpeza de casa, cuidado com filhos, administração do lar. Enquanto os homens devem aprender a atividade laboral fora de casa, como: plantio e cultivo da lavoura, financiamento e administração, a parte financeira e burocrática. Esse paradigma é reproduzido e observado nas interações com as crianças, sendo que, meninos e meninas exercem diferentes funções no ambiente familiar.

Pelos relatos verifica-se que as crianças possuem o direito a pensar diferente dos pais, isso se evidencia quando dizem almejar outras coisas para o futuro. Porém a análise mais apurada das entrevistas aponta que esse direito é repudiado quando a genitora demonstra, desacredita (ri) que sua filha possa ter um futuro diferente, do que o meio social e familiar está lhe provendo. Percebe-se que o que é aprendido no seio da família deve ser reproduzido, sem perspectivas individuais ou de escolha. As funções de cada membro são destinadas na grande maioria das vezes, pelo patriarca da família, sem questionar a esposa e filhos, se o que lhes é proposto são suas vontades, ambições e desejos, se isso lhes é prazeroso e faz sentido em suas vidas. Em suma, a função de cada um é, simplesmente, imposta por aquele que detém poder familiar.

A última categoria de análise é definida por

Trabalho enquanto reflexão para o futuro

Esta etapa faz menção a participação das crianças que vivenciam a infância no campo e nas atividades do lar, como pressuposto para uma vida futura com dignidade e qualidade.

A primeira expressão consta na entrevista 010:

“Olha, em um futuro melhor, porque do jeito que está né, Deus o livre, é bom que melhore né, porque piorar acho que ninguém merece. Tanto na agricultura quanto na cidade, não é muito...”, a respeito do trabalho pontua “E agora como que vai explicar... é um negócio bom e que o trabalho já diz tudo né. Sem o trabalho é o que hoje em dia?! Mas é tem que trabalhar para se sustentar, para ter alguma coisa, porque senão trabalhar vai ter o que... eu acho assim...”.

Pelas palavras expressas evidencia-se que o grupo compreende que melhorar a qualidade de vida implica passar pela reprodução das condições atuais, ou seja, é necessário

aprender a fazer o que fazem na atualidade para que no futuro seja melhor. As funções exercidas pelos pais, se reproduzem desconsiderando a premissa de que por meio da observação pode-se aprender, sem necessariamente executar a mesma atividade. Nesse contexto o conhecimento acadêmico formal é menosprezado, o que se evidencia é a reprodução no campo dos aprendizados e práticas exercidos pelos pais. O trabalho é tido como forma de melhorar a qualidade de vida. Para isso, as crianças precisam executá-lo com destreza e conhecimento de causa. Como nos aponta a Entrevista 020:

“É eu acho que é bom porque eles vão aprendendo, e vão pegando o jeito de grande eles já tem obrigação. Saber que tem que fazer o serviço e o que precisa”. “Mas, eu acho que para ela é bom, porque a hora que ela sair de casa ela já sabe fazer um pouco né”.

Conforme explicita Vigotski (2010) em que primeiramente a criança apresenta em seu desenvolvimento uma forma primária, posteriormente o meio, em suas formas ideais, desempenha no desenvolvimento da personalidade e das características específicas ao homem. A função de desenvolvimento, deve ocorrer na interação com a forma ideal ou superior caso contrário a criança não se desenvolve.

Nesse caso, a criança está perdendo a oportunidade de desenvolver-se integralmente, tornar-se mais criativa, realizar suas próprias escolhas, e repensar a própria organização do trabalho. Ela aprende a reproduzir não desenvolve suas habilidades para modificar o campo de trabalho, apoiando-se nas inovações tecnológicas, ou a novas formas de execução. As famílias acabam por reproduzir exatamente o conceito de aprendizagem que é estabelecido pelo Estado, não é necessário pensamento crítico, apenas reprodução do que é já intitulado como normativo.

Assim, a criança por intermédio das relações estabelecidas, deve aprender desde a infância, que possui obrigações, e que, estas subsidiarão seu desenvolvimento posterior. Para tanto, basta a criança precisa reconhecer quais são as suas funções, e saber executá-las, pois, isto garantirá o seu futuro. Esta forma de pensar o mundo acaba gerando um desaceleramento das funções primárias, e cobrando da criança o amadurecimento precoce de responsabilidades. Nesse processo ela é forçada a seguir por caminhos apontados e executar as atividades propostas é de sua obrigação porque sempre foi assim. É a explicação repassada pelas gerações mais velhas. Essa ideia é confirmada na entrevista 050:

“Eles irem aprendendo a questão de que não é tudo sim, nem tudo não, que não é tudo fácil, tem coisas que dá, e tem coisas que não dá, então, eles já têm que crescer sabendo, que tipo assim nem tudo que a gente quer, a gente pode. Então tem que saber entender o que é sim é sim, o que que é não, é não. O que dá e o que não dá. Para eles saberem se organizar também na vida, senão se

cria tudo fácil, chega uma hora né, que não é assim as coisas, daí quando pega, a realidade é diferente, difícil daí né tem que se atualizar, na realidade da vida, porque nem sempre é possível, nem sempre vai ter o pai e a mãe sempre para estar ali, eles vão ter que mais para frente, no futuro, ser independente, vão ter que saber se administrar”.

Da mesma forma, a entrevista 070 destaca

“Ninguém pode ficar esperando que as coisas caiam do céu, tudo precisa de luta e de muito trabalho, compromisso, precisamos enfrentar os problemas buscando alternativas para viver melhor”.

Nas falas acima remete a construção do capital. O qual estabelece que é muito trabalho para atingir os objetivos de sobrevivência. Nessa visão observa-se que não existe um pensamento crítico e efetivo de repensar e rever o sistema econômico existente, ocorre apenas a manutenção neste sistema econômico, pois é dela que depende a sobrevivência. Apesar de serem membros do MST, não possuem a percepção de mundo diferente dos outros grupos, o pensamento dialético encontra-se distante de sua práxis.

O entendimento em questão, resume-se a ser criança e ter infância, ou a adaptar-se ao que o meio produz, e cobra enquanto produção individual, ou seja, adaptar-se a um modelo já existente de denominação e propagação do mundo do trabalho de forma alienada, visto apenas como uma obrigação, ou garantia de sobrevivência. Porém percebe-se que esse discurso ainda é muito pouco refletido nas práticas pessoais e coletivas. Eles não sabem quais são os verdadeiros objetivos do trabalho, o que esse pode favorecer (condição financeira), e o que é mantido como hábitos estabelecidos pelo sistema econômico vigente e reforçados pela ideologia do Estado.

Observou-se no decorrer das entrevistas que a Escola exerce papel importante para a formação, consideram importante que as crianças participem e que, possam alcançar um nível de desenvolvimento avançado. Em alguns casos, a escola é tida como primeira opção familiar, seguida do trabalho. Pressupõe-se assim que, educação e trabalho precisam estar caminhando juntos na formação individual de cada criança, e no seu processo de infância, pois os pais, salientam que é necessário aproveitar as oportunidades que são oferecidas pela vida. Que há algum tempo (na infância) o acesso à informação era diferente, assim como, a forma de criação dos filhos. Porém, apesar deste discurso as práticas remetem a uma reprodução de forma mecânica, referenciada na vivência dos pais.

Conforme Vigotski (2003) o desenvolvimento da infância se perpetua como algo construído no decorrer do tempo, sendo que a ação sistemática do ambiente irá constituir seu comportamento. Sendo então seu desenvolvimento composto de modo desigual, por meio da

acumulação de pequenas mudanças, mas também em saltos qualitativos. Já Souza (2010) enfatiza que a criança transita no espaço social enquanto construção da concepção de infância ainda recente. E que, essa fase é uma preparação para a vida adulta, impregnada de variados saberes e ações a diferenciação de fase acontece enquanto processo civilizatório.

Pelas entrevistas observa-se que essa cultura é transmitida de pais para filhos e encontra-se situada em uma ideologia capitalista de produção, pois, há contrapartida entre a permanência e o futuro na escola, assim como, na família, e a execução das atividades realizadas, pauta-se também no quesito financeiro.

Cabe ressaltar também que além da organização do quesito financeiro, ocorre distintas formas de organização do trabalho, estas se efetivam pela estrutura hierárquica na distribuição das tarefas, na diferença de gênero quanto ao desenvolvimento das atividades, na divisão do pensar e do executar, na falha em compreender a execução das tarefas. Os elementos apresentados encontram-se disponíveis nas falas dos entrevistados. Para os filhos que auxiliam os pais no trabalho realizado pela família, sempre surge o discurso de que a aprendizagem é importante para o futuro

Porém, neste diálogo implicitamente observa-se por meio da análise que por mais que o discurso seja de encaminhar os filhos para a escola, a fim de favorecer seu desenvolvimento, os responsáveis dão pouca importância a esse processo, visto que, o filho pode escolher ou não participar das atividades educativas. Logo, parece existir um contrassenso na fala, em que, não ocorre a obrigatoriedade, sendo que, para ser agricultor o conhecimento deve ser adquirido de geração para geração, e para isso não é necessário ter escolaridade.

Como cita a entrevista 030

“Tem o mais educação ali em cima (referindo-se ao programa que acontece na escola em período contra-turno)... então tem... daí eu falei...se tu quer ir fazer, vai lá e faz né, daí ele falou não, enjoou né. Então faz o mais educação com o pai, o pai vai te ensinar a fazer alguma coisa, tu acha que lá não está te atraindo, quer ficar em casa, fica. Então, ele não foi esse ano, mas tá certo, ele ajuda em casa, acho que o mais educação para os agricultor é em casa”.

O discurso é socialmente constitutivo e a prática social possui diversas orientações, sejam elas políticas, econômicas, culturais e ideológicas. Assim o discurso pode estar indiciado por qualquer uma dessas orientações (FAIRCLOUGH, 2001).

Na entrevista 050:

“Ah, o estudo, é o, ela vem estudando, vem se formalizando bem...e a gente ajuda ela no que pode, e exige um pouquinho dela, um pouquinho do estudo, do aprender, o estudo não é só

tirar nota, é o aprender, é o saber ser, porque não adianta você dizer que na escola tirou nota, se não evolui nela”.

Nessa fala está dissociado do processo de desenvolvimento, compreende-se que o que desenvolve é o trabalho. Neste caso, diante da análise do discurso foi possível perceber a criação de palavras, definida por Fairclough (2001) como um novo item lexical. Assim, observa-se que a palavra *formalizando* foi utilizada para descrever a formação que deve ser continuada em ambiente escolar, assim como, no ambiente familiar, no qual a criança deve constituir de sentido suas práticas.

O Estado acaba por desenvolver um papel ideológico, de acordo com Poulantzas (1980) em suas práticas acaba por manifestar interesses por determinados grupos, ou por determinados interesses particulares. O Estado, dotado de poder, se reporta particularmente às forças produtivas, as quais se reduzem às relações de produção. No decorrer das entrevistas esta fala é muito utilizada, todos os pais pensam o bem-estar e desenvolvimento de seus filhos, mas, este processo se associa diretamente ao trabalho, e, de forma inconsciente, a venda de sua força motriz. Todos devem aprender no lar a trabalhar, e é o trabalho que dignificará suas vidas, e garantirá seu sustento. Porém, em momento algum se fez menção a novas formas de trabalho, mencionam apenas o processo de produção, no qual consequentemente a escola tem o papel fundamental de formadora. Isso não se remete de forma crítica, mas somente para a reprodução das características encontradas nos dias atuais, as quais se configuram no trabalho para alcançar fundos monetários, e não para a mudança social e exercício da cidadania.

Da mesma forma, Dejours (1992) suscita que a relação do homem com o conteúdo do trabalho, ou seja, seu significado dependerá do conteúdo significativo em relação ao sujeito, e o conteúdo significativo em relação ao objeto. Quando questionado, os pais, a respeito do desenvolvimento de atividades pelas crianças, eles afirmaram que aprenderam assim, e que também elas devem aprender a exercer as funções do lar, e da produção. Nota-se que em momento algum, os pais questionam as crianças sobre seu posicionamento acerca destas práticas, na grande maioria o discurso hegemônico observa-se é que elas precisam aprender a fazer. Não obtendo um significado que lhes seja individual e subjetivo sobre estas práticas.

Percebe-se que isso, ocorre pela divisão das tarefas, exposto nas entrevistas, pelo papel desempenhado pelo genitor, o qual deve prover a família e orientar a prática de cada um de seus membros. Lobato (2004) já ponderava que quando não ocorre a significação do trabalho, existe a impossibilidade de construir uma identidade social, gerando a perda do seu sentido, que se caracteriza pela crescente divisão e fragmentação das tarefas.

Este mesmo discurso ainda reforça a práxis do capital, pois, nas entrevistas observou-se, de acordo com Mészáros (2004) que a ideologia se caracteriza por uma forma de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. No entanto, evidencia-se que apesar do MST, ser um movimento social, que busca equidade de direitos e vida digna para seus membros, o discurso enfatizou que para que na infância ocorra desenvolvimento satisfatório é necessário que desde a mais tenra idade se aprenda trabalhar. Logo o trabalho precisa ser visto como uma atividade laborativa que vise a produção do capital. A criança necessita aprender a ordenhar, tratar os animais ou cultivar a terra a fim de prover seu sustento, não é possível pensar em desenvolvimento, dissociado da prática produtiva e de continuação no mercado financeiro.

Corroborando com esta ideia o pensamento de Carmo (1992) em que o trabalho é definido como atividade realizada pelo homem civilizado que transforma a natureza por meio de sua ação. Para muitos o trabalho é supervalorizado, servindo como acumulação de capital. Nesse sentido, apenas o trabalho que produz pode ser considerado efetivo. Desconsidera-se assim, toda a construção efetivada por Vigotski ao pontuar sobre o desenvolvimento por meio da mediação de outro, e pelo próprio processo de ensino-aprendizagem, no qual se desenvolvem as habilidades da ZDP e os processos individuais de cada sujeito. Assim, o que importa é a reprodução do trabalho, e seu resultado formal. As outras construções laborativas como o brincar, o imaginar, o desenvolver não são levadas em consideração.

Se o adulto realiza por meio de sua mediação o contato com a criança, e cria possibilidades de intervenção que irá gerar um processo de desenvolvimento, caracterizado do conhecimento real que ela possui, para o conhecimento potencial, aquele que ela irá desenvolver por intermédio de um elemento mediador, ou seja, a zona de desenvolvimento potencial. Nessa mediação o brinquedo exercerá papel semelhante ao do instrumento.

Conforme define Vigotski (1991), uma criança não se comporta exclusivamente de modo simbólico no brinquedo, ela realiza suas pulsões, proporcionando que as categorias básicas da realidade passem por meio de sua experiência. É pensando, que a criança age, no pensamento suas ações internas e externas são inseparáveis, sua imaginação, interpretação e vontade são tidos como processos internos conduzidos pela ação externa. Logo, o isolamento do significado dos objetos se justapõe, do mesmo modo, às próprias ações da criança, invertendo o processo de razão-ação-significado para razão-significado-ação.

Esse discurso pode ser evidenciado na fala da entrevista 040:

“... tem dia que ela quer brincar daí com a sobrinha dela, daí eu falo primeiro faz o serviço, bem feitinho primeiro, depois, daí vai e pode brincar. Daí ela vai e brinca e vem. Ela

pergunta, o que tem para fazer agora?. ... tem o horário para fazer a atividade da casa, o da escola, o de brincar”.

Ou ainda, na entrevista 060:

“ O piá é arteiro, sabido, não para, quando quer ovo frito vai buscar no galinheiro, brinca o dia inteiro, corre atrás dos bichos, pede para ir pesca no açude. Vejo tudo isso, eu vejo que eles estão num lugar abençoado”.

O brincar no campo é também um brincar livre. Esse brinquedo e a brincadeira ocorrem de forma independente da vontade dos pais, por mais que, às vezes, essa brincadeira condicione o comportamento. Em grande parte das entrevistas, o brincar faz parte do processo de desenvolvimento das crianças e da infância no campo. O brincar, não é somente para a produção, ou como atividade exigida, é visto principalmente como execução de atividades mediadas por um instrumento ou linguagem no qual é a criança que escolhe a brincadeira a fim de satisfazer o seu desejo.

Por mais disciplinar que os pais queiram ser com as crianças, evidencia-se que elas continuam livres no campo para exercer sua criatividade e imaginação. É por intermédio desse brincar que ocorre o processo de Zona de Desenvolvimento Proximal, sem motivação dos adultos, ela acontece por interesse das próprias crianças.

Diante de todas as observações e análises realizadas foi possível evidenciar que as famílias ainda possuem um vínculo de afinidade com as atividades laborativas (trabalho). Infelizmente, a infância ainda não é vista como conceito de desenvolvimento integral das crianças, mas como forma de preparação para o mundo adulto. O que requer uma crítica, sabe-se que mesmo com a implementação de novas leis e regras, ainda se pensa a criança como capaz de executar todas as atividades do mundo adulto, muito pouco se reflete sobre suas ambições e desejos, pois a ela ainda é designado atividades como rotinas, as quais deveriam ser exercidas pelos adultos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo foi pautado na busca por compreender a interação entre as relações de poder, o trabalho, e a infância que se desenvolvem em comunidades de assentados pertencentes ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, da cidade de Rio Bonito do Iguaçu.

O MST surgiu naturalmente como um movimento de luta pela terra, e carrega em seu interior a busca de dignidade e do direito e acesso à terra e a dignidade de seus membros trabalhadores. Mesmo que, possua em seu interior e na sua organização formas distintas de lidar com a realidade, essas são compreendidas como ações que interferem de forma micro e macrorregional.

Pelas pesquisas, estudos e entrevistas, foi possível entender que a socialização e a mediação estão presentes na formação individual e coletiva das crianças, porém, visa a sobrevivência e a preparação para o mundo adulto e muito pouco considera as esferas particulares dos sujeitos. Visto que, as atividades laborativas são ainda obrigações impostas pelos adultos a serem executadas pelas crianças, não buscam viabilizar uma construção de significados individuais. A formação coletiva para o trabalho visa apenas justificar uma vida e um futuro melhor.

Diante do observado, percebe-se que é no seio familiar que os conceitos do trabalho formal propagam o desenvolvimento do capital. Para as famílias é importante o processo de mediação e preparação das crianças para o mundo adulto, e conseqüentemente, para o mundo do trabalho formal, no qual trabalhar visa remuneração e que considerada o capital. A criança deve aprender desde a tenra idade a responsabilidade, o cultivo e plantio, assim como, a atividade leiteira, ambas relacionadas a aquisição financeira. A escola, algumas vezes, é vista como importante, porém não faz parte do processo produtivo e de controle do Estado, é desconsiderado o fato de as crianças possuir um pensamento crítico, pautado na mudança social. O importante é que elas sejam meras expectadoras e reprodutoras da realidade em que se inserem.

Nas famílias, os genitores possuem a responsabilidade do provimento da família. Logo, o sentido mais efetivo observado no trabalho requer compreender que cada membro possui atividades que lhe são específicas, e designadas, e que as ações individuais no ambiente laborativo da família, geram o todo e a renda. Para eles, o importante é participar do processo e aprender sem questionar, para que no futuro possam reproduzir o sistema da mesma forma. Por mais que seja oferecido o ensino, este não é valorizado, é visto como um

compromisso ou responsabilidade que denota um papel social, mas que efetivamente será apenas um conhecimento não aplicado na prática.

A criança não é vista como um sujeito que se encontra em processo de desenvolvimento integral. É, portanto, nas famílias que ocorrem a reprodução de conceitos de ideologia do Estado. A atividade laborativa deve gerar renda, para que esta família possa sobreviver no sistema econômico que se insere. Uma crítica surge em contraponto a esse processo, visto que o MST possui em suas raízes a luta pela dignidade de uma vida justa, porém, é perceptível com um discurso contra a hegemonia já estabelecida.

Observou-se que é mediante o envolvimento social que os sujeitos desenvolvem as áreas econômica, social, cultural. Processo, pelo qual o MST e a comunidade auxiliam na resolutividade de problemas que também são sociais. É diante do movimento, e de seus membros que os sujeitos, individuais e coletivos, são construídos e constroem sua realidade. A sociedade é constituída por organizações que são complexas e contraditórias, havendo a possibilidade de ressignificação ou não dos fatos sociais.

Pelos estudos desenvolvidos, no decorrer da pesquisa compreende-se a infância deveria se constituir, enquanto espaço de brincadeira e formação, considerando a totalidade vivenciada e a subjetividade individual. Porém, o que se observou nos assentamentos foi a reprodução de modelos já exemplificados por meio das falas dos familiares. Haja vista que não se considera a criança em uma fase de desenvolvimento diferenciada da do adulto.

Em contrapartida, as crianças se utilizam do brinquedo e do brincar, para reestruturar a forma de pensar o mundo concreto que estão inseridas. Por meio do brincar elas experimentam situações que irão vivenciar posteriormente, por meio do faz de conta, a criança se estrutura e compreende os significados do seu mundo e do seu contexto sócio histórico. Consequentemente, ao brincar a criança apresenta representações sociais e assimila funções de trabalho, o que provavelmente executará num futuro bem próximo.

Percebe-se que a formação individual, e para o mundo do trabalho ocorre com evidência nas famílias residentes no campo e pertencentes ao Movimento dos Trabalhadores Rurais. Suas práticas de formação individual leva-os a constituir uma prática para o trabalho. A infância postulada não se encontra apenas desenvolvida para a integralidade do sujeito, mas sim, como uma forma de sobrevivência. A infância não é pensada enquanto fase de vida diferenciada, mas sim ainda como fase necessária para a preparação para o mundo adulto e consequentemente para o mundo do trabalho, pois, é importante que a criança desde cedo efetive as atividades em preparação para a vida adulta.

Considerando o trabalho realizado, entende-se que serão necessárias novas pesquisas com relação a temática abordada, pois o conceito de infância precisa ser remodelado, a fim de que não seja visto apenas como reprodução do mundo adulto mas como fase importante para o desenvolvimento humano. Compreende-se que o próprio MST e os povos do campo devem repensar sua prática e reprodução do modelo atual vigente, pois o discurso encontra-se deslocado da prática. Ao concluir o trabalho afirma-se que este se torna então, um ponto de partida para novos estudos sobre a temática exposta, assim como, haja possibilidade de gerar interesse quanto a importância do movimento dialético, entre práxis e discurso, principalmente revelando a consciência coletiva no que refere a infância, trabalho (seus significados) e as lutas sociais do MST.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. F; SÁNCHEZ, F. R. Um grão menos amargo das ironias da história: o MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo. **Revista Eletrônica da PUC-SP**, n. 5, pág. 77-91, 1998. Disponível em: <http://revoistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18892/14043>. Acesso em: 05 de Jul. 2015.

ANTUNES, R. (Org.) **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**: Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. Editorial: Boitempo, 1997.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Editorial: Boitempo, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARENHART, D. Infância e Trabalho: Refletindo essa relação a partir dos indicativos das crianças e do MST. **Revista Linhas**, v. 07, n.2, 2006.

AZEVEDO, C. E. F; OLIVEIRA, L. G. L; GONZALEZ, R. K; ABDALLA, M. M (Org). A estratégia de Triangulação: Objetivos, Possibilidades, Limitações e Proximidades com o Pragmatismo. In: IV Encontro de Ensino e Pesquisa na Administração e Contabilidade **ENEPQ**, Brasília; DF, 2013. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2013/2013_EnEPQ5.pdf. Acesso em 05 de Ago de 2015.

BANDEIRA-DE-MELLO, R; GODOI, C. K; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2010.

BARBOSA, M. C. S. **Por Amor & Por Força**: Rotinas na Educação Infantil. Campinas, São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas a Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2000

BARROS, M. R. S. **Criança é Sujeito**: A representação da infância Sem Terra pelo MST. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista**: A degradação do trabalho no século XX. Guanabara: Rio de Janeiro, 1987.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: set. 2015.

BORGES, L de O; FILHO, A. A. A mensuração da motivação e do significado do trabalho. **Revista Estudos de Psicologia**, v. 6, n.2. p. 177-194, 2001.

CARMO, P. S. do. **A ideologia do trabalho**. São Paulo: Moderna, 1992.

CANOPI, L. **Análise situada da prática docente no ensino de administração:** revelando a mediação da emoção no curso da UTFPR- Campus Curitiba. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal do Paraná. 2013.

CEZIMBRA, E. do N. **Desenvolvimento Socioambiental do Assentamento Oito de Junho.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade) Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2013.

CORADELI, R. T. **As associações de municípios como estratégias para o desenvolvimento:** Considerações sobre a Cantuquiriguaçu/PR. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá, 2011.

CORREIA, O. L; GIOVANETTI, M. A. G. C; GOUVÊA, M. C. S. Movimentos sociais e experiência geracional: a vivência da infância no Movimento dos Trabalhadores sem Terra. **Educação em Revista.** Belo Horizonte, n. 46, 2007.

DANIELS, H. (org). **Vygotsky em foco:** Pressupostos e desdobramentos. Campinas, SP: Papirus, 1994.

DEJOURS. C. **A loucura do trabalho:** estudo de psicopatologia do trabalho. 5.e. São Paulo: Cortez, Oboré, 1992.

DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”:** crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas, SP: Autores Associados, 3.ed., 2004.

ENRIQUEZ, E. **A organização em análise.** Petrópolis: RJ, Vozes, 1997.

_____. **Da horda ao Estado:** psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

_____. **Vida Psíquica e Organização.** Revista Organizações & Sociedade. V. 3, n. 4, 1995.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Brasília: editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. Análise Crítica do Discurso como Método em Pesquisa Social Científica. Tradução Ivan Ferreira de Mello. Linha D`agua, n. 25 (2), p. 307 – 329, 2012. In. **Methods of critical discourse analysis**, organizada por Wodak e Meyer, 2 ed. Londres: Sage, 2005. p. 121-138.

FARIA, J. H. de. **Comissões de fábrica:** poder e trabalho nas unidades produtivas. Curitiba: Criar, 1987.

_____. **Economia Política do Poder:** fundamentos. Volume 1. Curitiba: Juruá, 2004. (a)

_____. **Economia Política do Poder:** as práticas do controle nas organizações. Volume 3. Curitiba: Juruá, 2004. (c)

_____. **Gestão Participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações.** São Paulo: Atlas, 2009.

FONTANA, R. **Psicologia e trabalho pedagógico.** São Paulo: Atual, 1997.

FREITAS, M. T. A. **Vygotsky e Bakhtin.** Psicologia e educação: Um intertexto. São Paulo: Ática, 1995.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GODOI, C. K; BANDEIRA-DE-MELLO, R; SILVA, A. B. (Org). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos.** 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

HAMMEL, A. C. **Ciclos de formação humana no Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak.** Dissertação (Mestrado em Educação) Cascavel, PR: UNIOESTE, 2013.

JANATA, N. E. **Juventude que ousa lutar!:** Trabalho, educação e militância de jovens do MST. Tese (Doutorado em Educação), Florianópolis, SC, 2012.

KAUARK, F. **Metodologia da pesquisa: guia prático.** Itabuna : Via Litterarum, 2010.

KRAMER, S. Infância, cultura e educação. In: PAIVA A.; EVANGELISTA, A.; PAULINO, G. & VERSIANI, C. (orgs.) **No fim do século: a diversidade – o jogo do livro infantil e juvenil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000,

LIMA, M. A. D. S; ALMEIDA, M.C.P; LIMA, C. C. A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na pesquisa de enfermagem. **Revista gaúcha de enfermagem.** Porto Alegre. Vol. 20, p 13-142, 1999.

LOBATO, C. R. P. S. O significado do trabalho para o adulto jovem no mundo do provisório. **Revista de Psicologia da UNC** v. 1, n. 2, p. 44-53, 2004.

MATOS, R. D. de. **Representação Paritária no Processo Decisório como elemento mediador na atividade significada.** Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal do Paraná. 2013.

MAGALHAES, I. Introdução: a análise de discurso crítica. **DELTA**, São Paulo , v. 21, n. spe, 2005 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 Nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502005000300002>.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. I, 17 ed. 1999.

_____. **O capital: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 16 ed. 1998.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9 ed. Revista aprimorada – São Paulo: Hucitec, 2006.

MOLON, S. I. **Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MORAES, E. M. **A infância pelo olhar das crianças do MST: Ser criança, culturas infantis e educação**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, 2010.

MORAES, V. de. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu – Estado do Paraná**: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado. Revista Nera, Ano 18, n. 27, Janeiro/Junho de 2015. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewArticle/2746>. Pesquisado em 03 de Ago de 2015.

MORIN, E. M. Os sentidos do trabalho. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, vol. 41, n.3, p. 8-19, Julho/Setembro, 2001. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1551/155118161001.pdf>. Acesso em: 23 de Maio de 2014.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma; reformar o pensamento**. Bertrand Brasil. 2003.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. Educação da Infância Sem Terra: Orientações para o trabalho de base. Caderno de Educação Nº 01, 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. Princípios da educação no MST. Reforma Agrária: semeando educação e cidadania. Caderno de Educação Nº 08, 1996.

NOGUEIRA-MARTINS, M. C. F; BÓGUS, C. M. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Saúde e Sociedade**, 133, p. 44-57, 2004.

NUNES, B. F. **Sociedade e Infância no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

NUNES, A. I. B. L; SILVEIRA, R.N. Psicologia da Aprendizagem: processos, teorias e contextos. 3. Ed. Brasília: Liber Livro, 2011.

OLIVEIRA, M. K. de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

OLIVEIRA, M. K; REGO, T. C; SOUZA, D. T. R. (Org). Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo, Moderna, 2002.

PAESE, C. R. **A história da Educação em Movimentos Sociais do Campo no Oeste**

Paranaense: O Caso de Rio Bonito do Iguaçu (de 1980 à 2007). (Monografia), UNIOESTE, 2008.

PAESE, C. R; ORSO, P. J. Por uma educação para além da cidadania: O caso de Rio Bonito do Iguaçu (de 1980 a 2007). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.45, p. 330-339. Mar. 2012. Disponível em: <
http://www.unioeste.br/projetos/histedopr/monografias/Monografia_Claudia.pdf> Pesquisado em 05 de Ago. 2015.

PME – RBI. Plano Municipal de Educação de Rio Bonito do Iguaçu. 2015

POCHMANN, M. **O emprego na globalização:** A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RATNER, C. **A psicologia sócio-histórica de Vygotsky:** aplicações contemporâneas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação.** Edições Loyola: São Paulo, 3ª ed, 2002.

RAMOS, M. M. A significação da Infância em documentos do MST. **Revista Tamoios**, São Gonçalo (RJ), n. 2, ano 09, 2013.

RICCI, R. **Terra de Ninguém:** representação sindical rural no Brasil. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1999.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C (et. Al). Rede de Significações: e o estudo do desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estud. av.**, São Paulo , v. 2, n. 2, Aug. 1988. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Abr. 2015.

SILVA, E. L. da. **Metodologia da Pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. Ver. – Florianópolis: UFSC, 2005.

SANTOS, E. C.; BISPO, D. de A.; DOURADO, D. P. A Utilização da Teoria Social do Discurso de Fairclough nos Estudos Organizacionais. **RIGS revista interdisciplinar de gestão social.** v.4 n.1 jan. / mar. 2015.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter:** as consequências pessoais do trabalho ao novo capitalismo. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVERMAN, D. **Interpretação de Dados qualitativos:** métodos para análise de entrevistas,

textos e interações. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOUZA, G. de (org). **Educar na Infância**: perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **A criança em perspectiva**. O olhar do mundo sobre o tempo da infância. São Paulo: Cortez, 2007.

THIOLLENT, M. J. M. Aspectos Qualitativos da metodologia de pesquisa com objetivos de descrição, avaliação e reconstrução. **Cad. Pesq.** (49): 45-50, maio 1984. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1426>>. Acesso em: 07 de Junho de 2015.

_____. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 4ª ed. São Paulo: Polis, 1985.

_____. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

TOLFO, S. da R., (et. Al). Sentidos e Significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 19, n.1, p. 38-46, 2007.

VEER, R. V. D; JAAN, V. **Vygotsky**: Uma síntese. Editora Loyola, 2009.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 2.ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

VIGOTSKI, L. S. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. Manuscrito de 1929. **Educ. Soc.** [online]. vol.21, n.71, p. 21-44, 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000200002&lng=en&nrm=iso. Pesquisado em 06 de Fev. 2015.

_____. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Educ. Pesqui.** [online]. 2011, vol.37, n.4, p. 863-869 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022011000400012&lng=en&nrm=iso>. Pesquisado em 05 de Fev. 2015.

_____. Quarta aula: à questão do meio na pedologia. Tradução Márcia Pileggi Vinha. **Psicologia USP**: São Paulo, 21 (4), 681-701, 2010.

_____. Sobre a questão da dinâmica do caráter infantil. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 12. n.23, p. 279-291, 2006.

_____. **Psicologia Pedagógica**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Psicologia Pedagógica*. Tradução Claudia Schilling. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WOOD, D. **Como as crianças pensam e aprendem**: os contextos sociais do desenvolvimento cognitivo. Tradução: Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Editora Loyola, 2003.

ZANELLA, A. V. Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia histórico-cultural. **Revista Psicologia em estudo**, v. 9, n. 1, p. 127-135, 2004.

ANEXO 01

APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
CENTRO OESTE – UNICENTRO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O desenvolvimento da infância nos assentamentos do MST de Rio Bonito do Iguaçu

Pesquisador: Daiane Cristine Dorigoni

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 43182914.9.0000.0106

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.015.238

Data da Relatoria: 07/04/2015

Apresentação do Projeto:

Trata-se da apreciação do projeto de pesquisa intitulado O desenvolvimento da infância nos assentamentos do MST de Rio Bonito do Iguaçu, de interesse e responsabilidade do(a) proponente Daiane Cristine Dorigoni, orientada pela professora Dr^a. Raquel Dorigan de Matos, e co-orientada pela professora Dr^a Cristina Ide Fujinaga, junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário (PPGIDC) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Campus de Irati, Paraná.

O presente trabalho visa relatar e analisar as relações concebidas por famílias residentes nos assentamentos do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) em uma cidade do centro-oeste paranaense, indagando sobre as questões que compreendem o desenvolvimento da infância, as relações de poder e trabalho. A realização do projeto de pesquisa inicia-se com o levantamento de obras teóricas e de revisão bibliográfica, a metodologia a ser utilizada é a de abordagem qualitativa, com ênfase nos processos, significados e representações dos atos e expressões humanas. A técnica de análise dos dados será a de análise do discurso de Fairclough, que tem o objetivo de debater teórica e metodologicamente a linguagem como prática social. A definição de infância pressupõe visualizar a criança como um ser humano, que vive uma fase diferenciada de

Endereço: Rua Simeão Camargo Varella de Sá, 03 - Campus CEDETEG - (ao lado do Departamento de Nutrição)

Bairro: Vila Carli

CEP: 85.040-080

UF: PR

Município: GUARAPUAVA

Telefone: (42)3629-8177

Fax: (42)3629-8100

E-mail: comep_unicentro@yahoo.com.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
CENTRO OESTE - UNICENTRO



Continuação do Parecer: 1.015.238

desenvolvimento, sendo necessário situar o acontecimento, informação ou conhecimento em relação à inseparabilidade com seu meio ambiente- cultural, social, econômico e político.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL

- Investigar como se estabelece a estrutura organizacional das famílias assentadas, com seu histórico de luta social no desenvolvimento da infância, compreendendo as relações de poder e trabalho.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Pesquisar dados históricos sobre o movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) brasileiros e da região centro-oeste paranaense;
- Verificar como se constitui a organização do trabalho nas propriedades rurais;
- Compreender a percepção das famílias assentadas nas relações de produção;
- Identificar a percepção das famílias no que se refere à infância;
- Analisar a atividades desenvolvida pela crianças, identificando o significado desta atividade;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O procedimento utilizado de conversas e entrevistas poderão gerar algum desconforto como vergonha ou constrangimento, mas, caso isso ocorra, se for da vontade do participante, a pesquisadora poderá seguir com a entrevista, ou interrompe-la a fim de que não ocorram prejuízos para o participante.

Benefícios:

Busca informações de como ocorrem as relações familiares dentro da realidade a que pertencem, possibilitando formas de compreender o contexto pesquisado, abrangendo seus sentidos e significados, de forma que, esta população possa valer-se de tais informações para experimentar e ressignificar suas vivências.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A coleta de dados será com dez famílias residentes nos assentamentos da cidade de Rio Bonito do Iguaçu de forma aleatória, explicando o objetivo da pesquisa, e convidando-as a participar e será

Endereço: Rua Simeão Camargo Varella de Sá, 03 - Campus CEDETEG - (ao lado do Departamento de Nutrição)

Bairro: Vila Carli

CEP: 85.040-080

UF: PR

Município: GUARAPUAVA

Telefone: (42)3629-8177

Fax: (42)3629-8100

E-mail: comep_unicentro@yahoo.com.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
CENTRO OESTE - UNICENTRO



Continuação do Parecer: 1.015.238

realizada por meio da utilização de dados primários e secundários. Os dados primários serão coletados nas residências de famílias participantes da pesquisa, por meio de entrevista semi-estruturada recorrente, na qual, o pesquisador poderá retornar até a residência, após a transcrição das conversas para confirmar os dados encontrados; e, por meio da observação não participante, durante as conversas realizadas. Os dados secundários serão encontrados em plataformas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e no próprio site do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), são dados já construídos que serão utilizados para a análise. Período 01/05/2015 à 30/06/2015.

Orçamento de R\$ 1.000,00 - Financiamento Próprio.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- (1) Folha de rosto: Assinada pela pesquisadora responsável e assinada e carimbada pela coordenadora do programa de pós-graduação em desenvolvimento comunitário.
- (2) Carta de anuência: Não se aplica
- (3) TCLE: Adequado
- (4) Cronograma: Adequado
- (5) Orçamento: Adequado
- (6) Projeto completo: Anexado adequadamente
- (7) Instrumento para coleta dos dados: Anexado separadamente adequadamente

Recomendações:

Ressalta-se que segundo a Resolução 466/2012:

XI – DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL - f) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

PARECER APROVADO: a presente pesquisa está em conformidade com a Resolução 466/2012.

Endereço: Rua Simeão Camargo Varella de Sá, 03 - Campus CEDETEG - (ao lado do Departamento de Nutrição)
Bairro: Vila Carli **CEP:** 85.040-080
UF: PR **Município:** GUARAPUAVA
Telefone: (42)3629-8177 **Fax:** (42)3629-8100 **E-mail:** comep_unicentro@yahoo.com.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
CENTRO OESTE - UNICENTRO



Continuação do Parecer: 1.015.238

A vigência da pesquisa é de: 23/03/2015 à 30/11/2015.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

PROJETO APROVADO

Em atendimento à Resolução CNS/MS- 466/2012, deverá ser encaminhado ao CEP o relatório parcial assim que tenha transcorrido um ano da pesquisa e relatório final em até trinta dias após o término da pesquisa.

Qualquer alteração no projeto deverá ser encaminhada para análise deste comitê.

GUARAPUAVA, 08 de Abril de 2015

Assinado por:

Tatiane Baratieri

(Coordenador)

Endereço: Rua Simeão Camargo Varella de Sá, 03 - Campus CEDETEG - (ao lado do Departamento de Nutrição)

Bairro: Vila Carli

CEP: 85.040-080

UF: PR

Município: GUARAPUAVA

Telefone: (42)3629-8177

Fax: (42)3629-8100

E-mail: comep_unicentro@yahoo.com.br

APÊNDICE 01

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. Você e sua família se identificam enquanto membros do MST?
2. Como o MST interfere na organização da rotina da sua família? .
3. Como ocorre a comercialização dos produtos produzidos pela família?
4. De que forma a família se organiza com relação à tomada de decisões e com a renda familiar? Quem é o responsável?
5. Como você percebe o desenvolvimento da educação dos seus filhos?
6. Quem é o responsável pelas atividades desenvolvidas na sua casa?
7. Qual é o papel das crianças na família? E quais são as atividades que desenvolvem?
8. Ocorre no ambiente familiar algum acompanhamento diferenciado para as crianças? E na escola?
9. Existe algo que você gostaria de perguntar ou acrescentar?

APÊNDICE 02

ENTREVISTAS REALIZADAS

ENTREVISTA 010

Eu gostaria que você contasse para mim, como que é a sua família, como que é a sua menina, o que ela pensa, como que vocês são morando aqui.

Sei lá...(risos) Lugar bom de morar, eu nunca gostei de cidade, meu marido também não, daí ele no começo queria fazer faculdade de engenheiro mecânico, antes de nós casarmos, né, aí até antes de nós comprarmos o lote ele sugeriu para mim né, ou nós compramos o lote, ou eu faço faculdade. Daí eu falei que era com ele, porque eu falei que era a vida dele né porque nós estávamos namorando não sabíamos se iríamos ficar juntos ou não, daí, o sogro fez a proposta aqui, daí compraram o lote antes de nós casarmos, nós somos casados a 9 anos, e daí ele, desistiu da faculdade, ele sempre falava que não gostava da cidade, eu lembro, hoje ainda indo para cidade para ajeitar alguns negócios, quando vai para a cidade, volta com dor de cabeça não se sente bem. E a menina também a neném. Daí nos casamos, nós morávamos na casa velha, no começo morava com a sogra, daí depois logo engravidei dela, daí, arrumamos uma casinha e viemos morar aqui, aqui (referencia a casa nova) nós estamos morando a um ano.

A na casa nova, aqui a um ano...

Ah nós morava lá, (mostra com o dedo a casa antiga) era bem complicado assim, porque a casa já estava no lote, no lote né, nós só reformamos um pouquinho. Quando vinha vento e coisa até a neném ficava com medo porque ela tremia né... tremia tudo. Aí fizemos essa aqui pra melhorar...

Tá certo... como que a tua menina conta, o que que você percebe dela com relação a morar aqui...

A mais ela gosta de tirar leite, ela ajuda aqui. O meu cunhado, tira leite, eu e o meu marido geralmente tratamos as vacas. Daí ela me ajuda a dar ração, sal, essas coisas, ela, deixa de brincar para me ajudar, também para não me deixar sozinha.

Então na verdade, ela, participa dessa atividade...

É...ela gosta.

Mas não é só isso que ela faz?

Não, ela brinca, daí estuda.

Faz um pouquinho de cada coisa...

É, um pouquinho. Ela é bem.... Ela gosta eu acho... (risos) porque ela não, ela não, depois que eu perdi o neném ela ficou mais comigo... antes ela ficava e tudo, mas, aí agora depois de acontecer, daí ela fica mais ainda comigo. Sei lá, se é porque eu falei para ela que eu tinha medo de ficar sozinha, e daí ela, sei lá, (risos) essas coisas não são fácil não.

Bom, então não lembre. Volte o olhar para a tua menina né... ela tá com 8 anos, faz quanto tempo que ela te ajuda? Como que é?

Olha, que desde morando na casa velha lá, que ela sempre ajudava, ia pendurar roupa ela me alcançava os grampos, para limpar a casa ela varia do jeito dela, e, eu limpava, até hoje, todas essas coisinhas de leve, assim, não, mas ela sempre ajudou, nunca, não tenho queixa dela, Deus o livre.

E o que que você e ela, vocês pensam para o futuro dela?

Olha, em um futuro melhor, porque do jeito que está né, Deus o livre, é bom que melhore né, porque piorar acho que ninguém merece. Tanto na agricultura quanto na cidade, não é muito...

De toda forma na verdade... E assim, é, você que organiza para ela, ou ela que sempre tomou a iniciativa, que nem você estava me falando...

Não, tem coisas que ela começa, tem coisas assim dentro de casa, assim, ou até fora, que ela não tem, que tem vezes, quando ela vê eu fazendo, daí ela vai lá e ajuda né. Ela é bem observadora, ela cuida, depois ela faz né.

E, se você precisa direcionar, alguma coisa para ela alguma atividade você informa ou não?

Que nem hoje de manhã, dobrar roupa, em numa cadeira nossa, ela em uma cadeira dela, e ela não gosta muito de dobrar roupa, daí eu falei para ela, cada uma de nós vamos ajudar a outra né. Daí eu fui fazendo almoço e ela foi dobrando, daí ela se empolga, e quando vê ela dobrou tudo (risos).

Ah, então meio que você direciona e quando ela começa a fazer, você...

Ela vem a vontade, daí ela faz.

Daí você deixa por conta?

Quando ela está né, daí se eu ver que ela não gostou muito, daí eu vou lá e faço.

Faz?

É, eu ajudo ela.

E fora quando você direciona assim ela, ela toma alguma iniciativa? Em algum momento, e o que que ela fala assim de participar disso que vocês..

Sei lá se ela vê, que a gente faz as coisas, daí ela vai e faz, ou, não sei, não.

Para ela, é comum, atividade corriqueira?

Assim como que se diz. Está bom. Eu acho que gosta, né, porque se ela não gostasse de fazer as coisas, não ia fazer.

E, ela fala o que disso?

Nunca reclamou.

Mas, não fala mais nada? Como que é esse nunca reclamar que você está me dizendo?

Sei lá, eu acho de fazer as coisas, dela ajudar, mas nunca reclama assim das coisas, tipo o outro tem mais, o outro tem isso, o outro tem aquilo. Porque eu não tenho...Né. Ela nunca falou isso, e num dia que ela quer alguma coisa, a gente explica para ela, que não é computador, aqueles notebooks, daí eu falei para ela, isso custa muito dinheiro... aí não tem, você tem que ir com calma né, daí ela entende né. Que tem dinheiro, mas o dinheiro é para outras coisas, né, se precisar mesmo, a gente vai dar um jeito né, Mas agora, é outras coisas que é primeiro né... ela entende assim...

E você, vocês tem alguma troca com ela, por essa atividades que ela desenvolve?

Tipo assim... Recompensa em brincar. Eu ajuda ela, ela gosta de brincar de Barbie... ela adora brincar de Barbie (risos).

Aí você brinca com ela?

É daí eu brinco com ela de barbie (risos) ela adora barbie, daí ao gente faz assim, mas em termos de dinheiro não. Isso ela tem o cofrinho dela, daí as moedas que tem nos já damos para ela né, daí ela vai guardando que nem ela guarda o ano inteiro aí no final do ano ela dá para mim, para ir pro papai noel trazer alguma coisa...

Ah, tá, esse é o combinado, mas não que ela tenha que desenvolver uma atividade...

Não, assim não de... Tem gente que as vezes você tem que fazer tudo para ganhar né, ela não. Eu já troco em brincadeira...

Em afeto, em carinho...

A gente joga stop. É bom para desenvolver a cabeça, como que se diz? Porque daí você fala a letra né, aí você fala tipo A daí você tem que escrever um nome com A, a cidade e coisa, e daí quando chega na cidade e coisa, vamos falando de três, quatro cidades ela escolhe uma e faz né. Daí isso ela também gosta de brincar. A bicha é uma fera.

Então, na verdade vocês brincam bastante?

É... na hora de tirar o leite lá, na hora que dá o intervalo e daí larga seis vacas né. E, ela já fala tem tempo, daí eu já sei que ela quer brincar (ri).

Mas, como que é? Porque de seis em seis vacas?

Porque a gente tira leite em sistema de rodízio, daí larga seis vaca, entra seis vacas.

Ah, entendi é seis por vez.

É... intervalo né, daí a gente fica sem fazer nada. E daí nesse intervalo ela já, cata duas canetas, dois papel.

Ah, e daí enquanto as vacas não chegam, vocês ficam jogando?

Ela já fica ali junto para... Tem tempo? Daí a gente já sabe, o que ela quer...

Que é fazer alguma atividade? Interessante, não é toda família que a gente escuta que mãe e filha interagem dessa forma...

Mas, ela com o pai dela, esses dias, depois do neném daí ficou um tempo né... meio jururu aí né, ela falou faz tempo que o pai não brinca mais de lutinha. Lutinha é que eles se deitam na cama e daí, ele põe as pernas por cima dela né, e daí ela tenta sair né. Daí ela não consegue de tanto dar risada, daí uma vez, ela começou a dar tanta risada, que chegou a ficar sem força e caiu até as calças né. Ela se tirar né, ela fala até na escola, que as professoras me perguntaram o que que é essa lutinha que eles brincam que ela fala? Aí eu expliquei para a professora que ela fazia lutinha com o pai, esses dias, eles inventaram de novo, ela pede o pai tá cansado, o pai pode hoje? Daí ele já sabe que ela quer brincar...

Mas, então mesmo que vocês estejam cansados, ou que vocês estejam fazendo uma atividade, algum trabalho, vocês estão sempre...

A gente sempre tenta... porque ela sofreu muito também né. Daí a gente tenta, o máximo

que pode...(se emociona). Porque quando estava grávida daí a sogra falava vocês vão sofrer, porque ela era, ela já nasceu não era miudinha, ela era pequeninha né, ela sofreu também, porque ela queria tanto um irmãozinho, irmãzinha (chora). Daí ela sofreu também.... Daí nos tentamos sei lá, compensar. Porque daí no começo, ela ficava quieta e tudo daí nós ficamos com medo né que ela ia entrar em depressão, porque a gente sabe que criança também tem. Daí eu fui até a escola e pedi daí a professora e a diretora falou não, nos primeiros dias sim né, mas depois ela foi né daí os aluninhos também ajudam e por isso que nós estamos em casa sempre brincando.

Sempre integrando ela...

Nos conversamos bastante, antes nós estávamos até falando dela, que ela as vezes ela responde né, daí eu falei para ela, que eu dou castigo para ela, ela gosta de dormir na vó dela, daí eu falei para ela, se você não mudar a boca de me responder, você não pode mais dormir na vó. E daí para ela acho que dói daí, porque daí lá na vó está a madrinha dela, e a madrinha acho que faz tudo para ela. E daí eu falei para ela hoje de manhã, que se a mãe fala uma coisa errada, você vem e fala para mãe, eu não gostei disso. A mesma coisa que eu falo para você, não responde assim, isso dói na gente, né. Ai ela ficou pensando, ai ela falou então está bom eu vou melhorar, daí a mãe também melhora, então, é assim que a gente faz, porque se tu só ficar xingando não leva a lugar nenhum, ou bater porque tem mãe que só sabe bater. Eu acho que eu surrei ela uma vez, doeu mais do que... Meu Deus do céu. Doeu mais em mim do que nela, então, não sou dessas.

Mas, então... a rotina de vocês porque daí mexe com a cultura de leite, todos os dias é essa mesma rotina.

Geralmente é...

E tem alguma atividade que foge a esta rotina? Do leite? Da cultura do leite?

Assim de, tipo passear... como?

É...assim outra atividade, outro trabalho que não seja o leite.

O Gerson (nome fictício) o pai da Amanda (nome fictício) ele planta terra, mas nós é só ali né.

Vocês duas, ficam só nessa...

Só nessa...

E o que que vocês pensam a respeito do trabalho? Como que vocês enxergam o trabalho?

E agora como que vai explicar... é um negócio bom é que o trabalho já diz tudo né. Sem o trabalho é o que hoje em dia?! Mas é tem que trabalhar para se sustentar, para ter alguma coisa, porque senão trabalhar vai ter o que... eu acho assim...

Então o trabalho ele acaba sendo a base da vida?

É...É não tem férias, é, as vezes a minha cunhada vai passear na mãe dela que não mora aqui, ela vai ir nesses dias, assim né, aí uma via e a outra fica, não podemos sair todos juntos, né. Mas sai uma assim, daí vai em um dia, outro no outro dia.

Então vocês trabalham em um núcleo familiar?

É... O sogro e a sogra, aí eu e o Gerson, e o meu cunhado. São três famílias que trabalham juntas. O sogro e a sogra, não trabalham mais né. Mas só que é lá no lote deles que nós produzimos...

Ah, entendi. Mas vocês que fazem todo o processo juntos, aí quando alguém precisa fazer alguma coisa, ou ir ...

É... aí todo mundo se ajuda, se ajuda no serviço.

E ai como que a tua menina entende isso, essa troca de dia, o que ela fala?

Desde que ela nasceu foi isso, daí ela já entende que nos trabalhamos juntos e, nos nunca pedimos nada nestes termos assim.

Nunca falou também sobre isso?

Porque ela sabe que é todo mundo junto né. Daí nós temos quatro lotes, do sogro do meu cunhado, o primeiro que é do sogro, o nosso e daí o do meu outro cunhado. Daí só que o meu cunhado mais novo ele casou com a vizinha daí ele mora ali.

Ele saiu do núcleo, mas está aqui perto...

Ele está ali perto, daí ela sabe que é de todo mundo junto, até o primo dela, o filho do meu cunhado, que é irmão do Gerson, ele também sabe que é todo mundo junto né.

E como que vocês chegaram a essa organização de todo mundo trabalhar junto?

Ah não sei, isso já era antes de nos casarmos, que eles trabalhavam juntos. E, ficou... Eram três irmãos, daí depois o meu cunhado que casou antes, daí ela não ajudava a tirar leite, depois nós casamos também logo no começo não ajudava, daí depois que começamos a ajudar daí, ficou...

Gostaram, se entenderam...

Eu sempre gostei de tirar leite, eu ajudava em casa já.

E você acha assim que vocês trabalhando todos juntos, tem um resultado melhor?

Eu acho porque pelas coisas que nós temos, que compramos, que adquirimos depois né, que eu acho melhor né.

Porque não sei se eu entendi direito, mas vocês compraram os lotes? Vocês não passaram pelo processo de acampamento?

É... só o sogro o lote aqui o primeiro, esse ele ganhou o lote, aí foi comprado do meu cunhado que é aqui do lado, depois o nosso, depois o do meu outro cunhado.

Ah, entendi, então ele passou, teu sogro passou pelo acampamento. E vieram morar aqui, daí os filhos começaram a trabalhar...

É trabalhar no lote lá... daí compraram um primeiro lote, daí não sei quantos anos depois foi o nosso, e daí o do meu outro cunhado. Faz uns 7 anos acho 8.

Mas então essa organização descende dele e vocês foram todos se organizando e se agrupando. E você percebe que, se é isso que eu entendi. Você percebe que vocês estando juntos vocês conseguem produzir mais, e adquirir mais.

Eu acho, é que daí trabalha, o leite cai tudo na conta do meu marido e o meu cunhado está “seprocado” daí por causa de um cara que faleceu daí ele não consegue

financiamento nada. Daí ele tá com o nome sujo que eles falam, ai o meu marido como não está, daí, ele ganha financiamento, e as coisas tudo no nome dele. E daí cai tudo no nome dele, daí as dívidas tudo as coisas, é dividido. É só que é falado, foi aqui, foi ali né, e o que sobra daí né...

Mas daí essa organização de vocês é, vocês fazem uma reunião coletiva?

Ele e o irmão, ai eles sentam daí tem esse boleto, tem isso para pagar, tem esse. Vai faltar dinheiro (risadas) daí é assim.... É os dois, porque daí nos igual fica sabendo, mas daí os dois que sentam ali conversam. É daí o sogro também fica junto né. Os dois são aposentados o sogro e a sogra, se faltar tira dali, tira daqui, vende uma vaca né, tem mês que é negativo, tem mês que é bom. Aí, quando é bom fica no banco, é assim.

Então na verdade vocês também não tem uma organização, planejamento no sentido de saber...

Tem e não tem né, porque tem mês que foge totalmente do controle daí tem mês que tem sobra. Que nem eu falei tem sobra, daí tem mês que fica, tipo né... sei lá o que acontece que foge. Sei lá, aí plantamos o trigo deu negativo, daí tem que sair do dinheiro do leite né...

Ah, vocês tem mais que uma cultura? Trabalham com o leite e com o plantio

É o meu marido não gosta muito de vaca, ele planta. Ele já falou logo, eu dou meu nome, vou atrás das coisas, mas, eu leite não. Ele já falou no começo, ele não é muito de vaca.

Entendi... e a tua menina pensa nessa organização da mesma forma? Da mesma forma que vocês se organizam ou ela diz...

Tudo que ela fala é nós, pode ser que as vezes ela falou, mas assim, ela sempre fala nós. Nós falamos de todo mundo né, se é o certo, vai do costume né, vai falando ela...

Vai entendendo que é coletivo? E você falou que ela não quer sair daqui?

Não quando a gente pergunta o que você quer fazer, ela diz tirar leite. Ela gosta de ir para a escola, eu não sei se é só agora ou depois, mas, agora o que pede para ela, ela fala que gosta de ficar. Pelo menos agora, eu não sei quando ela tiver uns 15 anos (risos). Tem que esperar, porque está no começo a recém 8 anos, daí é fase de brincar, de... mas se puxar os pais ela não sai.

E quando ela brinca, por exemplo, você disse algumas atividades que ela faz, mas essa brincadeira dela é, pega o material o que ela vai brincar, depois ela organiza?

Organiza... Eu acho que desde pequena quando eu ensinei ela jogar, a jogar no lixo, desde que, começou a descascar a bala, eu já falava, eu tinha lixeiro de papel, e lixo de cozinha que a gente fala, daí eu falava para ela, oh, isso aqui vai aqui oh, ou ainda na caixa do fogão a lenha, põe na caixa de lenha, assim, daí agora ela acho que pegou o jeito assim o, como que é o hábito.

Aprendeu...

É...daí ela brinca ela faz tudo, até mesmo com os primos, vocês podem brincar, mas depois vocês vão juntar, arrumar né. Ela já fala... Ela fala nós podemos brincar, fazer tudo, mas depois tem que organizar de volta aí tem vez que, quando brincam demais, daí dá dó né daí eu falei deixam que amanhã... mas é muito difícil. Porque daí sabe que no outro dia, não precisa arrumar, daí no outro dia pode fazer outra coisa...

Bom, eu queria perguntar para você, se você gostaria de me perguntar alguma coisa, ou se você gostaria de acrescentar alguma coisa sobre isso que a gente conversou.

Mas... não.

Bom, então eu vou agradecer por você ter conversado.

ENTREVISTA 020

Bom, então vou pedir para senhora me contar como que vocês se organizam aqui na casa, e, como que vocês...

Ah, de manhã cedo vai para a escola. Ai de meio-dia ela me ajuda a lavar a louça, faz o serviço aqui na casa, de tarde brincam (risos). Daí de tarde na hora de tirar o leite, ela dá de mamar para os terneiros.

E faz quanto tempo já que ela faz essas atividades...

E faz tempo, deve fazer uns 3 anos já. Quando eles conseguiram começar a dar de mamar já começaram...

A senhora tem dois filhos?

Dois.

E, sempre foi assim a organização, como que...

Ah, desde que nós começamos foi assim né, tem que ir dando as tarefas para eles...

E o que que vocês pensam assim a respeito do trabalho.

Ah tem que trabalhar né... que nem ele trabalha estuda, tem que aprender já desde pequeno senão não aprende depois de grande.

E, é tranquilo assim, ou tem que estar direcionando...você vai fazer isso, vai fazer aquilo, como que é essa organização de vocês...

Mas não né, porque já foi dado lá né, que nem eles dão de mamar, nós vamos tirar o leite, eles já estão lá, não precisa estar mandando todo dia. Eles sabem as tarefas.

E por que que é importante eles estarem fazendo essas tarefas?

É eu acho que é bom porque eles vão aprendendo, e vão pegando o jeito de grande eles já tem obrigação. Saber que tem que fazer o serviço e o que precisa.

E fora assim essa questão que ela ajuda assim digamos na casa e no trabalho de fora também, né, da pecuária leiteira, é o que mais que ela tem que fazer, o que mais que ela tem de obrigação, como que é...

Depois do meio-dia tem as tarefas da escola, tem o almoço as tarefas da escola, ai pode brincar um pouco, depois de fazer o serviço, daí vem assistir (risos).

Então o tempo inteiro está desenvolvendo alguma função...

É. Eles não param, criança (risos)

E como que é para vocês assim, verem eles ajudando vocês...

Para nós é bom, porque a não tem né, nós também já nos criamos assim, sempre trabalhando.

E vocês chegaram a passar pelo acampamento... ou vocês compraram?

Não nos ficamos acampados...

Tá, e como que se organizava... o acampamento ele influencia na organização do trabalho de vocês? Que hoje vocês estão assentados a quantos anos já?

19 anos já (risos).

Como que é essa organização?

Só que nós nunca nos envolvemos em querer trabalhar lá quando estávamos acampados assim, trabalhar junto. Aqui sim, aqui nós trabalhamos todos junto, nós o irmão dele (aponta para o marido). E esse nós trabalhamos junto...

E a organização coletiva de vocês trabalharem juntos aqui, vem da organização...

Não, não vem porque nós não se envolvia, assim muito nesses trabalho do acampamento.

Mas, daí desde que vocês ganharam a terra vocês trabalham juntos?

Já foi pego os lotes meio junto, daí sempre foi trabalhado junto.

Agora vou fazer uma pergunta indiscreta... como que vocês se organizam entre vocês.

Bom, nos começamos tirando leite juntos, é, eu e a minha cunhada deu certo. Daí, nos dividimos os serviços que nem, daí começamos assim, uma semana eu tiro o leite de manhã, e uma semana eles tiram e daí um pouco um pode dormir mais, e a tarde nos tiramos todos juntos.

E como que você acha que essa organização de vocês de casa ela influencia por exemplo na criação da família.

Mas, eu acho que para ela é bom, porque a hora que ela sair de casa ela já sabe fazer um pouco né.

Então na verdade você está preparando ela para o mundo adulto...

É, porque ela tá aprendendo né. A hora que ela sair de casa ela já sabe.

E, é isso que ela já sabe que vai dar condição para ela se manter?

É, vai depender dela depois também querer estudar, e o que que ela vai querer ser... (risos)

E assim, o que que a senhora vê dela, o que que ela gostaria de ser...o que que ela pensa a respeito do tirar o leite do ajudar a mãe, tirar não o leite, mas, de dar o leite para o bezerro, bezerrinho, o que que a senhora pensa que ela acha?

A eu não sei se eles gostam muito não (risos) ai ai ... cada vez ela pensa em ser uma coisa, quando crescer.

Como assim?

Um pouco ela quer ser médica, um pouco ela quer ser advogada, um pouco quer ser cientista... o que mais.

Nossa, então ela vai ter que estudar muito...

É... tem que estudar bastante senão não consegue fazer o que ela quer (ri).

Mas, a base continua sendo a família, Mas digamos assim que ela queira ter uma profissão também descende da família querer incentivar que tenha a sua atividade.

Tem que incentivando eles, senão não tem como.

Agora deixa eu perguntar para senhora, se a senhora tem alguma coisa que queira me perguntar, queira saber...

Risos

Ou alguma coisa que a senhora queira me contar, ou alguma coisa que esteja relacionado a como que vocês se organizam a como que vocês pensam para o futuro dos filhos, né, porque hoje eles estão aqui com vocês...

É hoje eles estão aqui conosco, nós queremos que eles estudem né, porque na roça não vive mais. Estudar para ser alguma coisa, né, que nem eu falei, ele não queria estudar porque não queria, daí eu falei tem que fazer alguma coisa que goste, ele gosta de trabalhar na lavoura, então os estudos para agronomia que vai continuar na lavoura né. Vai continuar na lavoura. E ela é a mesma coisa, eu falei tão aí aprendendo a fazer o que a gente faz, e estudar para ser alguma coisa, alguém na vida.

Bom, então eu vou agradecer a senhora por ter contado como que vocês se organizam.

ENTREVISTA 030

Então vou me pedir para o senhor me contar um pouco como que é esta relação com a casa, com a família, com o movimento como que vocês se organizam aqui enquanto casa.

(pensa um pouco) Mas... Nós, tentamos fazer um pouco, e, no mais, a gente tenta educar os filhos que eles tenham uma profissão, sei lá né, a gente acha que no leite e na agricultura tem que ficar né, e em si, tentar melhorar para eles, porque se a gente for querer, que eles saiam, um dia a gente vai ficar velho, eu, eu entendo assim, eu não quero ficar velho sozinho, senão eu também vou ter que sair daí, porque eu não vou ficar com 70 anos aqui sozinho. Então a gente tenta melhorar hoje para tentar que eles fiquem amanhã aqui né.

E como que vocês se organizam enquanto família, aqui na propriedade como que é essa organização de vocês...

Como família assim, como (olha para a mestranda...)

É você, a tua esposa, os seus filhos. Como que vocês se organizam para essa produção aqui na propriedade.

Nós vamos fazendo, as crianças trabalham né, ajudam bastante. Ajudam na ordenha a maioria toda da ordenha, vamos os dois (esposo e esposa) fazendo, e a parte lá de fora, mas é eu que vou, ela (olha para a esposa), ajuda se eu precisar ela está lá ajudando, o rapaz ajuda, a menina também ajuda, a pequenininha tem 7 anos, (a esposa diz 6), é vai fazer 7, mas já ajuda, tem o serviço dela, uma ou outra coisinha...

O que que é? Como que...

Dar água para um terneiro, fazer alguma coisinha, é isso, sempre ajudar, o rapaz também ajuda a tratar, se eu precisar: óh Ronan (nome do filho) vamos lá tratar as bezerras que é nosso serviço, vai ajudar, ele pega e vai a gente vai incentivando também as novilhas, as novilhas grandes, tratar a silagem para as vacas. Então né sei lá, a gente pensa assim, né que se a gente parar e não... E não vamos supor, ensinar eles, depois que tiver grande (faz uma pausa) não adianta. E ela, a gente incentiva também, vai estudar, manda para a escola, a gente faz de tudo né, para que eles vão estudar.

Então, tem as duas partes, tem a parte da escola, e a parte do serviço.

Tem o mais educação ali em cima (referindo-se ao programa que acontece na escola em período contra-turno)... Então tem... Daí, eu falei, ele já estava enjoado, daí se tu quer ir fazer, vai lá e faz né, daí ele falou não, enjoou né. Então faz o mais educação com o pai, o pai vai te ensinar a fazer alguma coisa, tu acha que lá não está te atraindo, quer ficar em casa, fica... então, ele não foi esse ano, mas tá certo, ele ajuda em casa, acho que o mais educação para os agricultores é em casa...

E a questão da produção. Você falou que meche com a pecuária leiteira, é como se organiza, você vê algum tipo de investimento, alguma força do movimento em si, ou parte...

Do movimento? Olha...o movimento é forte dentro do assentamento, é forte, porque nós somos assentados, né, nós enxergamos o movimento como uma aliança que nós tivemos a quinze anos atrás, dezessete anos, para ter ganho o terreno. Sem o movimento, nós não tínhamos ganho... mas, hoje sei lá né, o movimento, vamos deixar para os que estão né, para os que estão na luta, é uma coisa que a gente pensa assim, né, precisa ter, porque se não tiver acho que não vai ter assentamento nunca mais. Precisa ter.

É necessário enquanto política também...

Mas se o cara, adquiriu o terreno, eu acho que sei lá, que se precisar alguma coisa que o assentado dê uma mão em alguma coisa né, não tem o porquê não, mas acho que depois que a pessoa ganha o terreno tem que trabalhar, fazer, mostrar porque ganhou a terra, porque estava no movimento, não pegar e parar né.

E o senhor passou pelo processo de acampamento...

Praticamente eu não estava aqui, quem estava era o meu pai e a minha mãe... (pequena pausa) a mãe pouco também, mas quem estava era o pai. Mas eu estava estudando, eu tinha 16 anos quando o pai veio se acampar aqui, e eu estava onde nós morávamos, dá 400 km daqui lá... Estava morando lá, eu estudava, até trabalhava de boia-fria.

E a partir do momento que o pai ganhou a terra, ele veio com a família...

Nós viemos.

E aí o pai, ganhou a terra, veio com a família, e vocês permanecem aqui. E pretendem permanecer aqui...

Ah, não tem muita ideia viu, de sair né, não tem jeito. Tem que ficar na propriedade, tem que deixar né, e tentar que eles fiquem né, a ideia é essa. Tem muitas coisas, que eu sempre comento com a esposa né, tem muitas coisas que as vezes a gente teria vontade de estar aplicando diferente o dinheiro né, o Ronan me conhece, ele lembra a minha realidade a seis anos atrás, então a gente, então tu vê, quando ele me conheceu eu morava neste local (faz referência, pois, mora no mesmo barracão da ordenha, e que também serve para abrigar suas máquinas). Neste local, o dinheiro que a gente investiu em outras coisas, eu acho que dava para fazer um pouco melhor para gente morar, aí eu sempre comento com a esposa, de repente a gente põe o dinheiro em uma casa, que a gente ia gastar aí uns 100 mil, vamos supor se for fazer uma casa, 80 a 100 mil hoje. Mas

daí esse 100 mil vai custar, ele (referência ao filho) e ou a menina não ficar conosco, porque se tu parar de investir o barco anda...

O investimento que você diz para poder manter a família, isso seria o investimento no trabalho?

No trabalho... O que eu quero te dizer, de repente eu faço uma casa ali que tenha 120 metros quadrados para eu e ela ficar daqui, vinte anos só, de repente amanhã depois sobra, e a gente faz uma casa, de 50, 60, 70 metros quadrados, ou 50 metros e continua morando aqui, mas de repente nós vamos fazer a nossa, e ele vai ficar aqui (referência a casa atual), nós podemos estar morando sozinho, em uma casa pequena, em uma casa mais simples, mas o filho vai estar aqui junto. Então ele vai estar dando sequência para o pai.

Então é importante que a família permaneça junta, esses são os valores principais, que exista o trabalho, que exista o estudo, mas, que a família permaneça. É me chamou atenção isso que você está falando e eu queria te perguntar o seguinte. Você diz que ele vai para a escola, que tem aqui, e depois que não tiver mais escola aqui, que não tiver o mais educação aqui na comunidade.

Ah vamos supor que ele terminou o segundo grau?

Isso...

Ah, daí é com ele, se ele quiser optar por fazer uma faculdade se a gente tiver condição, do jeito que está indo as coisas, cada vez mais fácil, acho que vai ter que ir, vai e faz, mas para usar aqui né, usar aqui, ou tiver um serviço por perto, mas, se puder né, mas ele vai ter que ver a agenda dele, pelo que o escuta falar, é bastante difícil de serviço fora, e aqui na propriedade tem bastante serviço, vai ter serviço.

Então, tem o serviço e consegue viver dessa renda.

Consegue viver...Eu acredito que consiga né, só se mudar muita coisa, daqui, mas hoje consegue sobreviver, eu acho que, se você em uma propriedade, em um lote de assentamento, uma família de cinco, seis pessoas conseguem sobreviver. Eu enxergo assim, não sei se vocês vão achar outra pessoa que enxergue. Mas eu acho que tem condição de viver quatro, cinco pessoas. Basta querer trabalhar.

Bom, então eu quero agradecer o senhor por dar o depoimento, falar um pouquinho da vida de vocês, e é isso... não sei se o senhor quer acrescentar alguma coisa, ou tem alguma pergunta.

Acho que é isso.

ENTREVISTA 040

Bom, eu vou pedir para você me contar um pouquinho como que vocês se organizam aqui na casa, o que que a tua filha te ajuda a fazer, qual que é a função dela, se ela sabe por que que ela está fazendo, vou pedir para você me contar da rotina de vocês como que é com relação as atividades da casa e tudo o mais...

Nós levantamos, eles escovam os dentes em primeiro lugar, e daí, tomam café, eu não tomo café, eles tomam café daí ela fica dentro da casa. Ela organiza as camas, limpa a mesa, lava a louça, e eu e o piá saímos para fora tirar o leite. Quando ele não está estudando, quando ele está estudando daí é eu e ela, depois que nós tiramos o leite ele vai para roça fazer o serviço mais longe e eu, fico mais perto, carpindo limpando a mandioca, mais perto de casa. E daí ele vem de meio- dia, e toma banho e entra para dentro, e eu, quando é ali pelas 10hr30min, 11horas tomo um banho e vou fazer almoço. Quando ele vem daí almoçamos, todos nós juntos, cada um tem sua tarefa. Eu lavo a louça, ele lixa o fogão e vare a casa, ela limpa a mesa, enxuga a louça, de tarde daí de novo, e, é assim... Daí de tardezinha, daí o serviço dela é aqui dentro de novo, dobrar a roupa, organizar dentro da casa, e eu e ele saímos para fora para tirar leite. Tem vezes que ela vai junto também, lavar os tetos das vacas, tirar o leite de uma vaca, daí ela tira na mão e nós vamos na ordenhadeira, e, daí de noite entramos para dentro, tem vezes que eles brincam, tem vezes que dá uma briguinha (risos) briguinha de irmãos, faz parte. Daí jantamos, fazemos tudo junto de novo. Todos nós juntos, eu lavo a louça, ela faz uma coisa ou outra, e ele também. Todos juntos, antes de dormir rezamos bastante, eles dão a benção e cama, e aí eu e ela dormimos abraçadinhas, e ele me beija, me beija antes de dormir que nossa, e, um tem ciúme do outro, também vou contar, ciúmes que um dá um beijo o outro quer dar mais.

E como que você pensa assim que é para ela te ajudar. Como que você pensa por que que ela tem que te ajudar ou como que você está organizando isso dela te ajudar.

Para mais tarde ela saber, se tornar uma mulher uma moça que saiba que quando casar, saiba as tarefas que tem que fazer, os compromissos que tem que fazer, para ela e para o marido, e também para ensinar os filhos.

E assim qual que é o sentido que tem no trabalho? O sentido que ela te ajuda a fazer a atividade, e, além dela usar isso para frente para a família dela, para ela, para o bem estar comum. O que mais que você acha assim que é importante, por que que é importante ela estar fazendo...

É importante para me ajudar, Meu Deus do céu, a quantia que ajuda, eu fico feliz de entrar para dentro de casa e ter as coisas feitas, de entrar cansado e ter que começar tudo... saber que ela já fez...

E você acha assim que ela gosta de fazer? Como que é para ela fazer?

Tem dia que ela gosta até, e tem dia que ela quer brincar daí com a sobrinha dela, daí eu falo primeiro faz o serviço, bem feitinho primeiro, depois, daí vai e pode brincar. Daí ela vai e brinca e vem. Ela pergunta, o que que tem para fazer agora?

Então a instrução sempre vem de você?

Sim

Você diz, a hoje você vai fazer isso, e isso...

Sim

Ou ela já toma a iniciativa?

Tem vez que ela toma a iniciativa sim, ela já diz mãe, por onde que eu começo...o que que é para mim fazer... daí eu falo, lava a louça, limpa a mesa...

Porque agora a gente está em período de férias, então ela tem mais tempo, e quando volta para a escola. Como que organiza essa dinâmica?

Daí quando volta para a escola, o piá estuda de manhã, ele levanta cedo toma o café e vai. E daí eu fico que nem, saio para fora, e ela fica fazendo o servicinho dentro de casa. Daí quando ela termina ela vai estudar, pega os livros vai estudar, vai montar joguinho.

Sempre tem o horário para fazer a atividade da casa...

Tem o horário para fazer a atividade da casa, o da escola, o de brincar. Daí ela vai para a escola, volta com uma fome (risos) daí toma o café dela aqui, come um pão, daí já vai escova os dentes, já vai, dobrar a roupa, que ela sabe que está em cima da cama esperando, então ela, tem toda a roupa para dobrar, daí ela dobra a roupa, depois jantamos, todos juntos de novo.

Bom, então eu quero agradecer a senhora por conversar sobre a rotina da sua família, gostaria de saber se a senhora tem alguma pergunta, ou algo a acrescentar.

ENTREVISTA 050

Então, eu gostaria que vocês me contassem como que é a organização familiar, quem que desenvolve qual atividade, e como que vocês se organizam em casa.

(risos)

Com que tipo de cultura que vocês trabalham...com a cultura leiteira, então me conte como que vocês se organizam quem tira o leite como que os filhos ajudam ou não ajudam.

Assim, o leite eu tirava, ele me ajudava assim mais era fechar as vacas, mas a lida de ordenhar de lavar de ajeitar as coisas é mais eu. As crianças não ajudam, a Marcinha é difícil ir, algum dia ia meio na marra, quando o pai dela vai tirar o leite sozinho, ela vai junto, mais comigo não (Criança: eu ia tirar o leite da vaca). Eles ficam lá dentro os dois, o Vitor as vezes vai, então era assim, mas, eles ajudam estando em casa. Só que daí também ele para pouco em casa.

Mas as crianças, elas tem outras funções enquanto você tira o leite. Como que...

Sim, enquanto eu tiro o leite, eles de manhã eles ficam lá dentro daí a Marcinha, limpa, arruma as camas, organizava um pouco a casa, e faz o café. Daí nos entramos para dentro o café está pronto, tipo assim, ela toma conta lá dentro. Eu lido mais lá fora e ela mais lá dentro. E o Vitor mais brinca, daí...

E como que vocês se organizam para chegar nesse ponto, de você sempre tirar o leite, e da Marcinha sempre estar dentro de casa, organizando as coisas, sempre foi assim ou.... foi uma construção.

Conversando né... sempre conversando assim, porque daí conversando para se ajudar, sim, tipo assim, a Marcinha vai lá na estrebaria mais ela não sabe ordenhar, não sabe amarrar a vaca, não sabe fazer nada, então ela vai lá só para colocar o trato, aí isso eu mesmo faço. E daí para adiantar, eu me viro lá, e ela lá dentro. Eu prefiro lidar sozinha assim, que é mais sossegada, é menos estresse, daí as vacas já são mais acostumadas comigo, de repente está lá, não faz as coisas do jeito que a gente quer fazer, daí a gente já se incomoda... Daí é melhor não fazer. É mais tranquilo.

Aí dentro de casa, o tempo inteiro, ela te ajudando... e, por que que você acha que é importante os filhos participarem desse processo dentro de casa. Por exemplo, dela ter a função, de quando você entra para dentro o café já está pronto. Por que você acha que é importante isso para a vida dela também...

Eu acho que é importante, tipo, para ela ter uma responsabilidade. Ter o compromisso dela, para ela saber que ela tem que fazer porque não é só eu fazer tudo. A mãe fazer tudo, e os filhos ficarem sentados, “de varde”. Eu acho que não é assim, não faz não ajuda em uma coisa, ajuda em outra. Acho que é mais ou menos isso.

Vocês disseram assim, que vocês sempre conversam, tomam as decisões no coletivo. Os filhos também tem essa autonomia? Ou você e o esposo que sempre decidem? Ou eles também tem voz ativa? Também se ouve a opinião deles, o que eles acham?

Nós conversamos aqui, mas, sempre é conversado, eles tem as opiniões, nós temos as nossas, daí a gente vê. Se dá certo as opiniões deles dá certo com as da gente, se está dentro dos limites, beleza, senão não, a gente vê, senão, nem sempre é do jeito que eles querem, nem sempre do jeito que a gente quer, a gente sempre cede um pouco, mas, eles tem que saber...

E essa questão assim, deles terem essa participação e de vocês também dizerem o não para eles, para que, que vocês acham que é importante? Porque digamos vocês já tem a vida

formada, já tem né, tudo organizado, mas para eles o que que é essa organização de vocês dentro de casa, vai ajudar eles no futuro?

Eles irem aprendendo a questão de que não é tudo sim, nem tudo não, que não é tudo fácil, tem coisas que dá, e tem coisas que não dá, então, eles já tem que crescer sabendo, que tipo assim nem tudo que a gente quer, a gente pode. Então tem que saber entender o que é sim é sim, o que que é não, é não. O que dá e o que não dá. Para eles saberem se organizar também na vida, senão se cria tudo fácil, chega uma hora né, que não é assim as coisas, daí quando pega, a realidade é diferente, difícil daí né tem que saber se atualizar, na realidade da vida, porque nem sempre é possível, nem sempre vai ter o pai e a mãe sempre para estar ali, eles vão ter que mais para frente, no futuro, ser independente, vão ter que saber se administrar, eu vejo assim.

Vocês acham que essa função por exemplo que a Marcinha, que é quem ajuda mais, ela auxilia em casa, vai ajudar ela na vida para frente, então, o que mais que vocês diriam que ela teria que aprender já que no convívio na família para ajudar no mundo do trabalho mais para frente, naquilo que ela vai fazer...

Aprender a se decidir sozinha, né, não ficar, trocar a ideia com o pai e a mãe, mas ela ver mais a convivência dela, assim para ela não ficar esperando tudo quanto é coisa o pai e mãe mandar, o pai e a mãe dizer. Oh, faça isso que está certo, faça isso que está errado. Ela tem que começar se desenvolver sozinha, para ela lá na frente não sofrer, a hora que ela for pegar um serviço mais para frente, ela saber o que ela tem que fazer, tomar as decisões dela.

E no mundo do trabalho, também não é tão simples. A gente tem horário, tem regras para cumprir, então eu entendo que quando você falar ela tem as funções dela, é também para que ela se organize desta forma, quando você diz ela não pode o tempo inteiro fazer tudo que ela quer, é o mundo realmente exige que, a gente se adapte a ele, as vezes a vontade é de fazer qualquer outra coisa, daí, mas não é permitido ou não tem essa organização. O que mais que vocês acham assim que a organização de vocês em casa, com essa dinâmica de trabalho, o

trabalho que eu estou dizendo não é o trabalho formal que é remunerado, mas é o trabalho em si, toda atividade que a gente desenvolve. Como que ela vai utilizar isso? Como que ela vai ser uma boa trabalhadora para esse mundo mais tarde? Como que vocês estão formando ela, para ela desenvolver essas atividades mais tarde, além disso, o que deu certo, o que deu errado, de poder ou não poder. O que mais que é importante que ela desenvolva? Além de tudo isso que vocês já me falaram?

A gente pensa assim que nem ela, ela tem que ajudar ela assim na questão que nem mais para frente de trabalhar como que eu vou dizer assim, ela tem que ser independente, tem que ter as verdades dela, os direitos dela, os pensamentos dela, tem que saber o que que pode e o que que não pode. E, para ela evoluir mais, ela tem que se dedicar cada vez mais, ela tem que se dar a vontade dela, a vontade dela para ela poder evoluir mais assim.

E vocês acham assim, que o estudo dela também vai colaborar?

Com certeza...

Como que vocês enxergam essa questão do estudo?

Ah o estudo, é o, ela vem estudando, vem se *formalizando* bem... e a gente ajuda ela no que pode, e exige um pouquinho dela, um pouquinho do estudo, do aprender, o estudo não é só tirar a nota, é o aprender, é o saber ser, porque não adianta você dizer que na escola tirou tal nota, se não evolui nela.

Você quer dizer assim que o que ela aprende lá na escola, ela também tem que aplicar na vida dela...

Tem que...

Que o conteúdo ele não pode ser só para escola, o conteúdo formal, acadêmico, mas que o que ela aprende, que ela consiga transformar para a vivência dela. Além dessas atividades que vocês me contaram tem alguma rotina específica em casa? Tem alguma sequência de atividade ou...

Não tem assim rotina de ser... muito muito livre assim não, mas é, na questão assim, de até a Marcinha assim, ela é bem *cuidativa* dessas questões assim, por exemplo, ela não faz nada assim, de hoje questão de internet, ela é bem participativa conosco, o que pode o que não pode.

Então pelo que eu entendo que vocês estão me dizendo o tempo inteiro as decisões da família são tomadas no coletivo...

São mais no coletivo...

Todos vocês decidindo, mas, ao mesmo tempo vocês estão formando os filhos para que eles também tenham independência. Essa questão deles não terem uma rotina por exemplo, ela é importante, ela sabe quais funções ela tem que desenvolver mas não necessariamente você diz para ela que ela tem que fazer isso, isso, e isso nessa sequência, é ela que...

Daí alguma coisa que eu vejo que não está certo, eu cobro daí. Ela estuda de manhã, a casa é por conta dela... ela toma conta dela. Outra coisa também que a gente participa que exige um pouco é a questão religiosa, a gente procura se dedicar e procura passar os exemplos para eles, para os filhos, e ela nessa questão ela é bem dedicada, na questão religiosa bem dedicada mesmo...

Então vocês observam assim, que a família conversando cada um desenvolvendo a sua função, o seu papel mas tendo também essa estrutura que é religiosa para que mais tarde, eles consigam ser independentes... é dessa forma que vocês...

Sim, eu acho que sim.

Bom, então eu gostaria de saber se vocês tem alguma coisa que vocês queiram relatar ou alguma pergunta, alguma coisa que vocês queiram saber...

Não, acho que não.

Então, eu agradeço.

ENTREVISTA 060

Gostaria de saber como que funciona aqui na sua família, vocês participam enquanto membros do movimento, como que é a rotina da família...

Meu marido é mais envolvido nos grupos políticos e de discussões, eu sou mais caseira, cuido do serviço, das crianças e da peleia fora da casa, como a horta, tirar leite e tratar das criações. Mas todos nos aqui da casa sabemos da importância do Movimento e das nossas luta pela terra.

Se for possível me conte mais, sobre essa organização de vocês aqui na família, dos filhos...

As vezes meu marido precisa ficar à disposição para as reuniões, visitas, então há um combinado que na ausência dele eu assumo as responsabilidades, tenho uma menina de onze e um piá de quatro, não tenho uma pessoa que me ajude, o máximo que posso exigir da minha menina é olhar o nenê pra não se machucar. Eu tento manter tudo organizado, por que quando meu marido está na casa, daí ele se dedica na plantação de feijão e do milho. Já teve tempo que ele posou fora da casa, mas daí depois que começou esses assaltos, ele faz o que tem de fazer e volta de noite do movimento.

A respeito da produção que vocês realizam, como que fica a organização e o comércio desses produtos...

Ele que negocia e faz as trocas e cuida dessa parte. Bem que o dinheiro mesmo que entra é das vacas, porque o milho e o feijão não são plantações grande, daí vendemos para os conhecidos mesmo e o que é pra nos comer, já fica separado e o milho que é para o trato dos bichos também.

Bom você disse que na ausência do seu marido, é você quem cuida de tudo... Mas me parece que a parte financeira fica mais com ele...

Quando eu recebo o bolsa família que também é uma das rendas, eu deixo para comprar as coisas para as crianças e para trocar alguma mobília da casa, pagar uma prestação,

levo bem controladinho. Daí a parte do leite das vacas e plantação, do dinheiro que entra é meu marido, ele que cuida, nós vamos no mercado comprar as coisa mais graúdas. Meu marido administra a venda para uns conhecidos e para outros, mas sempre preocupado em comprar as semente e veneno à vista, não queremos dever.

E com os filhos como que é...

A minha menina está mocinha, eu percebo que ele é uma menina sossegada, mais quieta, não é muita conversadeira, mas sabe das dificuldades da gente em se manter aqui, sempre conversamos e nós falamos com meu marido que na cidade está pior, ali a hora que dá vontade tem um arvoredado, uma carne, moramos no que é nosso e temos que zelar desse pedaço de terra. Ela sabe que aqui a gente é feliz, ela vai na catequese, tira nota boa, por isso eu acho ela no mundo dela, é feliz. O pia é arteiro, sabido, não para, quando quer ovo frito vai buscar no galinheiro, brinca o dia inteiro, corre atrás dos bichos, pede pra ir pesca no açude. Vendo tudo isso, eu vejo que eles estão num lugar abençoado.

Além de tudo isso que você já me falou sobre as crianças, como que você organiza a rotina deles?

As criança estudam de tarde, elas levantam nove e pouco, tomam café que eu deixo arrumado na mesa e depende o dia saem para fora e ficam ali no terreiro brincando ou ficam dentro de casa assistindo. As tarefa da menina sempre é feita a noite, ela me ajuda bastante cuidando do irmão, daí eu me organizo, entro dez e meia para fazer almoço e organizar o mais pequeno para irem para a escola. Claro que ela me ajuda a secar a louça, arrumar as cama, mas em primeiro lugar os estudos.

E na escola como que é...

Na escola é tudo normal, nunca reclamaram dela, disseram que é uma menina educada, dedicada. O nenê está estranhando ainda, porque agora é obrigado a ir na escola, mas logo ele se acostuma. Na casa eu procuro dar bastante atenção, mesmo com a correria, porque eles crescem tão rápido e eu quero aproveita eles, as crianças.

Bom eu gostaria de saber, se você tem alguma coisa a acrescentar, ou perguntar...

Não, não tenho.

ENTREVISTA 070

Bom, eu gostaria que a Senhora me contasse um pouquinho como que é a rotina de vocês enquanto família, residente aqui no Assentamento.

Nossa vida foi sempre de luta, por isso nos identificamos com a luta do movimento que é ter um pedaço de terra, é um desafio a ser vencido, o movimento ajuda pois sempre pode ajudar, para isso, é preciso estar envolvido assim fica por dentro dos assuntos que acontecem, sabemos das coisas e também aproveitamos os momentos em família e a vida.

A senhora diz que estão envolvidos com o Movimento, como que isso ocorre com relação a família de vocês...

As reuniões para discutir o que a família pode melhorar, o que pode dar renda a organização no grupo as discussões os recursos ter conhecimento das coisas.... Discutir problemas e se organizar para buscar melhores condições de vida para todos...questionamos a política agrícola e nossa organização de pequeno produtor.

E, aqui na sua residência como que isso se aplica?

Nós começamos plantando um pouquinho de cada coisa: batata doce, mandioca, vaquinhas para leite, milho, agora já temos mais vaquinhas, vendemos o leite, o caminhão desce aqui não é todo dia esse é o dinheiro que a gente compra as coisinhas.

E a organização financeira de vocês, os filhos participam, como que é...

Aqui em casa sempre gostamos de conversar junto o dinherinho que é juntado vamos comprando as coisinhas, melhorando uma coisa aqui, uma roupinha, uma coisinha dentro de casa quando sobra vamos guardando.

E as crianças tem atividades a serem desenvolvidas?

Ah, o estudo. O estudo sempre foi uma das nossas preocupações a educação é muito importante ajuda a pessoa a ter mais conhecimento, por isso minha filha sempre vai para escola para aprender.

E além da escola, do estudo... o que mais eles fazem?

Aqui em casa todo mundo trabalha cada um tem suas tarefas é dividido o serviço.

Como assim?

As coisas são sempre organizadas tem tempo para estudar, de comer, de brincar e também de trabalhar se faz de meio tudo. A filha participa bastante das tarefas da casa, gosta de cuidar dos cachorros tem muito cuidado, tem sempre a tarefa de estudar. Sempre conversamos muito sobre todos os assuntos na hora do almoço quando quase sempre estamos juntos, enquanto mãe sempre me preocupei com a educação dela vigiando e acompanhando suas tarefas e também suas notas, acredito que o acesso à escola é que vai garantir seu futuro, quem tiver estudando terá maior oportunidade. Ninguém pode ficar esperando que as coisas caiam do céu tudo precisa de luta e de muito trabalho compromisso precisamos enfrentar os problemas buscando alternativas para viver melhor.

Existe mais alguma coisa que a senhora queira acrescentar, ou perguntar, alguma dúvida.

Não, acho que não, é isso a nossa rotina.